

## Assembleia Municipal da Guarda

### Ata

#### Sessão Ordinária de Vinte e Sete de Fevereiro de Dois Mil e Vinte

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve:

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “...falta o Presidente da Junta de Freguesia dos Trinta, Carlos Eduardo dos Santos Fonseca, é substituído pelo Secretário, José Manuel Martins Morgado; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Panóias, Luís Carlos Pinto Fernandes, é substituído pelo Tesoureiro, Álvaro Pires Marques. -----

la pôr já, de imediato, à aprovação, a ata da última reunião de 18 de dezembro de 2019.

-----**Resultado da votação da ata do dia 18 de dezembro de dois mil e dezanove.**-----

- Aprovada, por maioria, com quarenta e sete votos a favor e uma abstenção. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Informar, também, que está disponível na plataforma o Relatório de Atividades da CPCJ de 2019. Iríamos então iniciar esta sessão da Assembleia com o período destinado a intervenção do público.” -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Queria informar a Assembleia de que temos, hoje, connosco, as forças de segurança, a PSP e GNR, para quem eu dirijo um cumprimento muito especial e um agradecimento muito especial por estarem aqui connosco e por colaborarem com a Assembleia... Agradecer especialmente a vossa presença e a vossa colaboração para, na senda daquilo que tem acontecido nas últimas Assembleias, fazerem uma pequena intervenção dirigida, não só aos Deputados aqui presentes, como também ao público que nos ouve em casa online. Dizer-vos que é sempre um gosto ter-vos aqui nesta Assembleia, que esta é uma casa das pessoas e para as pessoas e, por isso, sempre que queiram e sempre que possam, esta porta estará sempre aberta para vos receber e será sempre um gosto e uma honra para nós ter-vos aqui connosco. Eu pedia, então, ao representante da PSP que iniciasse e que fizesse a intervenção. Eu não sei qual é o tema de que vai falar. É uma surpresa. Pedia-lhe então que se dirigisse ali ao púlpito e que nos dissesse, em primeiro lugar, do que é que vai falar. A escolha do tema, só para vos informar, a escolha da intervenção, do tema do qual vão falar, ficou ao critério das forças de segurança. Portanto, eu não sei, nem qual vai ser a intervenção da PSP, nem qual vai ser a intervenção da GNR. Deixei-lhes o critério da escolha do tema ou dos temas, não sei se será mais do que um, para falarem e a mensagem a transmitirem a esta Assembleia. Por isso, mais uma vez, muito obrigada. Faz favor.” -----

- **Representante da PSP:** “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, em nome do Senhor Comandante Distrital da Guarda, quero agradecer o convite endereçado ao Comando Distrital da Guarda, que constitui, para nós, uma

demonstração da relação de proximidade entre Assembleia e a Polícia de Segurança Pública. Relativamente ao tema, será uma apresentação global e, depois, na parte final, farei três considerações sobre as alterações recentes à lei das armas uma vez que temos aqui presentes os Presidentes da Junta de Freguesia e poderão constituir uma forma de chegar ao cidadão. Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhor Vice-Presidente, senhores Vereadores, senhores representantes dos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia, senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais participantes nesta Assembleia. No decurso da nossa apresentação, iremos fazer uma breve abordagem à história da Polícia de Segurança Pública. Falaremos da sua natureza, missão e valores. Abordaremos as suas atribuições genéricas e específicas. Falaremos, sumariamente, da PSP no mundo, em Portugal e na cidade da Guarda. E aqui, concretamente, falaremos da sua organização, recursos humanos, caracterizaremos a criminalidade e sinistralidade rodoviária. Por último, farei breves considerações sobre as recentes alterações ao regime jurídico das armas e suas munições. A Polícia de Segurança Pública é uma Instituição com 152 anos, cujas bases foram lançadas em 2 de julho de 1867 pelo Rei D. Luís, que fez publicar a Lei que criou, em Portugal, o corpo de Polícia Civil. O primeiro corpo de Polícia Civil da cidade da Guarda remonta a 22 de outubro de 1888. Era constituído por quinze cidadãos que tinham servido em unidades do exército e comandados pelo Comissário Pignatelli. A cidade estava dividida em quatro áreas urbanas. Cada área era rondada por quatro guardas e um cabo durante o turno de quatro horas. Fora desse serviço normal, o efetivo deslocava-se, sempre que necessário, sem direito a qualquer remuneração, às vilas e aldeias do distrito. A PSP, de acordo com a sua Lei Orgânica, a Lei 53/2007, de 31 de agosto, é uma força de segurança uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e direito dos cidadãos. Seja qual for o Governo, a missão da PSP está sempre subordinada ao princípio da legalidade. As Leis da República são o nosso referencial, ou seja, são as balizas que sustentam a nossa atuação diária. Quanto aos valores fundamentais da PSP, damos especial destaque à adoção de um código deontológico de dimensão Europeia, que vem ao encontro da Resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. De entre os valores que norteiam a Polícia de Segurança Pública, destacamos a disciplina pois, sem ela, não teria sido possível atingir os resultados alcançados nos últimos anos. Quanto às atribuições genéricas, a PSP tem as mesmas que outras forças de segurança, tais como a manutenção e reposição da ordem pública, prevenção e investigação criminal, segurança rodoviária e ambiental, segurança dos transportes públicos e proteção e vigilância de pontos sensíveis como sejam órgãos de soberania, tribunais e embaixadas. No entanto, importa destacar as suas competências específicas, muitas delas exercidas, com sucesso, há mais de três décadas. O licenciamento, controle e fiscalização do fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas. Quanto a esta competência, conforme referi na parte final da apresentação, abordarei alguns assuntos que resultam de alterações legislativas recentes e que importa divulgar tendo em conta a presença dos Presidentes de Junta de Freguesia que poderão contribuir para o esclarecimento destes assuntos

juntos do cidadão. Outra das competências específicas é o licenciamento, o controle e fiscalização das atividades de segurança privada e formação. No âmbito da segurança rodoviária temos como missão adotar medidas de prevenção e repressão de atos ilícitos contra a aviação civil, asseguramos o ponto contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto e garantimos a segurança pessoal dos membros dos órgãos soberania e altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos. Por exemplo, testemunhas em processo-crime, quando sujeitos a situação de ameaça relevante. A PSP está onde existem pessoas, ameaças e riscos, sendo que é nas grandes cidades que há maior potencial de conflitos e onde ocorrem os grandes eventos de massa, sejam eles de natureza específica ou de protesto. Estamos também presentes em múltiplas missões internacionais. Fomos a primeira força de segurança a participar em missões desta natureza, em 1992, no Kosovo. Segundo os censos de 2011, mais de cinco milhões de pessoas residem na área territorial de responsabilidade da PSP. Além deste indicador, temos de ter em consideração os movimentos pendulares diários das zonas rurais e periurbanas para as cidades à responsabilidade da PSP. Nos últimos anos, mais de 70% do crime violento e grave ocorre na área de responsabilidade da PSP e a grande maioria é investigado pelo sistema de investigação criminal da PSP. A nível nacional, somos responsáveis por 60% a 70% das detenções. A segurança dos órgãos de soberania e outros pontos críticos estão maioritariamente a cargo da PSP. A gestão da segurança pública da generalidade dos grandes eventos que ocorrem em Portugal, sejam eles desportivos, culturais ou políticos, de índole nacional e internacional, é da responsabilidade da Polícia de Segurança Pública. Na cidade da Guarda, somos responsáveis pelo policiamento de uma área de 26,8 km<sup>2</sup> onde residem aproximadamente vinte e seis mil e quinhentas pessoas. A PSP na cidade da Guarda, entre outros serviços e núcleos, é constituída por quatro Esquadras. Uma Esquadra de competência genérica, a Esquadra da Guarda, e três Esquadras de competência específica, a Esquadra de Investigação Criminal, a Esquadra de Trânsito e a Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial. Quanto a recursos humanos, a polícia, na Guarda, dispõe de cento e trinta e dois polícias e nove elementos de apoio à atividade operacional. Oito são oficiais de polícia que apresentam uma média de idades de 39 anos. Temos treze chefes com a idade média de 51 anos. Cento e onze agentes com idade média de 50 anos. Em relação aos nove elementos com funções não policiais têm uma média de idades mais elevada, situando-se nos 60 anos. A média de idades dos polícias ronda os 49 anos. No que concerne à criminalidade, no ano de 2019, a Polícia de Segurança Pública, na cidade da Guarda, registou quinhentos e trinta e nove delitos. Nos crimes contra as pessoas, verificam-se cento e cinquenta e cinco ocorrências, que corresponde a 29% da criminalidade registada pela polícia, dos quais salientam-se sessenta e cinco participações de violência doméstica e cinquenta e duas denúncias por ofensas à atividade física simples. No que concerne aos crimes contra o património, foram registados duzentos e vinte e nove delitos, 42% da criminalidade global na cidade da Guarda, destacando-se o crime de dano com trinta e nove registos e o furto de oportunidade com vinte e nove ocorrências. Quanto aos cem delitos observados na categoria dos crimes contra a vida em sociedade, com o peso de aproximadamente 19%

da criminalidade, constata-se que resultam da proatividade policial, sendo, na sua maioria, crimes de condução sob influência de álcool, nomeadamente oitenta e sete crimes. Considerando a população residente na área de jurisdição da PSP da Guarda, que se cifra em vinte e seis mil, quatrocentas e onze pessoas e o número de crimes registados no ano transato, quinhentos e trinta e nove, o rácio da criminalidade, no ano de 2019, situa-se nos 20,4 crimes por mil habitantes, abaixo da média nacional. No que concerne à sinistralidade rodoviária, no ano 2019 foram registados duzentos e cinquenta e oito acidentes de viação na cidade da Guarda, dos quais resultam cinquenta e quatro feridos leves e dois graves, não havendo qualquer vítima mortal registada. As artérias onde se registam mais acidentes são a Via de Cintura Externa da Guarda com vinte e quatro ocorrências participadas, a Avenida de São Miguel com quinze participações e a Rua António Sérgio com onze acidentes de viação registados. Aproveitando a oportunidade e tendo em conta as referidas alterações ao Regime Jurídico das Armas, gostaria de deixar três notas. A primeira, seria relacionado com um período que decorre até 22 de março, em que os possuidores de armas de fogo não registadas, não manifestadas, e estamos a falar de armas ilegais, podem fazer a entrega a favor do Estado ou, caso seja possível, e se for a intenção do possuidor da arma, do proprietário, preceder à sua legalização, não havendo, nesta situação, lugar a procedimento criminal. Estamos a falar de um regime transitório que terminará a 22 de março. A outra nota que queria deixar prende-se com os cofres ou armários de segurança que, com alteração da Lei, os detentores de armas estão obrigados a possuir para a sua guarda cofre ou armário de segurança não portáteis, devendo fazer prova da sua existência através de fatura-recibo ou documento equivalente ou, na sua inexistência, declaração sob compromisso de honra do proprietário onde constem fotografias do cofre e detalhe da sua instalação. Também há aqui um período transitório que terminará em 22 de setembro do corrente ano. A última nota, prende-se com as licenças de detenção no domicílio, também consequência da Lei 50/2019, que entrou em vigor em 22 de setembro, deixaram de ser, a partir de entrada em vigor daquele diploma, emitidas novas licenças de detenção de arma no domicílio, uma vez que o artigo que as previa foi revogado. Neste caso, mantemos ainda dois tipos de licença de autorização de detenção ao domicílio. As autorizações de detenção ao domicílio que têm validade permanente, ou seja, são vitalícias e manterão a sua validade ao longo da vida do seu titular. E depois temos as licenças de detenção no domicílio que foram emitidas à base do atual Regime antes da última alteração, que têm validade de dez anos, sendo que aquelas que se encontravam válidas à data da entrada em vigor da referida Lei, ou seja, em 22 de setembro, consideram-se válidas até 31 de dezembro de 2029, devendo, neste período de tempo, o proprietário da arma encontrar uma solução para a arma, podendo passar por habilitar-se com a licença de uso e porte de arma, transmitir a arma ou, a última opção, desativar a arma. Damos por terminada a nossa apresentação. Eventuais esclarecimentos ou questões poderão ser sempre dirigidas ao Comando Distrital da Guarda, o qual terá toda a disponibilidade para as esclarecer. Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passava agora a palavra ao representante da GNR. Faz favor.” -----

- **Representante da GNR:** “Muito bom dia a todos. Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer a presença e o convite endereçado à GNR por parte da Senhora Presidente da Assembleia e, na sua figura, cumprimento naturalmente todos os presentes nesta casa, nesta Assembleia. Nós, nos próximos minutos, iremos apresentar dois temas de elevada importância que marcam o quotidiano de todos aqueles que residem no distrito e, em especial, aqui também no Concelho da Guarda. Falarei numa primeira fase da operação floresta segura e, seguidamente, dos conselhos a ter em conta relativamente à segurança dos mais idosos. Estes dois temas assentam num ponto comum, de que todos podemos fazer mais para garantir a nossa segurança e a segurança daqueles que nos rodeiam. Relativamente aos pontos de agenda, no âmbito da operação floresta segura, iremos falar do que é esta operação, qual é a definição do período crítico, quais são as redes secundárias e as faixas de gestão de combustível e quais são as medidas de proteção que podem ser adotadas. Em termos de enquadramento da operação floresta segura, é uma operação que visa garantir a segurança das populações e do seu património e também preservar o tecido florestal nacional. Portanto, é uma operação de cariz nacional que é desempenhada ou desencadeada por todos os comandos territoriais e tem uma abrangência de quadrícula, ou seja, uma abrangência de todo o território nacional. Caracterizando esta operação e caracterizando também as ocorrências florestais desde o ano 2017 até o ano 2019, aquilo que podemos registar, depois do fatídico ano de 2017, é uma significativa redução, quer em termos de ocorrências, quer em termos de área ardida, quer também em termos de uso incorreto do fogo. Portanto, este é um ponto fulcral na nossa operação que está a dar frutos. As pessoas têm-se capacitado de uma mudança de paradigma em termos de mentalidade, que assenta também nessa mudança de comportamentos e os resultados traduzem-se naquilo que eu acabei de dizer. Há datas a ter em conta nesta operação. Sendo a primeira que, até 15 de março, deve ser feita a gestão de combustível de todos, por parte dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou outras entidades que detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e ainda nos parques de campismo, nos parques e polígonos industriais, nas plataformas de logística, nos aterros sanitários inseridos ou confinantes com espaços florestais. Portanto, todos estes edifícios ou aglomerados ou ainda polígonos, tem que ser realizada a sua limpeza até 15 de março. Há ainda outra data que é 31 de maio e, portanto, esta data dedica-se única e exclusivamente à gestão da limpeza relativamente à rede viária, rede ferroviária, linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, linha de distribuição de energia elétrica de média tensão e ainda à rede transporte de gás natural. Após 15 de março e 31 de março, respetivamente, irá ser desencadeado, por parte da Guarda Nacional Republicana, uma verificação, uma validação dos pontos que foram previamente sinalizados como carecendo de limpeza, portanto, dentro das freguesias críticas. Aproveito para recordar que, no dia de ontem, foi publicado em Diário da República o diploma onde estão estabelecidas as freguesias de maior risco que necessitam também de uma especial atenção por parte da GNR. Relembrar que, no Concelho da Guarda, existem trinta e cinco freguesias prioritárias. Portanto, são nestas trinta e cinco freguesias prioritárias que a GNR vai desencadear preferencialmente a sua ação.

Sabemos que o tempo é limitado, gostaríamos de ir a todas as freguesias e, se conseguirmos, fá-lo-emos. Contudo, estas trinta e cinco freguesias, face à sua definição em termos da Lei como sendo prioritárias, carecem da nossa especial atenção. Torna-se necessário proceder à limpeza por forma a evitar as coimas que têm sido agravadas ao longo dos anos. Portanto, temos uma coima, para pessoas singulares, a começar nos 280 euros e que pode ir até aos 10 mil euros. E, para pessoas coletivas, a iniciar nos mil e 600 euros que podem então chegar até aos 120 mil euros. Portanto, o essencial, por parte da GNR, é relembrar que é necessário proceder à gestão e prevenção destes espaços florestais para evitar a existência deste tipo de coimas. Em termos do período crítico, o período crítico situa-se, por regra, entre 1 de julho e 30 de setembro, podendo ser alterado consoante despacho ministerial e, portanto, este período crítico vai implementar obrigações e também vai restringir comportamentos. Em termos da rede ou das faixas de gestão de combustível, torna-se necessário falar aqui de alguns aspetos fundamentais em termos de limpeza. Isto é uma apresentação que é bastante demorada, nós fizemos uma sistematização para apresentar aqui na Assembleia e trazer os pontos mais importantes. E um deles é a limpeza da rede viária. Portanto, uma faixa lateral de terreno confinante numa largura nunca inferior a dez metros. Aplica-se o mesmo preceito à rede ferroviária. O mesmo preceito também às linhas de alta e muito alta tensão, portanto, é necessário proceder a uma limpeza de dez metros. Já as linhas de média tensão carecem apenas de uma limpeza de sete metros e os gasodutos têm que ter uma limpeza de cinco metros para cada lado. Relativamente aos aglomerados populacionais, há, por força do Decreto-lei 124, uma imposição de limpeza de cem metros à volta do aglomerado. Esse aglomerado é uma faixa que está definida no plano municipal e os proprietários, os usufrutuários ou arrendatários têm a obrigatoriedade de fazer essa limpeza. Os parques de campismo, parques e polígonos industriais nas plataformas de logística e nos aterros sanitários, também existe essa necessidade de fazer uma limpeza mínima não inferior a cem metros na sua periferia. Relativamente aos proprietários arrendatários e usufrutuários, confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa largura não inferior a 50 metros, medida esta contada a partir de alvenaria da edificação quando confinantes com espaços florestais. Ou, então, uma largura mínima de 10 metros, no máximo de 50, quando não confinantes com espaços florestais. Exemplificando aquilo que eu disse, portanto, torna-se necessário proceder a uma limpeza de 50 metros e portanto, recordando o Decreto-lei 124, são impostas também outras restrições no anexo a esse Decreto-lei, que passa também por existir 5 metros desde alvenaria sem qualquer tipo de arbusto ou árvore. E, portanto, torna-se também necessário proceder a uma limpeza dos 4 metros de uma árvore, por exemplo que na sua altura tenha 8 metros, torna-se necessário proceder à limpeza dos 4 metros a contar do chão e, ainda, garantir também uma distância entre copas de 4 metros. Relativamente a medidas de proteção que podem ser adotadas, pode ser feito através de medidas mais simples ou mais complexas. Esta será, se calhar, uma das mais complexas que é criar uma faixa de 1 a 2 metros pavimentada à volta do edifício, de forma a evitar que o fogo consiga chegar até à residência. Outras mais fáceis são, essencialmente, proceder à limpeza, quer da parte das calçadas, quer da parte dos telhados. Portanto, se conseguirmos manter, quer

os telhados, quer as caleiras limpas, temos menos matéria combustível disponível caso o incêndio chegue até à residência e uma menor probabilidade de, por algum motivo, começar o fogo essencialmente pela parte de cima do telhado. Em termos das ações de sensibilização, o Núcleo de Proteção Ambiental, pertencente ao destacamento territorial da Guarda, já elencou, com todos os Presidentes de Junta, as datas relativas às ações de sensibilização que vão ser feitas nessas mesmas Juntas de Freguesia. Isto é só um demonstrativo relativamente a essa publicitação das ações que vão ser realizadas. Relativamente ao segundo tema que me traz aqui, passa também pelos idosos que são uma população que nos é muito querida, todos nós temos idosos, conhecemos idosos e sabemos que são pessoas especialmente vulneráveis. E é face à vulnerabilidade destas pessoas que nós temos também que ter um comportamento que os alerte para situações de risco. E um destes alertas pode ser fechar as portas e as janelas quando saem de casa, ou então nunca deixar a chave na porta que é uma situação que se vê, como todos sabem, muitas vezes nas aldeias mais pequenas. Outra medida poderá ser colocar um óculo e uma corrente de segurança na porta e, essencialmente, o ponto fundamental, não deixar entrar dentro da residência pessoas suspeitas, estranhas ou desconhecidas. É importante que as pessoas também tenham um número de contacto que não seja o 112, um número de contacto que pode ser também o número da GNR. Nós, aquando da nossa visita aos idosos, vamos deixando o número de contacto direto da nossa sala de situação que está permanentemente disponível, 24 sobre 24 horas, para encaminhamento de qualquer tipo de patrulha que seja necessário deslocar-se a este tipo de situação. Quando se ausentem de casa, e isto é um conselho genérico, aplica-se aos idosos e à população em geral quando se ausentem de casa por vários dias, informem os familiares que se vão ausentar, ou os vizinhos se tiverem confiança para o fazer. Relativamente à questão da correspondência, é também um indicador, o acumular de correspondência nas caixas de correio, de que a pessoa não se encontra dentro da residência. Portanto, seria de todo adequado pedir a um vizinho ou pedir a um familiar, se nós nos ausentarmos durante muito tempo, que vá esvaziar a caixa de correio. De noite, evitar andar sozinho. Em termos de transporte de malas ou sacos, fazer sempre do lado oposto da faixa de rodagem para evitar roubos por esticão e transportar consigo apenas o dinheiro necessário, preferencialmente espalhado por vários bolsos para também dificultar a ação dos delinquentes. Relativamente ao uso de joias vistosas, evitar o uso. Portanto, todos nós temos situações em que queremos usar ouro e joias vistosas, contudo, se calhar, não será uma situação para utilizar no dia-a-dia, especialmente os idosos mais vulneráveis porque são logo alvos apetecíveis. Relativamente às ações no multibanco, evitar dar o código a outras pessoas. Colocar a mão à frente quando se coloca o código porque não sabemos se aquele multibanco está completamente seguro ou já foi adulterado e, caso se verifique alguma adulteração, algum comportamento estranho no multibanco, algo estranho na ranhura, deverá preferencialmente utilizar-se outro multibanco e contactar-se, de imediato, a força de segurança. Temos que também alertar muitos dos nossos idosos, relativamente a uma situação que infelizmente acontece muitas vezes. Que é alguém amável tentar ajudar nalgumas operações que, por vezes, são difíceis os nossos idosos fazerem, nomeadamente o pagamento de contas, o levantamento de dinheiro. E todos nós

conhecemos e temos situações, em que já verificamos que houve idosos que forneceram o seu número secreto a outros para proceder a este tipo de contas. E isto não deve acontecer porque nunca sabemos o que a outra pessoa poderá fazer, não é? Aconselho, relativamente aos transportes públicos, manter a carteira e os outros bens sempre juntos de si. E essencialmente nós, habitando num território de baixa densidade, temos também que nos preocupar relativamente ao conto do vigário, aos burlões que muitas vezes aparecem nas aldeias mais isoladas, nos aglomerados mais isolados. Portanto, ter também uma ação de sensibilização junto dessas pessoas e dizer-lhes que estranhem antes de acederem a qualquer tipo de funcionários de banco, finanças, etc. Todas as histórias que parecem demasiado boas para ser verdade, por norma, não são verdade. Portanto, essencialmente passar estes conselhos de segurança aos nossos idosos, seria essencialmente zelar pela sua segurança. E, da parte da Guarda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Muito obrigada aos dois pela vossa intervenção. Agradeço especialmente a vossa colaboração e queria agradecer, quer em nome da Mesa da Assembleia, quer em nome dos Grupos Parlamentares. Informar também que os Grupos Parlamentares e os respetivos líderes estarão disponíveis e, se assim o entenderem, poderão sempre contactar as vossas instituições até na sequência das vossas intervenções aqui. E também, se alguém depois quiser fazer alguma intervenção no período que se segue, no Período de Antes da Ordem do Dia, onde têm tempo disponível para isso. Por isso, um agradecimento muito especial, mais uma vez. Não sei se querem permanecer connosco, se querem retirar-se. Se quiserem permanecer connosco é uma honra para nós, se não quiserem também estão à vontade e uma das meninas acompanhá-los-á à porta para saírem, se assim o entenderem, está bem? Muito obrigada. Transmitam, por favor, quer ao senhor Comandante Rasteiro, quer ao senhor Comandante Salvado, o meu agradecimento pessoal e institucional. Muito obrigada.” -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, entramos agora no Período Antes da Ordem do Dia com as leituras das Moções, Propostas, Recomendações que foram entregues pelos Grupos Parlamentares. E íamos começar... íamos começar mas não vamos. Íamos começar, mas como o Senhor Deputado Aires Diniz saiu... mas não há problema. Passamos ao segundo. Então passemos ao Grupo Parlamentar do PSD e temos a leitura de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Cônego Manuel Joaquim Geada Pinto e faz a leitura o senhor Primeiro Secretário da Mesa. Faz favor.” –

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigada Senhora Presidente. Senhora Presidente, cumprimento o senhor Presidente e cumprimento o resto da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. Antes de ler o Voto de Pesar do Cônego Geada Pinto, eu pedia à Senhora Presidente que me permitisse só fazer aqui um agradecimento, em nome da Freguesia de Arrifana, pelo serviço e pelo carinho que temos para com o Cônego Geada Pinto, pelos trinta anos de sacerdócio que teve à frente da Paróquia, mas foram sessenta e

cinco anos na Freguesia. E sessenta e cinco anos na Freguesia, de uma ligação muito forte que se criou uma amizade muito sólida e que a Freguesia lhe estará sempre muito grata. Muito obrigada. «Voto de Pesar pelo falecimento do Cônego Manuel Joaquim Geda Pinto. Faleceu no Hospital Sousa Martins Guarda, a 27 de dezembro de 2019, o Cônego Manuel Joaquim Geda Pinto. O senhor Padre Geda, como era carinhosamente conhecido, nasceu no dia 5 de fevereiro de 1929, na Orca, concelho do Fundão, tendo sido ordenado Sacerdote em 29 de julho de 1951. Iniciou a sua vida Pastoral nas Paróquias da Sé e São Vicente da Guarda. Em 1954, chegou ao Outeiro de São Miguel tornando-se o mais próximo colaborador de D. João de Oliveira Matos, Bispo Auxiliar da Guarda e do Dr. Alberto Diniz da Fonseca. Foi professor na Escola Regional Dr. José Diniz da Fonseca, nos seminários do Fundão e Guarda e ainda na antiga Escola Industrial e Comercial da Guarda. Desempenhou, durante várias décadas, as funções de Diretor da Escola Regional Dr. José Diniz da Fonseca, Outeiro de São Miguel, fomentando o seu crescimento, tornando-o numa referência regional e nacional. Recuperou, modernizou e desenvolveu as oficinas de São Miguel. O Cônego Manuel Joaquim Geda Pinto destacou-se por ter sido poeta, dramaturgo, músico e jornalista, assumindo, durante várias décadas, a direção do jornal “O amigo da Verdade”. Compôs e editou aquele que havia de tornar-se o cântico oficial das peregrinações a Fátima, o hino dos Pastorinhos. Foi também um dos fundadores do “Jornal Voz da Fátima”, órgão oficial do santuário. Na vertente cultural, foi Diretor Artístico do Centro Cultural da Guarda onde dirigiu o orfeão e fundou o Rancho Folclórico. Era membro do cabido da Sé e por inerência membro do colégio de consultores. Desde 1991 era Pároco da Freguesia de Arrifana, onde, em complemento com a atividade Pastoral, desenvolveu um inestimável trabalho social, cultural que se traduziu numa mútua e forte ligação afetiva. Foi sócio fundador e Presidente, desde a sua fundação, da Assembleia Geral da IPSS, os Amigos de Arrifana, Liga de Solidariedade Social e Melhoramentos. No Outeiro de São Miguel, sucedeu aos seus amigos D. João de Oliveira Matos, Dr. Alberto Diniz da Fonseca e Dr. Inácio Pereira dos Santos, antigo Diretor do jornal “Amigo da Verdade”, mantendo-se sempre um fiel seguidor das obras dos Fundadores do Outeiro de São Miguel e também ele um homem à frente do seu tempo. Morreu com 90 anos de idade deixando um legado inestimável. Assim, em homenagem à personalidade ímpar do Concelho da Guarda e em reconhecimento pela sua ação nos mais diversos domínios, a Assembleia Municipal da Guarda reunida em sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2020, delibera: aprovar um voto de pesar pela morte do Cônego Joaquim Geda Pinto; dar conhecimento da aprovação deste Voto à família e às instituições em que desempenhou funções.» Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu punha já à votação o Voto de Pesar.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento do Cônego Manuel Joaquim Geda Pinto** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então, agora sim, a CDU. Faz favor. Tem uma Moção pela Regionalização. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor de apresentar.”

- **Deputado Aires Diniz:** “Bom dia a todos. Esta Moção pela Regionalização, é um velho anseio que está na Constituição e começo por ler aquilo que eu tenho aqui. «A Regionalização é um imperativo há muito adiado de que o país necessita e que se impõe para reforçar a vida democrática, para assegurar uma coerente e eficiente administração pública, para criar condições de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, respeitando e preservando a autonomia Municipal. O que está em causa não é apenas o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é verdadeiramente a da criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais, de concretização do desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país e de aprofundamento da democracia, com a possibilidade de controlo das decisões políticas pelas populações a quem as mesmas se dirigem. O país precisa da possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir, bem como estabelecer as prioridades de investimento e mobilização de recursos para o seu cumprimento com decisões tomadas, em cada região, por órgãos eleitos pelas populações e perante as quais correspondem. A criação das regiões administrativas criaria bases para uma efetiva e sustentada política descentralizadora, dar coerência a uma clara definição de atribuições e competências entre os vários níveis de Administração Central, Regional e Local, criar condições para uma política de desenvolvimento regional com ativa participação das Autarquias e dos agentes económicos e sociais, garantir a defesa da autonomia do Poder Local. Ciclicamente, têm-se sucedido iniciativas que apenas nas intenções se aproxima da tentativa de fazer avançar o processo de regionalização. Uma por falta de conteúdo concreto nesse sentido, outras por persistirem apenas em apresentar soluções baseadas nos limites da sua desconcentração. A verdade é que não há sucedânea ou substituto de regionalização que sirva o país e os objetivos de desenvolvimento nacional. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de fevereiro de 2020, decide instar as forças políticas da Assembleia da República a iniciar um processo no sentido de instituição das regiões administrativas, que garanta uma discussão alargada e tão ampla quanto profunda na sociedade portuguesa. E esta Moção deve ser depois enviada, quando aprovada, ao Presidente da República, ao senhor Primeiro-Ministro e às forças políticas com assento Parlamentar.» E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Deputado. Eu punha já à votação também esta Moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Regionalização** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta votos a favor, duas abstenções e dois votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O CDS? Faz favor, uma Declaração de Voto. Senhor Deputado Henrique Monteiro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, os senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados, Comunicação Social, Técnicos da Câmara

e Público. Este nosso voto contra vai no sentido de que nós consideramos que o país é demasiado pequeno para justificar ser regionalizado. O país precisa é ser bem governado. Isso é que é efetivamente necessário e haver uma mais harmoniosa distribuição da riqueza por todo o território. Mais lugares, mais eleitos, mais custos para o cidadão e já basta aqueles que temos que as algibeiras do cidadão já estão exauridas com tanto imposto, com tanta sobrecarga. Isto iria necessariamente significar também um aumento dos custos de funcionamento do próprio Estado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos agora então às intervenções do Grupo Parlamentar do CDS. Quem faz a leitura? Começamos pelo Voto de Protesto, a Guarda a ver passar os comboios? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. Eu faço já a referência aos documentos, vai ler todos, o senhor Deputado, ou não?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A Guarda e a Moção pela facilidade da comunicação de água. Efetivamente a Guarda parece que vai ficar a ver passar os comboios, após a notícia publicada no Interior, a 20 de fevereiro. O Grupo Municipal do CDS vem manifestar a sua preocupação com o facto da Estação da Guarda poder deixar de receber comboios de passageiros que circulem no novo corredor ibérico que passa por Vilar Formoso, Castelo Branco e Lisboa. Não foi dito com clareza se a Guarda vai ou não ter um ponto de paragem de comboios de passageiros que circulem na linha da Beira Baixa e com origem e destino em Vilar Formoso, apesar do senhor Vereador Sérgio Costa garantir que sim. No entanto, não houve até agora uma garantia oficial da tutela nesse sentido. Por outro lado, não foi acautelada uma requalificação da Estação do Barracão, no sentido de receber passageiros e assim poder fazer face a uma eventual substituição da Estação da Guarda, como ponto de paragem dos comboios internacionais, que eventualmente comecem a circular por essa linha. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de fevereiro 2020, delibera: apresentar ao Governo e ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, um Voto de Protesto pela subalternização da Estação Ferroviária da Guarda após a concordância das linhas da Beira Alta e Beira Baixa nos Galegos. Solicitar garantias escritas por parte da tutela de que Estação da Guarda será sempre ponto obrigatório de paragem para comboios de passageiros provenientes da linha da Beira Baixa e com destino a essa linha.» Também poderíamos aqui acrescentar neste Voto de Protesto, o protesto pela, mais uma vez adiada, inauguração da linha. Não sei se isto está a ser gerido de acordo com o calendário eleitoral Autárquico mas, provavelmente, que poderá haver alguma razão nesse sentido. -----

«Pela facilidade em comunicar consumos de água. O Grupo Municipal de CDS não compreende como é que, passados tantos anos, ainda não foi disponibilizado aos municípios uma aplicação para telemóvel, um link na página dos SMAS ou da Câmara Municipal, que permitam uma coisa tão simples como comunicar uma leitura do contador de água. Reiteramos que isto é uma prática comum em imensos municípios deste país. Desta forma evitar-se-iam abusos nas estimativas, sempre arredondadas com gulodice para cima, com óbvia dupla penalização dos municípios na água cobrada em excesso e na taxa de resíduos sólidos e de águas residuais que se encontram

indexados ao consumo, configurando um claro abuso por parte dos SMAS e um financiamento indevido dos cofres de Autarquia à custa dos munícipes. A comunicação das leituras é atualmente possível apenas em horário de expediente, de forma arcaica com necessidade de interlocutor, o que está claramente ultrapassado e é manifestamente insuficiente. Assim, os Deputados Municipais do CDS propõem que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de fevereiro 2020, que delibere o seguinte: que seja disponibilizada, com a máxima brevidade, uma aplicação para telemóvel/tablet, simples e intuitiva, que permita a comunicação de leituras a qualquer hora dentro dos prazos disponibilizados para as mesmas, no sentido de aproximar os consumos faturados aos reais; que seja disponibilizado um link na página do Município e dos SMAS para uma janela onde possa ser feita a comunicação das leituras da água, nas mesmas condições da alínea anterior.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado José Carlos Breia, faz favor. É uma Moção?” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim. Uma Moção e uma Recomendação.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E uma Recomendação, sim. Garantir a fiscalização rigorosa nas intervenções da via pública, a Recomendação. A Moção...” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “A Moção é pela aprovação do regulamento municipal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ok. Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos. «Recomendação, garantir uma fiscalização rigorosa nas intervenções da via pública.» Antes de começar, isto tem a ver com o facto de que vemos muitas vezes intervenções, vemos buracos que foram abertos para reparar roturas e, entretanto, o que se faz é meter o entulho todo e esquecer-se que, junto aos tubos, não pode ficar material grosseiro que, ao ser compactado, volta a romper esses tubos. «O Grupo Municipal de CDS/PP tem vindo a apresentar, nesta Assembleia Municipal, Recomendações ao Executivo para que se resolvam definitivamente as irregularidades no pavimento de diversas vias urbanas, cuja reparação tem sido feita com cubos de granito que assim aparecem inseridos num betuminoso, causando incómodos aos veículos que por aí circulam. Não tendo havido qualquer evolução em termos da reparação de uma situação que, de provisória, se encaminha para definitiva, vamos ainda assistindo, com alguma regularidade, à reparação repetida de roturas nas condutas de água nos mesmos locais. Ora, não seria suposto que assim acontecesse, caso fossem cumpridos os procedimentos tecnicamente aconselhados neste tipo de reparações. Para que estas situações não se continuem a repetir, o Grupo Municipal do CDS/PP recomenda à Câmara Municipal da Guarda que: Ponto 1 - Nenhuma canalização de distribuição de água, esgoto pluvial ou doméstico na via pública, poderá ser coberta sem que tenha sido previamente inspecionada e ensaiada pela competente fiscalização municipal; Ponto 2 - No caso de qualquer sistema de distribuição de água, de esgoto pluvial ou doméstico ter sido

coberto, no todo, ou em parte, antes de inspecionado, ensaiado e aprovado, o empreiteiro da obra deverá ser intimado a mandar descobrir as canalizações, juntas e acessórios, para que se exerça a competente vistoria e ensaio das mesmas.» -----

Moção, as árvores outra vez. Parece que estamos sempre à espera de um temporal para aproveitar para cortar mais do que as que caem, portanto, a Avenida Cidade de Salamanca um dia destes não tem árvores. «O CDS preparou e entregou nesta Assembleia Municipal, em dezembro de 2017, uma proposta de regulamento municipal do arvoredo da Guarda, num formato de documento aberto à participação de todas as Bancadas Municipais e de técnicos da área para permitir uma gestão rigorosa de todo o património arbóreo do concelho. Decorridos que foram dois anos após essa data, após a data em que o CDS aceitou retirar a Moção para que se votasse no Regulamento Municipal de Arvoredo da Guarda e por entendermos que se esgotou o tempo para que o documento fosse trabalhado e melhorado, o Grupo Municipal propõe que a Assembleia Municipal da Guarda delibere: Ponto 1 - Aprovar o Regulamento Municipal do Arvoredo da Guarda, que junto se anexa.» Muito obrigada, tenho dito.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir sobre estes documentos? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente de Câmara, demais Executivo, senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, senhores membros da Comunicação Social, Técnicos do Município e demais pessoas que nos vêm, seja aqui nas bancadas, seja através da internet. Um bom dia a todos. Cumpre-me então tecer aqui algumas considerações sobre estas... sobre a Recomendação não tecerei uma vez que não é destinada à votação, mas sobre estes documentos apresentados pelo Grupo Municipal do CDS. E, sobre eles, começo pelo Voto de Protesto, seguindo a ordem que foi aqui apresentada pelo Grupo Municipal, para dizer que, de facto, me parece um ato, de alguma forma, inútil, esta Assembleia Municipal se manifestar aqui, nomeadamente nos termos em é colocado aqui nesta Moção, perante uma realidade que, como diz a própria Moção, não sabemos se estará ou não estará em causa. E, portanto, há aqui uma situação eventualmente, pelo menos eu julgo que é importante, aquilo que está aqui no ponto 2, solicitar garantias escritas, por parte da tutela, em relação a esta matéria e àquilo que será o papel que a Estação da Guarda tenha, em relação aos comboios que provenham da linha da Beira Baixa. Acho que todos nós temos alguma preocupação em relação a isso que partilhamos com o Grupo Municipal do CDS. Mas não dar isso como adquirido, como acontece neste ponto número 1 que consta da Moção. E, por isso, eventualmente, esta situação, eu julgo que seria de acrescentar aqui pelo menos uma palavra: apresentar ao Governo, e ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas um Voto de Protesto pela «eventual» subalternização da Estação Ferroviária da Guarda. Ou seja, nesse sentido e uma vez que isto não é algo que seja dado, hoje em dia, como certo - aliás, há alguma especulação em torno deste assunto - parece-nos pertinente que as coisas sejam colocados neste plano, dizendo que: preparando uma eventual possibilidade de subalternização, que a Assembleia Municipal da Guarda não estará de acordo com isso e não dará o seu assentimento a essa matéria. Relativamente à Moção sobre os

consumos de água. Quero dizer que creio que, em termos gerais, todas as matérias que aqui sejam trazidas e que permitam aos cidadãos, de uma forma mais fácil e intuitiva, comunicar esses consumos de água merecem o nosso voto favorável e, por isso, a Bancada do PSD também irá votar favoravelmente esta Moção. Contudo, não deixaremos de referir que existem já meios que permitem comunicar essas leituras. Não através de uma aplicação de telemóvel, mas existem outros meios, nomeadamente o meio através de uma linha verde que existe e está à disposição e segue com a fatura para todos nós, através do e-mail e outras funcionalidades existentes no balcão digital, no site da Câmara Municipal, que permitem esse interface entre os serviços do Município, nomeadamente nesta área e com os cidadãos. De todo o modo, a proposta, por não vislumbramos nela nada de negativo, aliás, pelo contrário, tudo aquilo que favoreça o interface com os cidadãos é positivo e, portanto, merecerá o nosso apoio. Finalmente, relativamente à questão do Regulamento Municipal do Arvoredo apresentado pelo CDS. Isto é uma matéria que já aqui abordámos efetivamente algumas vezes e que a minha posição, e creio que a posição do Grupo Municipal do PSD, é hoje a mesma de sempre. Ou seja, em primeiro lugar este Regulamento Municipal não pode provir, ou não deve provir, única e exclusivamente do Grupo Municipal do CDS. Deve ser sindicado, passado primeiro por um crivo dos serviços técnicos da Câmara Municipal da Guarda com competência nesta matéria e, só depois disso, vir a esta Assembleia. De todo o modo, senhora Presidente, também dizer e eu julgo que isto é uma recomendação que fará, ou que podemos fazer e eu posso fazer também ao Grupo Municipal do CDS, mas que julgo que o farei também um bocadinho “usurpando” entre aspas as funções da senhora Presidente da Mesa, e peço-lhe desculpa por isso, eu julgo que o Grupo Municipal de CDS deve perceber também que isto, entrando como uma Moção, um ou dois dias antes da Assembleia Municipal, não nos dá o tempo suficiente também para, confrontados com isto, fazermos uma análise profunda do tema. E a verdade é que os Grupos Municipais, à semelhança da Câmara Municipal, têm, nos termos do Regimento, a prerrogativa de apresentarem este ponto potestativamente no Período da Ordem do Dia, isso está previsto no artigo 37º deste Regimento e, portanto, nessa altura, com uma semana de antecedência, ou com oito dias de antecedência, como julgo que acontece para os pontos da Ordem do Dia, será diferente. Haverá outro tempo e outra possibilidade de se estudar este tema. Quero contudo dizer que da análise, um bocadinho a correr, que fiz deste Regulamento Municipal apresentado pelo Grupo do CDS, me parece que estamos perante um Regulamento extremamente restritivo em relação àquilo que possam ser intervenções que justifiquem efetivamente o abate, a transplantação eventual de árvores. Até noutras coisas como a possibilidade de se colocar um qualquer panfleto publicitário, ou qualquer coisa do género, numa árvore. E, portanto, parece-me que é esse conjunto de restrições, também por esse conjunto restrições e por essa forma restritiva e extraordinariamente proibitiva que consta deste Regulamento Municipal, o mesmo não mereceria, pelo menos numa primeira análise, o meu assentimento. De todo o modo julgo importante que, de algum modo, também se ponha cobro a algum tipo de polémicas que vêm existindo em torno desta matéria. Que finalmente se faça uma discussão. Mas uma discussão acompanhada, efetivamente, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal da Guarda,

porque julgamos que aí, melhor do que ninguém, melhor do que qualquer Deputado, eventualmente, nesta Assembleia Municipal, encontraremos também o suporte técnico para fazermos um Regulamento que vá ao encontro das necessidades da população. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Senhor Presidente, pretende intervir sobre algum dos documentos apresentados? Não? É para intervir sobre os seus próprios documentos? Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Relativamente, portanto, à Moção do Regulamento Municipal do Arvoredó, o documento já veio duas vezes a esta Assembleia. Uma em dezembro de 2017 e foi apresentado como uma proposta de trabalho. Proposta de trabalho essa que mereceu alguma desconsideração por parte do senhor Presidente, na altura, Álvaro Amaro. O CDS trouxe, novamente, já o documento em forma de Moção, na Assembleia Municipal de fevereiro de 2018 e penso que foi pedido ao Grupo do CDS que retirasse a Moção e que seria constituído um grupo de trabalho, integrando elementos de todas as Bancadas, para trabalhar esse mesmo documento. Nós anuímos, concordámos. O objetivo inicial era esse e que também houvesse contributo por parte dos técnicos do Município. O que aconteceu é que parece que o documento teve um veto de gaveta. Passaram dois anos, nada aconteceu. Portanto, durante este período de tempo houve oportunidade de se desenvolver este trabalho e nada foi feito. Daí... e aliás, houve ocorrências nesta cidade que tornam pertinente a existência de um documento desta natureza. É restritivo, não é restritivo. É assim, é aquilo que é. Foi a nossa proposta, foi o nosso trabalho. Aliás, também não inventámos nada, trabalhámos sobre documentos existentes. E, portanto, ele aí está e acho que faz todo sentido, nesta altura, a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre ele. Quanto à inclusão do «eventual» na Moção relativa à Beira Baixa, à linha da Beira Baixa, acho que faz todo o sentido e, sim senhor, concordamos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais ninguém pretende intervir? Passamos, então, à votação destes documentos.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----

----- **A Guarda a Ver Passar os Comboios** -----

- *Aprovada, por maioria*, com quarenta e oito votos a favor, cinco abstenções e oito votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim. Senhor Deputado Monteirinho, declaração de voto, não é isso? Faz favor, foi o primeiro.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom dia, senhora Presidente. Bom dia, senhor Presidente da Câmara, demais Elementos e Deputados, Comunicação Social, Funcionários, Público. O Partido Socialista votou contra porque aquilo que sabe, e que confirmou já, é que os comboios de mercadorias é que não pararão na Estação. Todos os comboios de passageiros, neste momento, está garantida a sua paragem. Assim sendo, não podemos ir a favor desse Voto de Protesto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Bom dia a todos. Há aqui qualquer coisa que eu não consigo perceber. A concordância é a ligação da linha da Beira Alta à linha da Beira Baixa, ou ao contrário, antes da Estação da Guarda. Portanto, fisicamente não é possível ir à Estação da Guarda. A Estação da Guarda é a Estação do Barracão, não há outra. Ou seja, não se consegue vir à Estação da Guarda. Se houver comboios, que não há (porque não havia linha, não há comboios), agora, havendo a linha, pode haver comboios de passageiros. Não podem parar na Guarda, não passa lá! Então, como é que vão parar? A Estação da Guarda é a Estação do Barracão. Ponto final. Isto do «eventual» ficou lá bem. O Tiago disse-o e eu achei muito bem, fica giro... porque não há comboios, os comboios vão aparecer quando houver a linha. Portanto, na Guarda, não param de certeza absoluta. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro, penso que me tinha pedido também. Não? Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Então bom dia a todos e a todas. Muito obrigado. Realmente a Guarda já vê passar os comboios há muito tempo e tem linhas em cima de rotundas que ainda não viu o comboio, nem se sabe quando é que vai ver, não é? Por isso, preocupa-me a nossa orientação relativamente ao voto. É óbvio que temos sempre um pé atrás no que toca a determinados anúncios e promessas. Vamos esperar. É certo que também a obra estava prevista terminar neste final de ano e já se sabe que não vai terminar. E vá-se lá saber quando é que ela vai terminar. E, por isso, vamos esperar. E depois vamos esperar porque de mercadorias já sabíamos que poucos paravam, não é? Parar na Guarda. Deixar o quê, ou transportar o quê? Pode-se questionar, não é? Por isso é normal que os comboios de mercadorias vão diretamente para as grandes cidades, onde procuram e têm essas encomendas e que as fazem. Têm um tecido empresarial que necessitam mesmo dessas encomendas. Infelizmente, a Guarda, raro é aquela que vai precisar de algo. Infelizmente. Por isso, a parte dos passageiros como aqui já foi dito, eu não me interessa que seja no Barracão ou que seja na Guarda. Isso não me interessa, desde que depois haja transportes do Barracão à Guarda. Isso também não é um caso. A população do Barracão, provavelmente, até fica mais bem servida e provavelmente outros negócios irão renascer lá, porque também foram fechados derivado ao fecho dessa mesma linha. Por isso, nem tudo são más notícias. Às vezes, os males de uns são os bem de outros. Toda a gente sabe isso. Por isso, vamos esperar mais um pouco. Espero que não seja tanto como aquilo que eu... provavelmente vocês sabem que vai acontecer. Mas depois cá estaremos também para fazer essa análise. Muito obrigada.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, o senhor Deputado António Monteirinho anunciou que, efetivamente, a questão da paragem só se refere a comboios de mercadorias. Ora bem, sendo nós a porta da Europa e querendo sê-la e manter essa posição, acho que acabou de matar quaisquer expectativas de investimento

a quem pensasse fazê-lo, garantindo que os comboios de mercadorias não vão parar na Guarda e claramente desvalorizando também os investimentos na nossa Plataforma Logística, que inclusivamente se fala agora na respetiva expansão...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado eu tinha-lhe dado a palavra para uma Declaração de Voto. Quer fazer intervenção política? Pode fazer. Eu só lhe altero é aqui as contagens do tempo. Por mim, está à vontade.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Daí fazer todo o sentido nós submetermos aqui a votos esta Moção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz. Também é Declaração de Voto senhor Deputado, é isso? Muito bem.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu não acredito que a Guarda fique fora do mundo, que não parem os comboios de passageiros e de mercadorias. Até porque a Guarda apostou na logística e, portanto, a questão das mercadorias pararem na Guarda ou próximo da Guarda é extremamente importante. Portanto, eu não acredito que essa solução seja definitiva. Por causa disso é que me abstive. Nem fui contra, nem a favor. Ou seja, há aqui alguma coisa que não é lógica. Portanto, há a necessidade de clarificarmos isto perante quem está a produzir a linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa, porque ali o caminho-de-ferro da Beira Baixa, que foi inaugurado em 1893, era para vir à Guarda. Portanto, depois é que houve aí umas coisas, que eu nem quero definir para não chatear muita gente, e parou ali na Covilhã. Portanto, agora vai chegar da Covilhã à Guarda. E a possibilidade é que a linha da Beira Baixa sirva de alternativa à linha da Beira Alta, quando a linha da Beira Alta tenha algum problema. Portanto, isso é estratégico. Já é uma opção estratégica de quem produziu a ideia de uma linha da Beira Baixa a funcionar, que já funcionava. Portanto, eu já fiz o comboio académico da Covilhã até Coimbra. E, portanto, nesse caso, os estudantes da Covilhã podem vir da Covilhã até ao Porto. E, portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo nestas histórias todas que não me agradam como verdade definitiva. Pode ser verdade provisória. Por enquanto, a gente está para aqui a discutir um bocadinho o sexo dos anjos, mas eu espero que Guarda continue a ser um cruzamento de linhas ferroviárias, que a linha de caminhos-de-ferro seja uma mais-valia para a Guarda como lugar logístico de entrada na Europa e de saída da Europa, já que a Europa está aqui ao lado, ou seja, nós somos a Europa. Mas o que é certo é que eu não acredito que esta solução venha a acontecer.”-

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos então... faz favor. Muito rapidamente, por favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Peço desculpa abusar da paciência. Mas nós só fizemos uma Declaração de Voto. Só gostaria de esclarecer uma coisa, porque me parece que houve aqui algum diálogo que foi enviesado e eu gostaria de esclarecer aquilo que tenho para dizer acerca deste assunto. Quando se fala de mercadorias, a rodovia, os camiões que vão diretamente para França não param na Guarda, senhor Deputado. E aquilo que eu disse foi que, eventualmente, os transportes ferroviários de transportes

de mercadorias, que não têm necessidade de parar na Guarda, evidentemente que não param na Guarda. Agora, repare na seguinte questão. Se a Coficab quiser transportar para a Guarda o material que é utilizado para produção de cabos através da ferrovia, evidentemente que parará na Guarda. Eu não entendo porque é que houve esta demagogia acerca deste assunto, senhora Presidente. Por isso, é que me levou a fazer este tipo de intervenção. Foi uma autêntica demagogia dizer que, agora que se alarga a Plataforma, que vamos deixar de ter as mercadorias na nossa Estação. Peço desculpa, senhor Deputado, é isso que interpreto e penso que a maior parte das pessoas, dos Senhores Deputados que aqui estão, interpretaram acerca deste assunto. Muito obrigada, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passemos então à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Facilidade em Comunicar Consumos de Água** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e cinco votos a favor e uma abstenção. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Regulamento Municipal do Arvoredo** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e seis votos contra, dezasseis abstenções e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É Declaração de Voto, certo? Faz favor, senhor Deputado Rui.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bom dia, senhora Presidente, restantes Membros da Mesa. Bom dia ao senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta aqui presentes também, os Técnicos da Autarquia, a Comunicação Social e o Público presente e que nos acompanha via webcast. Para dizer que reconhecemos valia à proposta que foi apresentada pelo CDS. Porém, deparamo-nos também com algumas questões que tem a ver com as restrições que o documento tem na fase em que está. Mantemo-nos, todavia, abertos à solução que foi proposta em primeira estância, e da qual não conhecemos mais nenhum avanço, de fazer, conjuntamente com o Grupo Parlamentar do CDS e outros que entendam que devem estar. Nós, da nossa parte, estamos recetivos a colaborar num grupo de trabalho para afinar o documento e, no futuro, quem sabe, fazê-lo aprovar por esta Câmara. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Deputado. Tenho primeiro o senhor Deputado José Carlos. Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mais uma vez, só para dizer o seguinte. Nós nunca apresentámos o Regulamento como uma proposta fechada. A ideia de o trazer foi para, outra vez, tentar abanar aqui algumas consciências e perceber que temos que fazer alguma coisa. Portanto, já sei a resposta do PS. Muito bem. Eu espero que, por parte do PSD e dos outros Grupos Parlamentares, haja a mesma abertura assim que for feita alguma coisa. Senhora Presidente, não sei quais são os trâmites legais que

devem ser tomados, mas eu penso que... não sei se se deve perguntar, ou não, mas há que fazer alguma coisa. Portanto, obviamente que não temos qualquer ideia que aquilo seja uma proposta definitiva. Ok? É só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, dentro das tradições desta cidade e deste concelho, sempre as pessoas gostaram muito de árvores. Foi o que eu li nas atas da Câmara em 1910, 1911. Havia a festa da árvore, havia essas coisas todas. E eu acho que devemos continuar a festejar as árvores e as plantas e as flores e tudo isso. A questão do ambiente é uma questão fundamental e, portanto, isso deve estar tudo enquadrado num Regulamento que deve ser consensual das forças políticas e da cidade também, das pessoas que andam por aí e que gostam de árvores. E, portanto, este Regulamento que é apresentado é uma mais-valia para nós. É um ponto de partida e não deve ser um ponto de paragem. E, portanto, recomendo à Câmara, eu pessoalmente, e penso eu que toda a gente recomende, que avance com este processo, chamando a elaborar e a escrever e a rescrever, não só as forças políticas, mas também os técnicos da Câmara, de modo que a nossa cidade fique cada vez mais bonita e mais agradável. Não só a cidade mas também todo o concelho, as aldeias, todas elas têm um jardimzinho e, portanto, o jardimzinho pode ser um jardim ou aquilo que é defesa das árvores do nosso concelho e dos nossos arbustos, das nossas plantas, tudo isso. E da retoma da agricultura também, já agora. Até já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro, tinha pedido também. Por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente o CDS, de vez em quando, parece mesmo os verdes. Não é mau, não é mau. Dizer que o Bloco de Esquerda optou pela abstenção, atendendo que merece toda atenção o assunto aqui apresentado e outrora também já aqui apresentado. A verdade é que aprovar um Regulamento, não é por ser apresentado pelo CDS/PP, impõe, sem dúvida, o que já foi aqui trazido por outros Deputados, uma discussão mais alargada e nomeadamente em conjunto com os técnicos da Câmara e com a Autarquia, com a presença se assim o entender. Os métodos podemos agendar. Deve haver mecanismos. Se não os houver, o próprio Grupo Municipal do CDS/PP tem toda essa legitimidade de autonomia e independência de poder propor uma reunião onde deles entenderem, vocês, neste caso, e convidar os respetivos Grupos que também entenderem e aqueles que entenderem comparecer. É fácil. É fácil. Não me parece ser nada de outro mundo. Dizer também que algo me assusta, independentemente... é sempre bom ouvir a discussão das árvores. A verdade é que, custa-me acreditar, como é que ninguém se questiona como é que, e termino mesmo, como é que se planeou e autorizou loteamentos com árvores à porta? Com árvores em cima dos passeios? Essa é que era a discussão que eu gostava de ter e não ver as pessoas depois dizerem no Facebook: é pá, tu és a favor da árvore, se te caísse em cima do carro queria ver. Pois, o problema não é a árvore. O problema é quem aceitou planear e quem lá pôs a árvore e construiu o lado,

ou o que construiu primeiro e depois plantou a árvore sem as devidas atenções. Isso é que está mal. Isso é que devia ser discutido, quem é que autorizou isso? As árvores são sempre bem-vindas. E eu nunca vi ninguém a discutir isso. Porquê? Porque não interessa. Agora, claro, depois aproveita-se e abatem-se as arvorezinhas e depois plantam-se outras. Outras que também vão crescer. Se calhar nem tanto, mas vão crescer. E o problema daquilo que impede, nomeadamente em passeios, de passar uma cadeira de rodas? Continua lá o problema e como é que resolvemos isso? Pois, é o tal debate, é o tal planeamento, são os tais Planos de Pormenor. Aqui alguém os aprovou. O Bloco de Esquerda de certeza que não foi. Os outros, e não estando a dizer que tenham responsabilidades acima uns dos outros, mas a verdade é que essas discussões têm que ser muito mais sérias. E quem autoriza, quem autoriza tem que fiscalizar essas dimensões. E se as dimensões previstas são aquelas e se não são as suficientes em largura do espaçamento entre passeios e as habitações ao início da porta, têm que ser aumentadas essas medidas. Tem que haver um trabalho a pensar no futuro. Em grande, sem medo. E, aí sim, em grande, passeios largos,..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado..." -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "...passeios com espaço para ciclovias..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "...já percebemos. Já ultrapassou um minuto e meio o seu tempo. Já está para além da Declaração de Voto, já está a fazer intervenção. Portanto, obrigada." -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Obrigada. Mas acho que foi perceptível. Obrigado." --

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada. Aliás, se quiser permanecer aí, tem os documentos para ler, portanto... vai buscá-los, muito bem. Passamos então à leitura dos documentos do Bloco de Esquerda. Ora, temos então uma Moção «Pelo adiamento da Descentralização» e uma Moção que é uma «Saudação à greve Feminista Internacional de 8 de março». Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro." -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Ainda não foi a greve, mas ela está para chegar. Ora, então eu passo, mais uma vez, bom dia a todos e a todas e passo à leitura da Moção pelo adiamento da Descentralização. Ninguém é contra a Descentralização, que se perceba o que se pretende e o porquê. «A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu o quadro de transferências de competências para as Autarquias Locais através de diplomas setoriais do Governo, prevê no seu artigo 4º que tal transferência será obrigatoriamente concretizada até 1 de Janeiro de 2021. Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que se traduzir numa justa repartição de poderes entre o Estado e as Autarquias Locais, no reforço da coesão territorial e social e na garantia de políticas públicas que respondam melhor aos problemas das pessoas. Sucede que um número muito expressivo de Autarcas têm vindo a manifestar publicamente discordâncias com o conteúdo, a extensão e o financiamento insuficiente do processo em curso e com qualquer desresponsabilização do Estado nas funções sociais de âmbito universal, como a educação, saúde e cultura. Neste sentido

se pronunciaram muitos Autarcas no recente Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e noutras iniciativas em que a temática da transferência de competências foi objeto de apreciação. Acresce que as transferências de competências já definidas em diplomas setoriais e a respetiva afetação de recursos, não tem tido em conta a diversidade dos meios e estruturas municipais e as desiguais possibilidades de prestação de serviços públicos, locais com a universalidade, igualdade e qualidade que a Constituição prevê e as pessoas exigem. Serão assim gravadas as assimetrias territoriais. Apenas um sexto dos Municípios terão assumido todas as competências já definidas em diplomas setoriais. Apenas cerca de um terço dos Municípios aceitaram competências na área da educação e menos de um quinto dos Municípios do continente assumiram novas competências no domínio da saúde. Assim, a Assembleia Municipal reunida hoje, se assim o deliberar: 1 - Instar a Assembleia da República a suspender a obrigatoriedade da conclusão em 1 de janeiro de 2021, prevista no artigo 4º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, do processo de transferência de competências para as Autarquias Locais. No caso de ser aprovado, enviar ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e à Associação Nacional de Municípios Portugueses. Quer que passe já à leitura da segunda? Não quer optar pela votação?”» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Votamos depois os dois documentos de seguida.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Ok. Então passo à leitura da segunda Moção. «Saudação à Greve Feminista Internacional de 8 de Março. O dia 8 de março, que se aproxima, dia Internacional das Mulheres, é um dia de luta histórica para as mulheres em todo o mundo. Depois de várias décadas de luta, as discriminações de gênero entre profissões, a dupla jornada de trabalho com maior peso das tarefas domésticas sobre as mulheres, as desigualdades atravessadas pela pobreza, pelo racismo, pela diversidade funcional e pelos vários preconceitos que criaram estigmas sobre quem é diferente ou não se encaixa na norma, persistem em todo o mundo, infelizmente. Problemas à escala mundial reclamam uma resposta internacional e a Guarda e esta Assembleia não se pode, de forma alguma, desassociar a essa resposta internacional. É reconhecido que não é indiferente a cor de pele, o lugar de proveniência, de residência, a orientação sexual das mulheres, pois é precisamente entre as mulheres negras e emigrantes que esses problemas se agravam, nomeadamente com contratos precários e sem direitos e onde existe mais racismo e xenofobia. A greve feminista surge de uma proposta feita pelo Movimento Feminista Internacional, que convoca uma greve de mulheres em defesa dos seus direitos como forma de mobilização contra a violência, a desigualdade e os preconceitos. Além do seu caráter internacional, a greve feminista é uma greve social. O seu centro é a realidade das mulheres na vida concreta. Pretende-se dar visibilidade aos trabalhos não contabilizados, nomeadamente os cuidados informais e domésticos realizados, esmagadoramente, por mulheres. A suposta igualdade social para as mulheres que a teriam alcançado, veio a demonstrar-se incompleta e, em alguns casos, completamente ilusória. As mulheres são as protagonistas desta mobilização, mas é essencial que nela esteja envolvida toda a comunidade, nomeadamente os

homens. Pelo mundo, as mulheres têm tomado as ruas neste dia, marcando-o como um dia de luta, mobilização, reivindicação e resistência. Em Portugal, entramos no terceiro ano consecutivo de organização desta greve. É imperativo que aqui, nesta Assembleia, as nossas vozes se juntem a este grito contra todas as grandes injustiças, desigualdades e opressões que as mulheres, por todo o mundo, sofrem, sejam elas a nível económico, racial, jurídico, sexual e cultural. Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Guarda reunida hoje, se assim o entender e deliberar: 1. Saudar a greve Feminista Internacional, a sua luta, bem como todas as conquistas das mulheres e dos movimentos feministas. Remeter este Voto à Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Direitos de Liberdades e Garantias, Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e às Associações e movimentos envolvidos nas iniciativas comemorativas na cidade da Guarda.» Que se espera que, à parte de todos os movimentos políticos e não políticos, organizações governamentais e não-governamentais, espera-se que esta Câmara proponha sempre e que tenha sempre em atenção estas datas e que consciencialize, cada vez mais, a nossa sociedade que é tempo e já basta deixar de colocar a mulher num segundo plano. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito bom dia a todos, novamente. Muito rapidamente, para não gastar muito tempo também. Dizer que o Grupo Municipal do PSD se associa a este pedido pelo adiamento da descentralização uma vez que, de facto, o curto período de tempo, que mediou entre o início deste processo de descentralização e aquele que é o seu pretendido final no início do próximo ano, não foi suficiente para justificar, da parte das Autarquias, um período de adaptação ao nível daquilo que são os recursos humanos necessários para diversas áreas e que, portanto, podem levar, de facto, como a determinada altura o Bloco de Esquerda e a CDU muito bem avisaram, pode levar até a uma questão de desigualdade ao nível do País, naquilo que significa haver Municípios melhor e pior preparados para assumir algumas dessas competências. E, nomeadamente, em três áreas fundamentais, como sejam a educação, a saúde e a ação social, é importantíssimo que o todo nacional esteja preparado e ativamente empenhado neste processo de descentralização, para receber essas mesmas competências e para dar, depois, o seguimento natural à prossecução do interesse público nessas áreas. E, por isso, iremos votar favoravelmente esta Moção «Pelo adiamento da Descentralização» que deve ser entendida, como muito bem assinalou o Deputado Marco Loureiro, não como nada contra a descentralização, mas como a necessidade de, quer o Governo, quer as Autarquias Locais, trabalharem conjuntamente para que este processo de descentralização decorra sem nenhum tipo de incidentes e sem prejuízo para os cidadãos de uns Municípios em relação aos outros. Relativamente à Moção «Pelo apoio à Greve Feminista de 8 de Março», a Bancada do PSD, no caso, cada um dos senhores Deputados votará como bem entender. No meu caso pessoal, faço já a minha Declaração de Voto que é no sentido da abstenção, a qual deve ser encarada, aqui, como um apoio claro à diminuição das desigualdades e à promoção da

igualdade entre homens e mulheres. Há muito a trabalhar, efetivamente, nesse sentido. Mas, também, como uma sensação de desconforto, em face daquilo que é a promoção internacional deste dia, no sentido da greve ou no sentido de uma luta que, no fundo, parece colocar as mulheres num plano de maior inferioridade do que aquele que realmente já existe no mundo. E, felizmente, têm-se dado passos muito positivos nesse sentido e o que esperamos é que continuem a ser dados esses passos no sentido da promoção da Igualdade de Género, porque isso é que faz todo sentido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Quem é que me tinha pedido também para falar? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Infere-se, da minha apresentação da Moção sobre a regionalização, que eu estou contra esta descentralização. Eu e o Partido. E, ao fim e ao cabo, o Tiago fez o favor de recordar que nós, CDU, estamos contra desde o início. Até porque esta questão da descentralização foi sempre um objetivo do Estado Central, que quis transferir, para as Autarquias, os custos de algumas das atribuições que devem ser do Estado Central. E eu, pelos meus estudos históricos com que me disperso, descobri que, em 1887, o Estado Central quis transferir, para as Autarquias, a cobrança do imposto do real da água, para depois as enganar. Claro que, nessa altura, eu só estudei ali a parte, digamos assim, relativamente a Trás-os-Montes, a Bragança. O distrito de Bragança deu com os pés ao Estado Central. Aqui, o único sítio que eu tive acesso às atas foi em Gouveia e em Gouveia também deram com os pés ao Estado Central. Depois, em 1936, foi aqui a Câmara da Guarda que, numa data que li, também disseram ao Estado Central, que era nessa altura o nascente Estado Novo, também disseram que não, que não estavam para gastar dinheiro em coisas que é de atribuição do Estado Central, ficando por realizar despesas e funções do Estado Local, portanto, das Autarquias. E, portanto, nós vamos, aqui, neste caso, votar a favor desta paragem à descentralização que, ao fim e ao cabo, é como consequência de nós termos apresentado a Moção da Regionalização. Em relação à greve feminista. Eu, já há uns cinco anos, estive a escrever sobre uma Mariana Coelho, que era uma moçoila de Vila Real, nascida em 1857, e que foi uma feminista que depois teve que imigrar para o Brasil porque a agricultura de Trás-os-Montes foi abaixo com a filoxera. E ela, no Brasil, escreveu um livro sobre a evolução do feminismo a nível mundial. É uma espécie de monografia sobre o que era, nessa altura, o feminismo, isto em 1933. De maneira que eu também escrevi e, sendo fiel à minha biografada, eu vou votar a favor. Até porque também existem, nas minhas relações, várias pessoas que estão ligadas aos movimentos feministas, embora a gente não concorde totalmente com tudo. Mas pronto. A gente tem que concordar no geral. E, portanto, todos nós que achamos que todos devemos ser iguais e eu tenho uma filha e tenho amigas e a minha mãe e tudo isso, significa que eu sou a favor desta Moção. E, portanto, a evolução da humanidade é no sentido do fim desta opressão sobre as mulheres e também sou a favor. Eu tenho andado a escrever sobre isso. Já saiu, no final do ano passado, no Brasil, um texto meu. Vai sair qualquer dia numa revista de Trás-os-Montes. E, portanto, mantenho-me fiel à minha opção e também à opção das minhas camaradas e amigas, em ligação ao MDM, que vão também comemorar o dia 8 de março, tudo isso, são razões para eu apoiar esta Moção. Embora

não apoie uma greve. Eu apoio é uma afirmação verdadeira e, digamos assim, sem tibieza, dos direitos das mulheres. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovando os meus cumprimentos. Só para dizer que, relativamente ao adiamento da regionalização, a Moção pelo adiamento da regionalização, votaremos a favor. Por um lado, porque levamos o tema demasiado a sério para achar que ele deva ser apressado e que não devam ser tomadas todas as circunstâncias em consideração. E, portanto, queremos que seja bem-sucedido e queremos que, realmente, as Câmaras, especialmente a Câmara da Guarda que é aquela que nos preocupa mais, tenham tempo para incorporar tudo aquilo que é necessário num processo desta natureza. E, por outro lado, em linha, de resto, com o que o próprio Governo tem vindo a fazer, ao admitir que os prazos poderão vir a ser alargados face àquilo que estava inicialmente proposto. Relativamente à segunda questão, a questão do apoio à greve feminista, porque nem todos entendemos o feminismo da mesma forma, desde logo, e por entendermos que é uma questão, mais do que ideológica, da consciência de cada um, haverá liberdade de voto na Bancada do PS. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Falam os dois ou é só um? O senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Relativamente ao adiamento deste modelo de descentralização, o CDS tem-se manifestado sempre contra ele. Aliás, apelidámo-lo de confusão e não de descentralização. Portanto, vamo-nos abster porque, claramente, acho que o próprio modelo devia ser abolido e definitivamente o Governo devia desistir desta forma de descentralizar. Aliás, nós não precisamos que se descentralize. Precisamos é que se desconcentre, que os serviços públicos voltem a ser fortalecidos pelo País fora, em vez de concentrados em Lisboa. Relativamente à greve internacional, eu acho que isto é um documento profundamente ideológico do Bloco de Esquerda e colide, um pouco, com aquela defesa de multiculturalismo que eles fazem no nosso País. Ao se defender o multiculturalismo, estamos a defender a prática de determinados modelos de conceção de sociedade que são importados de países que, de alguma forma, violam gravemente os direitos da mulher. Eu estou a pensar nos Países Muçulmanos. Portanto, nós vamo-nos abster, não porque estejamos contra o tratamento igualitário, equitativo da mulher, porque sempre o defendemos, mas porque achamos que este documento é profundamente e ideológico e mais uma prova da incoerência do próprio Bloco de Esquerda. E também porque isso não traduz a realidade relativamente à relação entre ambos os sexos no nosso País. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Apenas alguns esclarecimentos relativamente à segunda Moção. Que fique claro que não é uma ação organizada pelo Bloco de Esquerda. Antes fosse. O dia em que nós conseguirmos mobilizar tantos a nível

internacional, poderemos, se calhar, não estar a falar com o CDS porque já não existe aqui. Positivamente, não é? As pessoas já não votam, já não votam no CDS/PP. Ninguém. Isso é outra conversa. Agora, uma coisa é certa. Como é que podemos nós falar nos direitos das mulheres e depois vir, ao mesmo tempo, dizer que o Bloco é hipócrita nos direitos das mulheres, que apresenta uma Moção e que fala de todas as consequências nas mulheres no mundo? Nós não pensamos no nosso umbigo. No mundo. Como aqui o próprio Deputado Henrique disse, há Países, no mundo, em que essas mulheres são oprimidas. Então e por elas lá serem oprimidas, se elas vierem para Portugal trabalhar têm que ser oprimidas porque no País delas são oprimidas? Porque a cultura do País delas as oprime? Mas onde é que isto está... isto tem algum cabimento, senhor Deputado? Onde é que isto tem algum cabimento? O Bloco é coerente na defesa dos direitos das mulheres. Coerência é o que nunca faltou ao Bloco nessa matéria. Noutras, pode ser discutido. Pode ser discutido e não há vergonha. Nessa não pode ser discutido porque isso não acontece. Ao contrário do CDS/PP que aí não é incoerente, foi sempre totalitário no que toca à defesa das injustiças para com as mulheres. Isso sim, o CDS/PP teve sempre ao lado da opressão às mulheres. Isso sim, é a coerência do CDS/PP, ao longo de todos os anos, desde o 25 de abril. E basta lá seguir o conservadorismo e basta lá servir esse fanatismo por colocar a mulher em casa a fazer as tarefas domésticas. Vão lá ver quem é que defende isso. Vá lá ver quem é que está sempre ao lado e vocês, a fazer o quê, lá em casa. Isso sim. Isso sim é que deviam refletir. Isso sim. E para dizer ainda que esta greve é mais do que uma greve. O que está aqui em causa neste documento, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, não é a questão da greve. Se lhe quiserem retirar o nome da greve, retirem a greve. Está em causa é aquilo que esse grupo de mulheres, e homens e associações que se associam, o que está em causa é aquilo que elas querem transmitir. É óbvio que o caminho das mulheres terá que ser sempre feito pelas mulheres. Mas também é óbvio que toda a gente sabe, que há barreiras que só são ultrapassadas com determinada ajuda positiva e com a determinação para quebrar essas barreiras impostas, maioritariamente, pelos homens. Maioritariamente pelos homens, repito. E, por isso, a greve, retira o nome greve e mete ação ao lado das mulheres. Ação por aquelas causas. É isso que tem que estar em mente nessa votação, neste documento. Tudo o resto, se é do Bloco, se é do CDS/PP (que era impossível, não é?), mas se é do PSD (que é possível), se é do PS (que é possível), se é da CDU (que é possível). Que seja de vocês todos. Que seja essa Moção de vocês todos. Eu gostava que fosse do CDS/PP, atenção Deputado Henrique. Mas sei que é quase impossível, não é? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada Sr. Deputado. Mais ninguém para intervir, pois não? Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “São só duas coisas rápidas. Eu não sei de que CDS é que está a falar o senhor Deputado Marco Loureiro. Nós estamos aqui dois e ele é só um, em primeiro lugar. Na cidade da Guarda, não sei o que é que se está a passar. Parece que ainda contamos alguma coisa. Ok? E era só isso que queria dizer. Obrigada... E a segunda coisa é que, ao contrário de alguns Partidos, o CDS é um Partido que evoluiu. Só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Bom, passemos então à votação destes dois documentos.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo Adiamento da Descentralização** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e três votos a favor e duas abstenções. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Saudação à Greve Feminista Internacional de 8 de Março** -----

- Aprovada, por maioria, com catorze votos a favor e quarenta e nove abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Eu tenho agora apenas, inscrito para falar, o senhor Deputado Monteiro. Quer começar, por favor?” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, se me permite, cumprimentaria, em primeiro lugar, o senhor Vereador Manuel Simões, do Partido Socialista, que começou, recentemente, a exercer funções no atual do Executivo Municipal. Desejo-lhe as maiores felicidades. Com toda a certeza que, o sucesso dele, também será o sucesso do Partido Socialista mas, fundamentalmente, o sucesso dos Guardenses. Muito bem, senhor Manuel, felicidades. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhoras e Senhores Vereadores, senhoras e senhores Jornalistas, minhas senhoras e meus senhores, Comunicação Social, Funcionários da Autarquia. Ao fim de seis anos de PSD na Câmara Municipal da Guarda e com o segundo mandato a mais de meio, estamos certos que é tempo de começar a fazer um balanço sério sobre aquilo que a Guarda perdeu com esta governação que começou por ser liderada por um Presidente da Câmara que, na primeira oportunidade política, virou as costas à Guarda, deixando o Município num clima de ingovernabilidade, tantos são os sinais de divergência política interna e o mal-estar entre os vários protagonistas do PSD, não excluindo nenhum deles, nem mesmo a senhora Presidente da Assembleia Municipal. Aliás, tal situação ficou cabalmente demonstrada na tomada de posição da senhora Presidente da Assembleia Municipal na última reunião, quando votou ao lado de uma Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, numa perspetiva clara de afrontamento à autoridade do senhor Presidente da Câmara Municipal. Não soubéssemos do empenho da Senhora Presidente nas lides do PSD, como ficou bem patente em últimos atos nacionais do Partido, e até poderíamos ser levados a concluir que a senhora Presidente se estaria a desvincular do projeto político Social-Democrata que abraçou com tanto empenho, há seis anos, ao lado do Presidente da Câmara, Álvaro Amaro. Mas não. O problema não é Álvaro Amaro. Provavelmente, o problema é mesmo o atual Presidente da Câmara, Carlos Chaves Monteiro. Agora sim, conseguimos compreender, finalmente, o alcance das palavras do senhor Presidente da Concelhia, Tiago Gonçalves, a um Órgão de Comunicação Social, pois, pese embora tudo tenha feito para tentar segurar o atual Executivo do PSD até ao fim, parece até ele começar a dar sinais de cansaço e desistência deste PSD, que vive num clima de guerrilha interna para ver quem mais consegue fazer para chegar ao lugar de candidato à Câmara Municipal da Guarda, em 2021. Enquanto tudo isto vai passando, é a Guarda que vai ficando a perder. É a Guarda que vai sendo vítima das distrações políticas que desviam a concentração dos políticos das responsabilidades da sua governação. Enquanto tudo

isto se vai passando, é a Guarda que vai perdendo população. É a Guarda que vai perdendo oportunidades. É a Guarda que vê o futuro adiado, obrigada a agarrar dos novos tempos. Sendo obrigada a aguardar por novos projetos políticos que sejam capazes de devolver a esperança os Guardenses, novos projetos políticos que assumam como uma verdadeira alternativa a este momento político marcado por divisões sem retorno, que estão a prejudicar gravemente o desenvolvimento da nossa cidade e do nosso concelho. Se não, vejamos. No que respeita aos projetos ditos estruturantes e assumidos pela candidatura do PSD, continuamos sem ter à vista os Passadiços do Mondego. Dia após dia, desculpa atrás de desculpa, mas o que é certo é que a obra não avança. Depois, o Multiusos anunciado como a grande obra do regime. Ou é porque não há terreno para o construir, ou é porque não há fontes de financiamento, ou é porque simplesmente não há vontade de o concretizar. Ainda havemos de ver esta obra como uma grande promessa da próxima candidatura do Partido Social Democrata à Autarquia. Isto para não falar da Torre dos Ferreiros, onde todos os dias surgem novas polémicas. Ou são as estruturas metálicas do elevador, ou são as discussões em torno das lajes a aplicar no pavimento, ou recentemente a resposta do atual Presidente da Câmara que, na tentativa de agradar a tudo e a todos, disse que está disponível para reavaliar a solução. Quem assume financeiramente esta decisão? Claro que também poderíamos falar aqui, e já o fizemos, da locomotiva que continua atrasada e nunca mais chega à rotunda da estação, onde a linha já espera e desespera. Ou o abandono dos projetos da requalificação do Largo da Igreja da Misericórdia ou da Praça Velha ou, ainda, e recentemente, os problemas concursais com o ajuste da obra da Ciclovía, que afinal se perspetiva agora como uma não sei quantas fases. Mas mais, senhor Presidente, podemos também falar do campo de futebol de Vila Cortês do Mondego, que o PSD tanto anunciou, com pompa e circunstância, mas que depois ficou muito aquém das possibilidades financeiras do Município. Não fosse o apoio financeiro providencial que o Governo do Partido Socialista veio proporcionar, e bem porque as populações e os atletas de Vila Cortês merecem, e provavelmente esta obra nunca seria uma realidade. A este propósito, também direi que merece a população de Vila Cortês e merecem as populações das demais Freguesias do Concelho. Por isso, não vale a pena, senhor Presidente, andar a tentar tapar-nos os olhos com a peneira, como fez o seu antecessor, com assinatura de contratos de programas para as Freguesias, com as Freguesias. Os Autarcas e as populações sabem bem que nunca se fez tão pouco nas Freguesias do Concelho. E digo-lhe, senhor Presidente, é este o sentimento generalizado que nos chega do mundo rural e até, inclusivamente, dos Autarcas das Freguesias do PSD, para sua surpresa, ou não. É por isso que este Grupo Parlamentar irá, em breve, para o terreno para tentar perceber, claramente, as dificuldades que as Freguesias se defrontam em cada dia, procurando ajudar a encontrar as melhores soluções, aquelas que, na maior parte das vezes, o Senhor Presidente e os demais Vereadores, não são capazes de encontrar. Digo-lhe, senhor Presidente, em matéria do apoio ao mundo rural, às Freguesias, o PS não aceita lições de ninguém, nem de nenhum Partido. É só olhar para o trabalho que foi desenvolvido pelos nossos Autarcas, pelos Senhores Presidentes de Câmara do Partido Socialista que aqui passaram, desde Abílio Curto, Maria do Carmo Borges, Álvaro Guerreiro e Joaquim Valente. No terreno, notamos bem

como os Autarcas das Freguesias e as populações recordam estes tempos. Com saudades, em que tanto se fez pelo mundo rural no nosso Concelho da Guarda. Termino, como não podia deixar de ser, com os tópicos das variantes. Senhor Presidente, nos últimos tempos têm sido anunciadas variantes para todos os gostos e todos os feitios. Ela é a variante para cima, para baixo e para os lados. Para onde quer que nos viremos, havemos de esbarrar com as novas variantes. Mas continuam só no papel. Assistimos a um rol de anúncios sobre grandes investimentos para a Guarda, mas continuamos, ao fim de seis anos, repito, ao fim de seis anos, a ver muito pouca obra concretizada. Onde está o Quarteirão das Artes? Para quando a conclusão do Quarteirão Associativo? Então, de que serve anunciar... “ -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para o alertar que já ultrapassou dois minutos do seu tempo. Portanto, agradecia-lhe que abreviasse, por favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Vou já terminar. Afinal, então, de que serve anunciar as obras de investimento em catadupa, se depois os projetos se vão acumulando nas gavetas até deixarem passar de moda? Afinal de contas, senhor Presidente, o vosso trabalho, ao longo destes seis anos, pode muito bem resumir-se ao famoso ditado popular - o Governo do PSD, na Guarda, tem muita parra e pouca uva. Agora, sim, termino colocando seis perguntas que deveriam ser objeto de reflexão e merecer a melhor atenção do atual Executivo. Primeira: como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população da Guarda? Como tornar a Guarda uma cidade amigável, segura e inclusiva de todos e para todos? Como fazer a Guarda uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente? Como tornar a Guarda uma cidade inovadora, criativa, capaz de competir num contexto global gerando riqueza e emprego? Como afirmar identidade da Guarda num projeto e num mundo globalizado? Como criar um modelo de governação eficiente, participado e financeiramente sustentado? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, ultrapassou o seu tempo em 4 minutos. Eu peço-vos que sejam criteriosos no cumprimento do tempo, porque depois... o CDS queixa-se. É verdade, tem razão, o CDS queixa-se. A CDU... está a ver o problema que me arranjou agora, senhor Deputado? Olhe, a CDU tem 24 segundos para falar. Não, tem 8 segundos para falar. O que significa que eu, em bom rigor, deveria dar-lhe os 4 minutos que dei ao Senhor. E, por isso, senhor Deputado Aires Diniz, quer intervir? Eu tenho aqui já intervenções do PSD. Senhor Deputado quer intervir já? Então, faz favor, Senhor Deputado Miguel Bandarra.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes Elementos de Mesa, caro Executivo Municipal, senhores Presidentes de Junta e senhores Deputados Municipais. Mais empresas e mais emprego tem sido o mote deste Executivo Municipal. Recentemente, foi criado o Espaço Empresa para prestar um maior apoio a quem quer investir na Guarda e, assim, estimular a criação de emprego. Como sabem, vai-se instalar, na Guarda, uma nova unidade de produção de brinquedos, começando inicialmente pela pintura e embalagem e, posteriormente, terá também a

componente de injeção de plásticos, ficando assim, todo o processo produtivo, autónomo e completo, sendo que, esta empresa, e para que os senhores do Partido Socialista possam ouvir bem, irá investir cerca de meio milhão de euros e criar inicialmente catorze postos e, até 2025, noventa postos. Mas, como é do conhecimento público, muitos outros investimentos estão a ser feitos. De abril de 2019 a esta parte, e já a laborar, foram criados mais de uma centena de postos, com um investimento de 30 milhões de euros. No mesmo período e em fase de execução ou de finalização, vão, a curto prazo, ser criados e cento e trinta postos num investimento superior a 32 milhões de euros. Muitos destes empregos foram e estão a ser criados por empresas sediadas na PLIE e, como tal, a terceira fase desta mesma PLIE, que contemplará quarenta e um lotes, é uma realidade muito próxima visto que apenas cinco lotes, da fase inicial, estão por ocupar. Gostaria de deixar uma palavra de incentivo a este Executivo para continuar a cativar cada vez mais empresas e mais emprego. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz:** “Eu não sei como é que sou enganado sempre, aqui nesta história da contagem dos minutos. Bem, vamos cá ver se eu consigo salvar a pátria. Aqui há dias, na última Assembleia Municipal, eu propus que nós, Assembleia Municipal, nos organizássemos para ir falar com a ULS sobre os nossos problemas de saúde. E, porque como esses problemas se vão agravando e nós conhecemos essa situação, eu volto a propor a formação desse Grupo Parlamentar para falarmos com a ULS da Guarda, com a Direção da ULS. Depois, também houve alguém que se dirigiu à CDU, ao PCP, para falar da necessidade de defender uma Associação de produção de Cobertores de Papa. Temos aqui um exemplo e, portanto, eu trago aqui esse problema, o apoio, a necessidade da Câmara apoiar a Associação o Genuíno Cobertor de Papa, que é uma associação que existe aqui numa freguesia do concelho. Depois, outros problemas que é a questão do apoio aos estudantes do Politécnico, que não deve ser só referido aos estudantes do Politécnico, mas a todos os provenientes dos PALOP, quer sejam do Politécnico, quer não sejam, e, ainda, a todos os estudantes que venha à nossa cidade. A nossa cidade tem que ter um plano estratégico para inserir os jovens que vêm para aqui, na nossa dinâmica, e enquadrando-os naquilo que nós vivemos na nossa cidade em relação à juventude. Portanto, o apoio à juventude é algo que nós defendemos. Há outros problemas que é a questão da limpeza da cidade e das aldeias que, por vezes, parece que não há uma atenção como deve ser. Depois, há outras questões que nós queremos questionar, que é a questão do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho, que também convidamos e requeremos à Câmara que apoie, quer os trabalhadores, quer os representantes dos trabalhadores naquilo que é necessário para que eles desempenhem bem as suas funções. Há outra questão, que é a que estão dos estaleiros municipais que ainda não estão perfeitamente adequados às necessidades dos diversos serviços e que, portanto, a Câmara devia ter isso em atenção. Depois, há questões dos direitos dos trabalhadores, que é questão do SIADAP que demorou muito tempo a ser terminado. O ACEP já foi assinado. Mas, agora, queremos pedir à Câmara e queremos, digamos assim, reivindicar, perante a câmara, que os trabalhadores da

Câmara tenham todos os mesmos direitos, qualquer que tenha sido a sua forma de provimento inicial. Depois, há a questão dos espaços verdes e abate de árvores. Já falámos aqui sobre a questão do Regulamento para as árvores que deve ser também, digamos assim, inserido num processo que já tínhamos dito que queremos que a questão das árvores e dos espaços verdes tenham um plano estratégico da Câmara, uma rotina e uma constante atenção a esses problemas para que a cidade fique mais bonita, o concelho mais bonito. E, portanto, depois isto integra-se também naquilo que os nossos representantes das Forças Policiais falaram, na questão da floresta e na questão da defesa da agricultura. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Sei que só tenho 24 segundos. Não se preocupe. Não se preocupe que vou cumprir mesmo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, mas tem o mesmo tempo que os outros. Eu tenho que ser...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Sim, mas não é preciso. A minha intervenção seguinte está preparada para o ponto seguinte. Esta vai terminar agora...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Agradeço-lhe a sua compreensão.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “De nada. Por norma, questiono logo o Presidente de Câmara. Eu vou aqui trazer um apontamento para uma Junta de Freguesia. Várias queixas, não uma, mas várias queixas de cidadãos dessa Freguesia chegou ao Bloco de Esquerda e passo a citar a Freguesia, Santana D’Azinha, senhor Presidente José Gonçalves. Foi apresentado, eu próprio já me deslocuei ao local e, por isso, passo a citar a queixa trazida ao Bloco de Esquerda e do qual espero que a Junta de Freguesia possa iniciar o procedimento de conversações com o lar Gold Palace, Residência Sénior, que é inadmissível que os contentores de lixo à porta estejam completamente sobrelotados de fraldas, de resíduo, para uma vista lamentável. Para lá da vista, um problema de saúde pública e que deve ser imediatamente resolvido. E se não o for por parte da entidade, certamente terá que haver queixa-crime para que isto não continue a voltar a acontecer. Sei que a Junta, provavelmente, tenho quase toda a certeza que não tem culpa disto, não é? Porque quem faz aquele ato são os responsáveis daquela instituição que já foram avisados várias vezes, mas que continuam a ignorar os avisos e, por isso, compete também ao Bloco de Esquerda avisar as entidades em causa, nomeadamente a Junta que tenho toda a consideração e tenho toda a certeza que o senhor Presidente irá passar e a transmitir, a quem de direito, essas preocupações e todos os procedimentos seguintes, se nada for feito, que da parte do Bloco de Esquerda irão tomar perante estes atos. Queria também passar a perguntar aqui ao senhor Presidente da Câmara apenas, como é que está o procedimento, já não é de novo esta pergunta e também já foram obtidas várias respostas mas, como a despoluição do Rio Noéme não é completa, o Bloco de Esquerda, de dois em dois meses, irá continuar a perguntar o que é que já está feito a mais daquilo que já foi apresentado aqui. Muito obrigado.” ----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Luís Aragão. Há intervenções? Fazemos depois, está bem?” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Mais uma vez, bom dia a todos. O que me traz, agora, aqui, é o problema da ULS que já foi referido pelo Deputado Aires Diniz. Veio novamente a público a abertura do concurso para a elaboração do projeto de execução do Pavilhão 5, 2ª Fase, - não percebemos se 2ª Fase é o Pavilhão 5, ou é mais do que isso, - mas do Pavilhão 5 para poderem levar por diante as obras de requalificação daquela parte do Hospital. É algo que, recorrentemente, vem à baila. Veio na última campanha com o candidato do Partido Socialista a Primeiro-Ministro a fazer uma intervenção e dizer que iria levar para a frente as obras do Hospital, porque era um anseio das pessoas da região. O que é certo é que não tiveram o cuidado de garantir que havia o financiamento para que isso acontecesse. Outra coisa que eu também não consegui perceber na notícia que é avançada no site da ULS, é o facto de terem que pedir autorização para a abertura do concurso. Parte-se do princípio que isso seria uma coisa normal, tendo em conta que seria uma vontade do Governo e uma vontade dos nossos governantes de levarem isso para a frente. Portanto, não percebi porque é que teriam que pedir essa autorização, partindo do princípio que era isso que queriam fazer. Depois, não gostei de uma entrevista que ouvi do senhor Deputado Santinho Pacheco que vinha pôr em causa a anterior candidatura que tinha sido feita, quer nas áreas que falava em dois mil metros quadrados e, agora, cinco mil - acho que o Pavilhão 5 era o mesmo, não sei se havia candidaturas diferentes -, que teriam candidatado apenas 2 milhões e meio e que aquilo agora seriam 7 milhões. Eu dá-me ideia que isto, infelizmente, como a questão dos movimentos, antes era o Movimento pela Criança, com a fralda, agora é o Movimento pela Saúde Materno-Infantil na Guarda, infelizmente, sempre conotados à ligação a um lado, ou ao outro, que também não é bom porque são assuntos que são transversais e que nos devem empenhar a todos para conseguir levar isto para a frente. Têm todo o mérito. Ambos tiveram mérito, ambos têm mérito. No entanto, é um esforço que as pessoas fazem para conseguir que as coisas andem. Estamos também a assistir, infelizmente, cada vez mais, à saída de profissionais da Saúde, designadamente os Médicos que põe em causa o funcionamento de algumas especialidades, algumas valências. O caso de Oftalmologia, que nos foi contado aqui, de viva voz, por um dos Médicos. Um Oftalmologista, o Dr. Henrique Fernandes, que veio dizer que o serviço iria ficar com menos um Médico, que efetivamente veio a acontecer, que põe em causa o funcionamento do serviço, diminui a capacidade de resposta. O caso da Ortopedia que continua com problemas e com alturas em que os doentes têm que ser encaminhados para outras unidades hospitalares recorrentemente, para tratamento de coisas que podiam ser feitas aqui na Guarda. Temos o caso dos médicos da Cardiologia, que também continuam com poucos profissionais na área a pôr em causa o funcionamento dos serviços e, se as pessoas têm a infelicidade de ter necessidade de ir, em determinados dias, não têm médicos, não têm profissionais para os tratarem. Portanto, é preciso que o Governo dê mais atenção também à parte dos profissionais, à

necessidade de trazer profissionais para a Guarda, da mesma maneira que temos necessidade das instalações que sabemos que estão extremamente degradadas. Temos também que clarificar, penso que era importante fazer isso, se o Pavilhão 5 é a 2ª Fase ou se a 2ª Fase vai para além do Pavilhão 5, porque fala-se aqui em muitos milhões, fala-se aqui em grandes candidaturas, mas o que é importante é termos a possibilidade de vermos efetivamente as coisas a acontecerem e não, infelizmente, como tem acontecido, a diminuir a capacidade de resposta daquela Unidade Local de Saúde e a pôr em causa os cuidados básicos de saúde que a população do interior necessita. Uma chamada de atenção. Muito obrigado.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado, Presidente da Junta de Vila Cortez, Lúcio Valente.” -----

- **Deputado Lúcio Valente, Presidente de Junta de Freguesia de Vila Cortez (PSD):** “Ora, então, bom dia a todos. Senhora Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Público em geral, não vejo cá assim grande gente, e Comunicação Social. Venho aqui simplesmente falar do campo de futebol de Vila Cortez do Mondego, não é de Vila Cortez mas do Vale do Mondego. Quero dizer ao senhor Deputado Monteirinho que lhe fico grato pela sua preocupação, agora, nesta altura, por o campo de futebol não estar acabado. Obrigado, senhor Deputado. Mas quero-lhe informar uma coisa. Acho eu e aquilo que eu sei, dentro daquilo que eu tenho a certeza absoluta, a culpa não é da Câmara Municipal. É sim do empreiteiro, infelizmente. Por isso, não se deve culpar quem não tem culpa, deve-se culpar quem tem culpa. Embora a Câmara terá que fazer alguma pressão sobre isso, mas a culpa das obras estarem atrasadas é do empreiteiro e não da Câmara Municipal. Aquilo também que quero dizer a V. Exa., senhor Deputado, é pena que agora venha a estar preocupado com o campo quando, noutra altura, tanto o criticou. Nada mais tenho a acrescentar.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É só para dizer que acompanho o senhor Deputado Aires Diniz na sugestão de se criar aqui uma Delegação da Assembleia Municipal para fazer uma visita ao Hospital da Guarda e tentar perceber, nos diversos serviços, aquilo que efetivamente se passa para acabarmos aqui com qualquer tipo de especulação. Aliás, no que se refere à Oftalmologia, que foi aqui muito bem retratada na última Assembleia Municipal, eu posso dizer que eu tenho um familiar que regularmente recebe um tratamento injetável nos olhos e do qual depende continuar com a visão. Neste momento, não se sabe, ninguém sabe, se os tratamentos lhe vão continuar a ser feitos, ou quando é que lhe vão ser feitos. O risco é a cegueira e tem que haver respostas para isto. E como este caso que é meu, que me é próximo, quantas dezenas, centenas, haverá por este distrito fora. Obrigado.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Tiago Gonçalves.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Bom dia, novamente. Queria começar por uma primeira palavra de saudação democrática e que cumpre sempre fazer nestes momentos, tanto ao Vereador Manuel Simões, novo Vereador da Bancada do Partido Socialista nesta Câmara Municipal da Guarda, e também um cumprimento ao Deputado António Monteiro pela sua recente eleição para a Concelhia do Partido Socialista. Queria começar também aqui, neste Período de Antes da Ordem do Dia, por uma palavra relacionada com aquilo que foram as intervenções do Comando Distrital da PSP e do Comando Distrital da GNR que tivemos no início desta nossa Assembleia Municipal. Sendo muito importantes, duas entidades com forte presença no nosso Concelho, é muito importante dar aqui duas notas sobre aquilo que aqui vieram dizer. Em primeiro lugar, a questão da criminalidade e do facto de termos uma baixa criminalidade no Concelho da Guarda e também relativamente à sinistralidade rodoviária, uma vez que essa é uma preocupação que julgo temos todos também nesta Assembleia Municipal. Que se aproveite estes dados e esses estudos para também se verificar nas vias em que efetivamente existe mais sinistralidade rodoviária, o que é que pode ser feito no sentido de melhorar e, de alguma forma, diminuir essa mesma sinistralidade. Quero também dizer, porque vem a propósito da presença aqui desse Comando Distrital da GNR e do Comando Distrital da PSP, que me recordo também que, em 27 de novembro de 2018, neste mesmo palanque onde agora me encontro, o Ministro da Administração Interna de então, e de agora, o Dr. Eduardo Cabrita, disse aqui, perante todos nós, que estava para muito breve a questão da resolução do problema das instalações do Comando Distrital da PSP e do Comando Distrital da GNR. E, por isso, da mesma maneira que o Deputado Monteiro, ainda há poucos instantes, aqui fazia algumas perguntas sobre situações relacionadas com o domínio da competência da Câmara Municipal, também, permita-me, Senhor Deputado, que lhe devolva essa questão. Como está, efetivamente, se na altura estava tão próximo a resolução do problema das instalações do Comando Distrital da PSP e do Comando Distrital da GNR, passados um ano e cinco meses, está tudo rigorosamente na mesma e aqui não sabemos de mais nada. E está rigorosamente na mesma muitas outras coisas: a Pousada da Juventude, já tantas vezes anunciada por este Secretário de Estado da Juventude; o Hotel Turismo que, também, segundo sabemos, há agora uma notícia da concessão ou da subconcessão de uma entidade à outra, mas que aqui perante nós, e aos olhos de qualquer Guardense, permanece, cada vez mais, abandonado; ou o famigerado Centro Nacional de Educação Rodoviária de que continuamos sem saber uma linha. Relativamente à linha da Beira Baixa, também é importante que se diga aqui algumas coisas. Efetivamente, a grande preocupação tem a ver, única e simplesmente,... porque a linha da Beira Baixa termina na Estação Ferroviária da Guarda meus amigos, não tenham nenhuma dúvida em relação a isso. E, portanto, a generalidade dos comboios que vão passar pela linha da Beira Baixa, nomeadamente os comboios de passageiros, vão trazer as pessoas efetivamente até à Estação Ferroviária da Guarda. Não haja qualquer dúvida sobre isso. A questão que se coloca é a questão eventual dos comboios internacionais, nomeadamente, por exemplo, os Sud-Express que possam passar pela linha da Beira Baixa e seguir, entrar na linha da Beira Alta para o estrangeiro. E, relativamente a esta situação, é nossa preocupação efetiva que haja, da Estação do Barracão para a Guarda, uma carruagem que possa

transportar passageiros que queiram parar ali na Estação do Barracão para vir para a Guarda, aproveitando mais esse comboio que é o Sud-Express. Ou que faça o contrário. Sair também num comboio internacional, que vai em direção a Lisboa pela linha da Beira Baixa, possam apanhá-lo nessa Estação Ferroviária do Barracão. E, portanto, isto é uma coisa de grande importância para todos, é uma coisa que acho que não merece a censura de ninguém nesta Assembleia Municipal e é uma questão que, de todos os Grupos Municipais, deve merecer a maior preocupação e uma defesa convicta dos interesses da Guarda nesta matéria. Relativamente, ainda, à questão do transporte de mercadorias. Falamos, há anos, aqui, no terminal ferroviário da Guarda. Mas eu acho que é preciso ir mais longe. A determinada altura, a Guarda, todos compreendemos, de facto, pela sua localização geográfica, pelo facto de se encontrar no eixo de duas autoestradas e agora de duas linhas ferroviárias, temos condições privilegiadas para a logística. E por isso se fez uma aposta a determinada altura, nesta cidade, nessa matéria da logística. Pois, essa aposta, pode e deve ser reforçada. Além do terminal ferroviário de que há anos se fala, eu sou a favor, e convictamente a favor, de que a Guarda deve pugnar, junto da tutela, por que seja instalada, na Guarda, o primeiro porto seco deste País. Há cerca de um ano atrás, por volta de Abril do ano passado, foi criada legislação, por parte do Ministério do Mar, no sentido da possibilidade de criação de portos secos no País. E um porto seco é precisamente isso, um grande terminal de contentores que se situa num local onde não há mar, onde não há rio, mas num local onde possa ser feita a logística propriamente dita. Vamos transformar a Guarda, vamos pugnar, realmente, toda esta Assembleia Municipal e toda esta cidade, por ter na Guarda um porto seco que faça de nós efetivamente a porta de entrada de mercadorias da Europa para Portugal, mas também a porta de saída das mercadorias que se fabricam em Portugal para a Europa e para o mundo. E esta, creio eu, é uma ambição importantíssima também para todos nós. Finalmente, tenho que me referir, ainda que em traços gerais, à parte do discurso do Deputado António Monteiro que se referiu à minha pessoa e a outras pessoas que fazem parte desta Assembleia. Senhor Deputado, independentemente das questões pessoais que Vossas Excelências muito valorizam, e se calhar valorizam quando precisamente dá jeito valorizar, aquilo que lhe quero dizer é que, da minha parte, pode contar comigo aqui. Pode contar comigo aqui o senhor Deputado Monteiro e pode contar comigo a senhora Presidente da Assembleia Municipal e os demais Secretários da Mesa, como pode contar comigo aqui o senhor Presidente da Câmara Municipal e os demais Vereadores que com ele formam este Executivo, como podem contar comigo os Deputados Municipais, todos que foram eleitos na lista do PSD que eu integro e todos os Presidentes de Junta que foram eleitos sob o signo do PSD e sob listas independentes que se candidataram ao lado do PSD. Pela minha parte, senhor Deputado Monteiro, cá estarei sempre a dar a cara, nesta Assembleia Municipal, por um projeto que muito me orgulha e cuja integridade farei os possíveis, farei tudo por que se mantenha até ao fim. Porque, sem margem de dúvidas, foi o melhor projeto apresentado às últimas eleições Autárquicas, é um projeto que orgulha aqueles que o integraram e é um projeto, de facto, com um cariz transformador da nossa cidade. E é por isso, por esse projeto que foi sufragado pelos Guardenses, por mais de catorze mil Guardenses, que cá estarei a dar a cara até ao fim. Certo é também uma coisa. É que o seu discurso,

dentro dos cerca de dez minutos que teve a oportunidade de falar, voltou a não transmitir uma ideia, um projeto alternativo, algo em que consubstancie aquilo que o Partido Socialista tem para dar de novo à cidade da Guarda. E, por isso, senhor Deputado Monteirinho, aquilo que lhe quero dizer é que, rejuvenescido, ou não, o PS continua a não ter projeto e isso ficou bem patente no seu discurso que mostra que o «bota a baixo», é a única coisa que o PS tem para dar à Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Érico, por favor. Senhor Presidente de Junta.” -----

- **Deputado Érico Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçaínhas (PSD):** “Muito bom dia a todos. Bom dia senhor Presidente, o resto dos Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, o resto do Executivo, Presidentes de Junta, Deputados, Comunicação Social, Técnicos e o restante Público que nos ouve. Senhor Deputado Aires Diniz, muito obrigado por vir aqui lembrar a Associação Genuíno Cobertor de Papa, de Maçaínhas. Mas para lhe dizer também que a Junta de Freguesia, onde está inserida a Associação Genuíno Cobertor de Papa, tem feito todas as diligências possíveis, para com este Executivo e outros organismos, na divulgação, promoção e importância do que é o cobertor de papa. Pois, como todos sabem, ou deveriam saber, Maçaínhas é hoje o único local onde o cobertor de papa é feito totalmente de forma artesanal. Como tal, não acredito que esta Câmara não pense em Maçaínhas como o fio condutor à candidatura da Capital Europeia da Cultura. O que é necessário é o diálogo entre todos, de forma proactiva, para que este produto único a nível mundial seja uma mais-valia para todos nós. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Não havendo mais intervenções, senhor Presidente, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Bom dia a todos. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, os restantes Membros da Mesa, os meus colegas do Executivo, também todos os senhores Deputados aqui presentes dos diversos Grupos Parlamentares, os senhores Funcionários, também a Comunicação Social e todos aqueles que nos acompanham também lá em casa. Queria começar por, de facto, também dirigir um agradecimento aos representantes do Comando Distrital da PSP e da GNR, pelo depoimento, pela informação, pelo conjunto de conhecimentos que trouxeram a esta Câmara. E dizer, também a propósito disso, que vamos, na Rua do Comércio, e atendendo até ao facto de não termos tido uma resposta efetiva àquilo que têm sido os danos naquela rua, designadamente no mobiliário urbano, à vegetação e às flores que ali se encontram, neste projeto que nós acabámos de concluir, do contrato de contratualização, passo o pleonasma, da empresa de vigilância, nós vamos colocar, a tempo inteiro, um vigilante na Rua do Comércio. Portanto, é a forma mais imediata, é a forma mais adequada, independentemente daquilo que eu já em tempos referi de colocarmos videovigilância. Está em avaliação esse processo do ponto de vista técnico. Tem demorado algum tempo, tempo esse que já é extensivo e merece uma resposta efetiva para este problema. E vamos dar. Para além de agradecer a participação e as informações que foram dadas, também quero transmitir exatamente isto a esta

Assembleia e à Guarda de que vamos ter, naquele local, naquela rua, essa vigilância durante a noite a partir das 10h00 da noite até às 08h00 da manhã. Depois, ainda relativamente à Estação e à convergência da linha da Beira Baixa com a linha da Beira Alta. É evidente que foi sempre assumido que o transporte de passageiros vem à Guarda, que o transporte de mercadorias utiliza efetivamente esta linha em convergência com a Beira Alta. A linha da Beira Alta passará sempre à frente da estação da Guarda e com certeza que, num período em que ambas as linhas têm que ser remodeladas e, principalmente, como sabemos, o tempo e a utilização que é dada à linha da Beira Alta, que necessita de um apoio e de uma requalificação premente para continuar a defender o transporte das mercadorias de todo o País, designadamente dos portos de Aveiro, de Figueira da Foz e também de Leixões, sabemos bem que é preciso haver um corredor alternativo, designadamente no momento em que há essas obras de requalificação da linha da Beira Alta e a linha da Beira Baixa está, efetivamente, como uma alternativa e a convergência vem facilitar, em termos de tempo e de eficiência, esse transporte de mercadorias. Portanto, não se coloca, e foi assim que nos foi transmitido já há longa data até este momento, de que não está em casa nunca a subalternização da linha da Estação da Guarda, como uma cidade onde historicamente confluem as duas linhas mais importantes do País. Mas, preocupante é que o Partido Socialista, durante vários anos, nunca tenha tido a atenção, numa linha da Beira Baixa final entre a Guarda e a Covilhã, que esteja encerrada e depois de uma qualificação, não se tenha afirmado contra esse encerramento, quando ela é, efetivamente, estratégica para o desenvolvimento, não só do País, mas também da região onde a Guarda tem aqui uma centralidade muito determinante. E é isso que nós queremos manter e reforçar. Desde logo, ou com o porto seco ou com o terminal ferroviário naquela localização, ou noutra. É verdade que a Guarda pode aqui, em termos de competitividade com outras cidades, ter aqui uma oferta mais capaz, mais eficiente, naquilo que é a concentração logística de mercadorias e, a partir daqui, pode-las distribuir, quer para o mercado Espanhol, quer para o restante mercado Europeu. Depois, também referir que, relativamente a esta questão da água, há efetivamente três formas de comunicar a leitura do nosso contador da água. Através, desde logo, de um funcionário leitor, como é tradicional; da linha verde através do email para o Município da Guarda e através do balcão digital disponível na página do Município, onde, para além da possibilidade de enviar a leitura, o cliente tem disponível um conjunto de funcionalidades relativas ao seu consumo de água: o histórico, a sua faturação, emissão da fatura, comunicação de leitura, reclamações ou sugestões. E também tenho a dizer, por esta via não recebemos esta sugestão. Mas também, em boa hora, e nós não a fizemos ainda porque, de facto, há aqui um custo elevado e há que estabelecer. Isto é uma aplicação que existe e que a EPAL disponibiliza aos Municípios. Há um custo elevado face, também, àquilo que é o nosso histórico da utilização do balcão digital. Mas nada está fechado. Aliás, hoje as cidades querem, cada vez mais, apostar no digital. A Guarda tem-no feito e também, por essa via, é mais uma solução para estarmos próximos dos cidadãos e assim resolver os seus problemas. Depois, eu queria, efetivamente, também, dar aqui alguns contributos naquilo que foram as dúvidas dos senhores Deputados, designadamente, começando pelo fim. O senhor Presidente da Junta, o Érico, de Maçaínhas, e também ao Deputado Aires Diniz.

Dizer que, ao nível desta Associação do Genuíno Cobertor de Papa, temos a dizer que nós fomos impulsionadores da criação da Associação porque quando se dirigiram pelas primeiras vezes ao Município da Guarda, onde, quer o meu colega da Cultura, quer eu próprio, ainda Vice-Presidente, colocavam a questão de apoiarmos a iniciativa, - porque a única entidade, como sabem, era a Escola de Artes e Ofícios de Maçaínhas, a mesma encerrou atividade, - e colocaram a questão de como é que poderiam também criar e ter apoios para dinamizar este setor. E nós demos indicações, orientações, para que esta Associação, hoje, no fundo, a fiel depositária do fabrico tradicional do cobertor de papa, nós dissemos, desde logo, tem que efetivamente criar uma Associação e daí a Associação do Genuíno Cobertor de Papa. Foi no meu gabinete, ainda enquanto Vice-Presidente, que saiu essa ideia exatamente pelo relacionamento próximo que havia e que há entre o Município da Guarda e a própria Associação. Onde também apoiámos, em colaboração com o Museu dos Meios, a doação e a atribuição de algum fio para começarem a elaborar e fabricar, de modo artesanal, o cobertor de papa. Portanto, nós, quer com esta, quer com todas as associações, temos feito um trabalho bastante positivo e em parte, ou em grande parte, é também por força da Câmara Municipal da Guarda que estas Associações que se dirigem, e que muitas vezes sentem-se isoladas, sozinhas, sem solução para prosseguir os seus objetivos societários ou associativos, o Município está cá, atende, dá respostas e, efetivamente, cumpre com a sua função que é manter viva esta tradição, como disse e bem, o senhor Deputado, Presidente da Junta de Maçaínhas, que muito também tem feito pela divulgação e promoção. E, aqui, todos nos associamos nestas formas de desenvolver mais um setor tradicional, uma atividade tradicional e um produto único no mundo que é feito no nosso Concelho. Senhor Deputado Aires Diniz, eu tenho até aqui uma nota sobre o Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho. O Município dispõe de serviços médicos internos, um Médico e um Enfermeiro, Médico Especialista. Tenho-lhe a dizer que, no ano 2019, foram realizadas quinhentas e treze consultas de medicina do trabalho. Satisfeitos mais de trezentos, já fora da saúde, mas aquilo que é o apoio em equipamentos aos nossos funcionários, foram satisfeitos mais de trezentos e setenta e dois pedidos de vários equipamentos de proteção individual. Portanto, temos também dado resposta. Estamos atento àquilo que é o equipamento individual para a execução das funções que os trabalhadores têm ao seu alcance e, como tal, é para nós também determinante estar próximo. E este serviço tem dado resposta, efetivamente, às necessidades dos nossos trabalhadores. Quero também dizer que a Direção-Geral de Saúde enviou ontem, e já estamos a trabalhar nisso, exatamente para dar orientações no cumprimento daquilo que é o plano nacional de combate ao Coronavírus. Relativamente ao senhor Deputado Marco Loureiro, dizer-lhe que, sobre os contentores do lixo, o Lar já foi avisado formalmente de que não pode ter aquela conduta e que, se continuar, nós agiremos também do ponto de vista processual, jurídico, quer do ponto de vista administrativo, quer também judicial. Espero não chegar a isso porque de facto é um problema complexo e grave e que necessita de uma resolução rápida. Senhor Deputado Lúcio Valente, eu tenho a dizer que, por vezes, nas Assembleias, temos que ter espírito crítico e a verdade deve imperar efetivamente nesta Assembleia, como nas outras. E, por isso, quando nós queremos convencer os nossos eleitores, convencemos porque damos confiança e verdade. E, a verdade, o

senhor veio aqui e repôs a verdade. Era o que faltava. Depois do Partido Socialista, na voz aqui do senhor Deputado António Monteiro, dizer que, em Juntas, ninguém dá lições ao Partido Socialista. Era o que faltava, e já lá vamos, era o que faltava agora o Partido Socialista vir dar lições ao Partido Social Democrata que tem os destinos deste Município nos últimos seis anos e das coisas mais importantes que fez foi exatamente o equilíbrio financeiro. Dizer, senhor Lúcio, senhor Deputado, dizer que por falta de meios financeiros... e que foi uma atribuição de um subsídio de 25 ou 50 mil do Estado? Onde logo, nós, depois dos 100 mil que estão assumidos pela Câmara Municipal, entrámos também com 25 mil e lá vem o Partido Socialista... É verdade, eles sabem bem e aqui o senhor Deputado Monteiro sabe bem qual é o historial, aquilo que foi a sua formação, em termos de conhecimento, da ação política do Partido Socialista. Onde as Freguesias, muitas delas, não conseguiam, por compromissos verbais com os Executivos anteriores, assumiam exatamente esses compromissos e, depois, não só tinham que «pagar com língua de palmo», peço desculpa pela expressão, as obras, como também os juros pelos incumprimentos. Nós, não é assim. Não recebemos lições. Até agora, não recebemos lições do Partido Socialista sobre questões financeiras. Portanto, podemos, no futuro, e é esse o desafio, é serem melhores que nós. Mas não têm conseguido. Mas já lá vamos, senhor Deputado. Portanto, fica-lhe muito bem senhor Lúcio Valente, Deputado também aqui presente, repor a verdade porque em política é preciso dizer a verdade e ficou muito bem em afirmá-la. Senhor Deputado António Monteiro, nós ouvimo-lo com atenção. E eu, na primeira parte, tenho-lhe a dizer que eu cumprirei com lealdade as funções que me foram confiadas. E, portanto, também em termos de verdade, de lealdade, não me dá lições nessa matéria. Mas, se vamos por quem abandonou, o que é que abandonou e porque é que abandonou, eu pergunto é ao Partido Socialista e pergunto à Guarda. Nós, há pouco mais de dois anos, estivemos num processo eleitoral onde o Partido Socialista, com dois cabeças de lista, sufragou um programa eleitoral. Estavam exatamente na posição do Executivo onde está agora a senhora Vereadora, que eu cumprimento com todo o respeito, a Dr.<sup>a</sup> Cristina Correia, e também o senhor Vereador que eu também agora cumprimento. E, nesse momento, qual foi o compromisso do Partido Socialista? O compromisso do Partido Socialista, pelos seus dois representantes eleitos, foi dar mais-valia, valorizar, promover as suas ideias em prol da Guarda. E o que é que nós assistimos em dois anos? Onde é que estão esses senhores que estiveram no processo eleitoral e que disseram à Guarda que cumpririam, também com lealdade e até ao fim, essa obrigação de prosseguir com o seu mandato no Executivo? Não só o programa eleitoral que foi sufragado não foi respeitado, como agora, e como já foi aqui dito pelo Deputado Tiago Gonçalves, não há de facto uma ideia, não há um projeto. E aquelas que nós conhecemos lá atrás, há mais de dois anos no programa eleitoral, neste momento fica aqui um vazio ou, como o povo costuma dizer, uma mão cheia de nada. E é isso que o senhor Deputado veio aqui dizer a esta Assembleia: cuidado que afinal não aconteceu nada. Não é assim. E eu vou passar a explicar, senhor Deputado. Passadiços do Mondego não avança. Então, se nós já temos o Tribunal de Contas, se já temos o dinheiro, que nós referimos no Tribunal de Contas, esse dinheiro está nas contas do Município para começar a obra; já assinámos o contrato; as empresas já estão a laborar e a gastar dinheiro, não só na compra da

madeira, como também nos estudos geológicos; como também, salvo erro, pouco faltará para começar já a construção e a realização dos acessos aos locais onde é preciso colocar essas estruturas. E ter dúvidas de que os Passadiços não vão ser construídos, senhor Deputado? De que forma é que nós criamos mais oportunidades à população da Guarda? Quer que eu lhe fale aqui dos diferentes projetos que nós temos em curso, só para recordar? Ora, olhe, cem pessoas. Na semana passada tivemos, não só com o senhor Secretário da Proteção Civil, mas também com o senhor Comandante da GNR, da Guarda Nacional Republicana, onde ele também assumiu claramente que é seguro, não só sob o ponto de vista político, mas também técnico. Cem jovens, cem operacionais, com patentes elevadas que vêm para a Guarda. Foi disso que estivemos a tratar. Esperamos pela reunião técnica para fazer as adaptações necessárias ao edifício contíguo às Infraestruturas de Portugal. O edifício, situado na Guarda, das Infraestruturas de Portugal. Também estivemos com a senhora Secretária da Proteção Civil para resolver a localização do Comando Sub-regional da Proteção Civil. Onde está, não está em condições. Não está, de facto, com aquilo que eram as necessidades ou que são as necessidades deste Comando Sub-regional. Foi garantido que o Município estará na primeira linha com novas instalações. Não vou agora aqui ainda transmitir, mas com novas instalações para dar resposta a necessidades concretas que colocam e que subalternizam a Guarda se ela não tiver capacidade para dar essa resposta. E nós, no gabinete da senhora Secretária de Estado, dissemos: temos estas condições, fazemos o que for necessário, em termos de investimento, para que se mantenha o Comando Sub-regional de Proteção Civil. Mas não só. Mas que afere com as condições que nós atribuímos, volto novamente à cidade da Guarda, como aconteceu no passado. O Plano de Desenvolvimento Urbano onde estão inscritos 8 milhões de euros, aprovados. Tem dúvida que qualquer um dos projetos que está no PEDU, não vai ser executado pelo Município? É uma dúvida que não faz sentido. Nós já lhe demonstrámos. Vamos lá. Torre dos Ferreiros. A Torre dos Ferreiros está em curso. Um monumento importante da cidade completamente esquecido. Aqui d'El Rei que agora já o colocámos na agenda. Já o colocámos na agenda por uma questão que tem a ver exatamente com as lajetas que estão no pavimento. Senhor Deputado, tenho-lhe a afirmar, mesmo essa matéria, não só nós requalificámos o equipamento que está no centro da cidade, que tem que ser devolvido ou tem que estar próximo não só dos guardenses mas de quem nos visita. Foi isso que nós fizemos com esta requalificação. Dar, devolver, colocar nas soluções de procura dos nossos turistas mais um equipamento, do ponto de vista histórico, marcante na nossa história e que nós, através da requalificação que estamos a fazer, estamos de facto a enriquecer mais a cidade. Mas Aqui d'El Rei porque afinal estamos a fazer uma intervenção que temos que avaliar já no contexto da Tenente Valadim e Rua do Encontro. Obras também do PEDU. Já sabemos quem são também os empreiteiros, o contrato, a adjudicação está a ser realizada. Portanto, são obras que estão no Plano de Desenvolvimento Urbano e que não há volta atrás. É para executar. Mas tal como o Governo Português, e aqui o senhor Deputado Tiago Gonçalves o referiu também claramente, nós temos atrasos na Pousada da Juventude, no Hotel Turismo. Temos também atrasos no Centro de Prevenção Rodoviária. Está a ver? A gente pensa, depois planeia, queremos concretizar. E, na realização, há aqui sempre alguma dificuldade em

concretizar. Também o Governo Português nota isso e é do seu Partido. Mas nós, está lá a obra. Está a acontecer a obra. Como está a acontecer a obra no Condomínio Associativo. O senhor Deputado já teve ocasião de lá ir ver e de perceber se está parada a obra, ou se está em andamento? Está em andamento. Como está também em andamento uma obra importante que a maioria da Guarda não conhece. Ou por outra, a maioria não, que nós muitas vezes não valorizamos, que é a reconstrução e reabilitação da Torre Velha, exatamente contígua ao Condomínio Associativo. Portanto, são obras que estão em curso, como aquele arranjo da encosta que irá acontecer a seu tempo. São obras que estão em curso. E dizer que não estamos a realizar as obras? De que forma é que nós fazemos uma cidade inclusiva, sustentável? Senhor Deputado, 400 mil euros, mais de 400 mil euros, para além da requalificação que estamos a fazer na Escola da Sé, só em equipamentos para a educação que nós gostámos desde o início do ano letivo em 2019 e que vai percorrer parte do ano 2020. Isto não é apostar na educação? Não é apostar na inclusão? Não é apostar na juventude? Não é apostar num futuro melhor para a Guarda?" -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, já ultrapassou os quatro minutos que eu dei de tolerância ao PS. Portanto, ia-lhe pedir que seja o mais breve possível, se faz favor." -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** "Muito obrigado. Já vou terminar, então. Teleassistência para os nossos idosos, mas também a atividade desportiva para as freguesias que desenvolvemos e que temos tido uma resposta muito positiva de todos aqueles que ali participam. A Capital Europeia da Cultura não é elevar a identidade da Guarda em termos mundiais? O que é que quer mais? Portanto, não está a acompanhar a realidade tal como se impunha para um senhor Deputado que tem as responsabilidades que tem. A Plataforma Logística, a ampliação, a requalificação de vias. Nestas matérias, senhor Deputado, e há pouco eu referia que, em termos financeiros, nós temos o dinheiro, temos as candidaturas e as obras vão ser realizadas. Vamos é ter um pouco de paciência para as podermos concluir. A requalificação da Misericórdia, eu disse que não ia ser já um projeto importante para estes dois anos. Já transmiti isso à população. A locomotiva. Aguardamos a entrega da locomotiva logo que esteja pintada e com a adaptação de um projeto que é feito internamente para também executar o projeto da parte da carruagem. A ciclovía. Não tem nenhum problema concursal. Apenas apresentámos um valor ao qual não concorreram. Subimos o valor, vai ver que vai aparecer gente para fazer. Não há nenhum problema, a não ser esta questão de tentarmos fazer o máximo de obra com o mínimo de dinheiro possível. Nem sempre corre bem. Não correu bem porque quisemos pagar menos, gastar menos. Para nós o dinheiro era o suficiente. No entanto, o mercado não respondeu. Vamos dar resposta, não alteramos nada do concurso a não ser o valor base do procedimento. Relativamente aos Acordos de Cooperação tem sido, de facto, também... não é como o senhor Deputado diz, que de Freguesias sabe o senhor e o Partido Socialista. Não. De Freguesias, em seis anos, nós já demonstrámos claramente como se faz. Nós prometemos, levamos o cheque, metade do valor. No fim da obra concluída, recebem

exatamente pela execução. É assim que nós estamos na política. Com confiança, com proximidade e dizendo a verdade. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Só três notas, muito breves, ao senhor Deputado Monteirinho, uma que se referiu expressamente à Presidente da Assembleia. Dizer-lhe, senhor Deputado Monteirinho, que eu compreendo que queira criticar a Câmara e Presidente da Câmara da Guarda e que isso faz parte da democracia, faz parte da luta democrática. Que o senhor queira criticar a Câmara e o senhor Presidente da Câmara usando-me e usando politicamente a Presidente da Assembleia Municipal, deixe-me que lhe diga que isso é política à século passado. E, por último, dizer-lhe também que sou uma mulher de pensamento livre, focada na Guarda e solidária. É só isso que lhe queria transmitir. Posto isto, nós terminámos este período da manhã. Interrompíamos, agora, para almoçar... peço desculpa, era aqui um pequeno acerto aqui de pormenor com o senhor Secretário. Mas interrompemos, então, para almoço e regressávamos às 14h30 o mais tardar, está bem? Peço-vos que sejam pontuais para depois não prolongarmos muito ao final do dia. Muito obrigado. Bom almoço para todos.” -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, boa tarde a todos. Temos quórum, portanto, vamos começar antes que atrasemos mais a sessão.” -----

#### Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tenho a primeira inscrição da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz, pode começar, por favor. Obrigada. O tema inscrito pelo senhor Deputado é «E a Desertificação Avança».” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU:** “Obrigado. Apesar de toda uma tímida vontade evidenciada pelo atual Governo com a criação de um Ministério da Coesão e, ainda, por medidas que pretendem trazer para o Interior mais empresários e mais trabalhadores, é evidente que nada disso pode inverter e ultrapassar as forças que nos levam a desertar deste nosso território. Tudo começou há muito, mas tudo se acelerou com o arranque da Economia Europeia nos anos 50 do século passado, fruto das dinâmicas criadas pela nascente Comunidade Económica Europeia, mas Portugal vivia com alguma expectativa e até surpresa todo este desenvolvimento externo, condicionado pelo conjunto de grilhetas impostas pelo Estado Novo que era de facto um Estado Fascista uma vez que a inspiração da sua polícia política vinha da Alemanha Nazi e de outras instituições do Estado Fascista de Mussolini. De facto, apesar do Estado ter montado uma rede de informadores também nos países de destino dos nossos emigrantes e de ter dificultado a saída dos portugueses através do controlo das fronteiras, originando a criação da atividade de passadores, onde houve muitos oportunistas e muita repressão policial. Era então muito claro para os nossos concidadãos que a Economia Portuguesa não lhes podia dar muita esperança de melhoria das suas vidas. Também a polícia e os tribunais quiseram impedir que continuassem a partir em massa. Mas, não conseguiram.

Tentando conter esta desesperança, foram criadas algumas regalias sociais e potenciada timidamente a atividade das casas do povo e da Segurança Social, sendo criada, em 1963, a ADSE. Mas, esta, após terem sido muito aumentadas as taxas de contribuição dos seus beneficiários, está agora transformada em fonte de financiamento do sistema privado de saúde. Apesar de ter acontecido o 25 de Abril de 1974, fomos confrontados, nos últimos quarenta e cinco anos, com os efeitos perversos da emigração no tecido urbano em análise e a necessidade de chamar/reter moradores, bem como o de incentivar a melhorar as suas habitações. Muitas também foram e são as grilhetas que impedem o desenvolvimento e a manutenção dos pequenos comércios e indústrias nas aldeias, vilas e cidades, implicando dramaticamente a inexistência de serviços e comércios necessários e imprescindíveis à sua vida social. Não ajuda em nada o prolongamento das vidas ativas, que impede muitos de regressarem às suas terras de origem, assim como a redução das pensões que reduz de modo drástico a sua capacidade de aí investir na melhoria das habitações que herdaram dos seus pais e avós e, só por isso, cresce o número de casas sem condições e a caminho da ruína, como vemos tanto nas aldeias como na nossa cidade. Também complica este retorno o facto de muitos dos pequenos comércios de aldeia terem encerrado, ficando quem vive nas aldeias limitado aos comércios e pequenas, médias e grandes superfícies das vilas e cidades mais próximas, alargando, deste modo, os espaços vazios entre as aldeias e os centros urbanos que, por sua vez, encolhem cada vez mais. Complica ainda mais tudo, o facto de haver poucos transportes coletivos, ficando cada um de nós limitado ao transporte individual ou ao táxi que são dispendiosos e, no caso do primeiro, mais exigente quanto à capacidade física e intelectual do seu utilizador. Não é por isso de aceitar que não se aproveitem as potencialidades do Programa de Redução Tarifária. Pior ainda, há maus estudos sobre a ferrovia em Portugal em que, com malícia escondida, só se conseguiu escrever: “A verdade é que, se a desativação de linhas se concretizou na quase totalidade, a modernização ficou aquém do planeado”. Acontece até que o cientista que escreveu isto, nem sequer se aventurou a indicar como desta forma foi permitida mais desertificação por diminuição de iniciativas empresariais ou de setores sociais, bem como de acesso aos lugares de comércio e de turismo de natureza das zonas que ficaram assim ainda mais deprimidas. Não admira que muitas aldeias não tenham agora locais de convívio que permitam o turismo rural, perdendo-se assim mais esta oportunidade de resistência ao abandono das aldeias e claro desta região onde por isso a desertificação vai continuar a avançar. E como vamos conseguir atalhar isto, é a questão que se nos depara, e esta pode ser expressa assim: o Poder Local Democrático vai conseguir parar os diversos modos com que o Poder Central o depaupera? É a pergunta que eu deixo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende entrevir sobre esta intervenção? Não? Muito bem. Então, passamos à intervenção do Grupo Social Democrata. «Educação - Aposta no Futuro; Proteção Civil e Valorização da Cultura Popular Identitária». Quem faz a intervenção? Faz favor, senhora Deputada Anabela. Vai falar sobre a educação, certo? Faz favor.” -----

- **Deputada Anabela Gil Garcia (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social, Público em geral, boa tarde a todos. Para renovação e modernização do parque escolar, o Município da Guarda tem investido, quer em infraestruturas, quer em equipamentos, para proporcionar aos professores e aos alunos as melhores condições no processo de ensino/aprendizagem tentando colmatar as lacunas do desinvestimento das últimas décadas na educação. Na requalificação de diversos edifícios escolares do Concelho, onde se insere a Escola da Sé, o Município investiu cerca de um milhão de euros nos últimos três anos. O investimento em novos computadores e outros equipamentos informáticos, ultrapassa também os 225 mil euros. Estes equipamentos foram instalados em vários estabelecimentos de ensino, nomeadamente no Centro Escolar da Sequeira, no Centro Escolar de Gonçalo, no Centro Escolar do Vale do Mondego e nas Escolas Básicas de Adães Bermudes, do Bonfim, Augusto Gil, Lameirinhas, Guarda Gare e Espírito Santo. Parabenizamos ainda o Executivo pela aposta nas duas salas de aula do futuro, uma na Escola Básica Augusto Gil do Agrupamento de Escolas Afonso Albuquerque e outra no Centro Escolar da Sequeira do Agrupamento de Escolas da Sé. Estas duas salas de aula do futuro poderão ser utilizadas pelos vários professores e alunos dos dois Agrupamentos. A sala de aula do futuro é constituída por várias zonas de aprendizagem levando os alunos a criar, a interagir, a apresentar, a investigar, a desenvolver e a partilhar. Cada zona de aprendizagem é composta por determinados equipamentos e tecnologias que possibilitam aos professores uma nova organização do ensino e da aprendizagem. Estas tecnologias permitem ainda a expansão do conceito da sala de aula, privilegiando a ação do aluno, favorecendo a motivação e a criatividade. Senhor Presidente, os guardenses querem que a Guarda seja uma cidade educadora e que continue a apostar na modernização e na inovação. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Proteção Civil, quem fala? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Senhora Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e os restantes Vereadores, senhores Deputados, Presidentes de Junta, Trabalhadores, Público. Senhor Deputado Aires Diniz, o problema de Interior está resolvido, de acordo com aquilo que a Senhora Ministra Alexandra Leitão acabou de anunciar. Quem vier para o Interior vai ter mais dois dias de férias, portanto, está o problema resolvido. Era mesmo este tipo de medidas que nós estávamos à espera. Portanto, elas aí estão, podemos dormir descansados. Hoje vou fazer uma intervenção um bocadinho diferente daquilo que é meu hábito e vou-me dirigir essencialmente à Senhora Presidente da Mesa. Entendo, nunca andei na marinha, mas acho que aqui se deve aplicar aquela situação em que quem vai para o mar avia-se em terra. E nós estamos, neste momento, no inverno, em pleno inverno, embora haja dias que não pareça, mas acho que é nesta altura que se devem falar das coisas para precaver aquilo que poderá vir a acontecer no verão. E, caso não se recordem, foi apresentada nesta mesma sala, no dia 26 de junho 2019, uma Moção que se chamava da seguinte forma:

«pela instalação da Força Especial de Proteção Civil na cidade da Guarda e fixação do futuro Comando Sub-Regional da Proteção Civil». Para além disto o que é que foi dito? Foi dito as vantagens e as razões que levaram o Grupo do PSD a apresentar esta Moção que depois foi votada favoravelmente por todas. Falava-se na localização por estarmos perto da A25, da A23 e da ferrovia, da proximidade com os parques naturais da Serra da Estrela e da Malcata, das instalações precárias que o antigo Quartel dos Bombeiros de Trancoso tinham e que nós aqui poderíamos oferecer melhores condições e dar conhecimento ao Senhor Ministro da Administração Interna, como não poderia deixar de ser. Portanto, aí, a minha primeira pergunta é saber se efetivamente o senhor Ministro já respondeu a este anseio da Assembleia Municipal, ao fim e ao cabo da população da Guarda. Esta é a primeira pergunta. Depois, há uma outra situação foi apresentada no mesmo dia e, de acordo com aquilo que já aqui fomos ouvindo, de promessas feitas e não concretizadas, temos aqui uma situação que é o Centro Nacional de Educação Rodoviária. Lembro, lembro, também foi questionado o senhor Ministro da Administração Interna no que prometeu, a vinda desta coisa, deste Centro, no dia 27/11/2008. E também gostaria de saber se, na sequência da Moção que aqui foi apresentada... 2018, o que é que eu disse? 8, é quase a mesma coisa. Mais 10, menos 10. Mas, portanto, também saber se o senhor Ministro já respondeu à Moção que aqui foi apresentada. Depois, eu vou pegar nas próprias palavras do senhor Ministro para justificar a razão pela qual nós entendemos que devemos lutar para a instalação desse serviço na nossa cidade, porque vai ser instalado, em Viseu, o Comando Regional de Proteção Civil. Vão ser cinco a nível nacional e um deles vai ficar instalado em Viseu. É uma nova estrutura. Deixa de haver uma, passa haver esta estrutura com cinco sedes a nível nacional. E vai para Viseu porque Eduardo Cabrita defende a localização em Viseu com os seguintes argumentos: pelas características de localização (não sei se estão a ver aquilo que eu disse há bocadinho, aquilo que foi apresentado na nossa Moção); pelas ligações que têm no âmbito da região centro; pela proximidade a áreas em que se manifestam riscos significativos (lembrem-se que também falámos da Serra da Estrela, da Serra da Malcata e por aí adiante). Portanto, os argumentos que o senhor Ministro dá para a localização deste serviço em Viseu, são perfeitamente os mesmos que nós defendemos para a localização daquela força na nossa cidade. Portanto, é aqui uma pequena achega para reforçar aquilo que aqui foi dito anteriormente. Depois, para finalizar, eu faço parte da Comissão de Acompanhamento de Implementação de Medidas de Combate aos Incêndios Florestais. Nós fizemos uma reunião presidida pela senhora Presidente e nessa reunião foi decidido que se iria apresentar uma proposta ao Executivo para a constituição de duas equipas de Sapadores. Até agora ainda não dei conta deste assunto ter sido aqui discutido e, por isso, também acho que deveríamos... portanto, aguardava que me dissesse alguma coisa. E, para finalizar, apenas fazer uma sugestão à senhora Presidente. No seguimento daquilo que tem acontecido nestas últimas Assembleias ao convidar determinadas forças ou situações, gostaria, é uma sugestão que eu faço, que fosse convidada, para a próxima Assembleia, a Força Especial de Proteção Civil e as Associações de Bombeiros do nosso Concelho, que era para também ouvir da boca deles aquilo que eles pensam sobre este assunto... Então, era altura de os convidar outra vez. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Só duas notas. Dizer que sempre que há respostas às Moções enviadas, é tudo publicitado na Plataforma. Portanto, o que lá não estiver é porque não foi rececionado. E também dizer que a primeira surpresa, gostam muito do termo, da primeira surpresa da Assembleia foi exatamente o convite feito à Proteção Civil e aos Bombeiros que estiveram aqui em, ajudem-me, em junho do ano passado, salvo erro. Foi na Assembleia de junho. Começámos precisamente com a Proteção Civil. Estava na abertura da época quente e dos fogos e, portanto, foram os primeiros a vir a esta Assembleia. Muito bem, o próximo? Senhor Deputado Tiago, faz favor. «Valorização da Cultura Popular e Identitária».” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Muito boa tarde a todos. A valorização da nossa identidade é um especto fundamental no trabalho desenvolvido pelo Setor da Cultura deste Município. Se ao longo do ano assistimos a diversos certames que valorizam e preservam tradições, saberes, ofícios e uma gastronomia muito própria nas diversas Freguesias que os acolhem, há dois momentos fundamentais em que o envolvimento da população e das coletividades em espetáculos de cariz comunitário se tornou regra. Falo-vos do espetáculo organizado por ocasião das Janeiras e do espetáculo do Enterro e Morte do Galo do Entrudo, marcados por um forte envolvimento do tecido associativo e das Juntas de Freguesia, papel que publicamente pretendo louvar pelo enorme trabalho que sei que todos os Presidentes de Junta tiveram pala sua enorme dedicação a estas atividades. E quero também, quando dou esta palavra aos Presidentes de Junta, não quero deixar de dar também uma palavra aos técnicos do Município encarregues destas atividades e que se pautam sempre por um grande profissionalismo e enorme capacidade de sacrifício no acompanhamento dos grupos que vêm das Freguesias. Estes são dois exemplos do forte envolvimento comunitário que se vive na Guarda, de há vários anos a esta parte, em matéria de cultura e que carece de ser aprofundando e aprimorando, tendo em conta a candidatura em curso da Guarda a Capital Europeia da Cultura em 2027. De facto, agora que estamos numa fase decisiva, tendo em vista esse desiderato a que nos propomos, urge aprofundar este envolvimento, valorizar na candidatura os nossos fatores e características identitários e capacitar o tecido associativo existente, dotando assim as nossas Associações de meios que as qualifiquem. Sobre as nossas características identitárias, devo dizer que elas assentam fortemente numa base rural. Deve, por isso, o eixo da preservação e valorização das tradições, saberes, ofícios, modos de vida rurais, ser evocado e encarado como um fator fundamental e diferenciador na candidatura da Guarda. Numa época em que, um pouco por todo o mundo, a população rural decresce, ano após ano, de modo considerável, a questão da preservação destes fatores identitários ganha maior acuidade e pode ser objeto de uma ponderação positiva por parte das entidades que venham a ter um papel decisório em todo este processo. O desenvolvimento de atividades associadas a esta nossa matriz deve, por isso, ser central numa estratégia de base cultural do Município. A par dos festivais de cultura popular, é preciso continuar a valorizar aspetos como a Transumância, em Fernão Joanes; a Dramatização da Via Sacra, em Pousade; a Encomendação das Almas, tão típica da Faia e do Marmeleiro; a Cutelaria do Verdugal e do Jarmelo; a Cestaria de Gonçalo; o Cobertor de Papa, de que hoje aqui se falou de

manhã, de Maçainhas, Trinta, Corujeira e Meios, entre tantos outros aspetos de que nos orgulhamos e fazem parte daquilo que somos. Qualificar as pessoas que desenvolvem estas atividades, através da dotação de meios financeiros, físicos e técnicos que permitam capacitar as coletividades, de modo que a sua ação seja enquadrada nesta candidatura e fora dela, permitindo assim desenvolver todo um sem-número de atividade de ações ao longo de anos e décadas com recurso à prata da casa. A capacitação surge aqui como uma palavra-chave em todo este processo. Ele, o processo de candidatura desta nossa cidade a Capital Europeia da Cultura, vale pela vitória que efetivamente almejamos, mas vale também pelo próprio processo em si e por aquilo que o mesmo deixará para o futuro. E o futuro só poderá ser brilhante se o trabalharmos com o que fica. Se trabalharmos, efetivamente, com o que fica mesmo depois de conseguirmos ser Capital Europeia da Cultura. Esta ação concertada em conjunto com a vontade transformadora deste Executivo, do Coordenador da Capital da Cultura, Pedro Gadanho, e dos demais intervenientes, pode catapultar-nos para a vitória pretendida. Convém, no entanto, chamar também as forças vivas da região, sejam elas políticas, religiosas, civis ou militares. Também a comunicação social, alguma dela com uma história rica e digna de registo, com as escolas e movimentos que envolvam toda a juventude deste Concelho. Com orgulho na nossa história, no nosso património, nas nossas tradições e na nossa identidade, será certamente mais fácil gerar um envolvimento do qual nasçam os frutos que ambicionamos. Vamos a isso, vamos à Guarda, Capital Europeia da Cultura.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Perguntava se alguém pretende intervir sobre estas três intervenções? Não? Muito bem. Passamos, então, à intervenção do CDS. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. «Educação, Mobilidade, Espaço Urbano e Habitação».” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, muito boa tarde. Cumprimento toda Assembleia, mais uma vez. Antes de mais, queria saudar o senhor Vereador do Partido Socialista. Bem-vindo. Esperemos que seja a última mudança. E também o senhor Presidente da Concelhia do PS, recentemente eleito, o Deputado António Monteirinho. Ao Monteirinho já o tinha feito pessoalmente, mas quero fazê-lo aqui também publicamente. Portanto, li recentemente que a Câmara Municipal queria ampliar a PLIE por escassez de lotes disponíveis. Eu acho que isto é uma boa notícia e, como tal, deve ser assinalada e é também indicativa de que a Câmara Municipal da Guarda percebeu, finalmente, que o Concelho só se pode afirmar apostando na economia, pois é ela que traz pessoas, riqueza e desenvolvimento para o Concelho. Contudo, a notícia da ampliação tem um senão. É pouco ambiciosa. O Executivo Municipal devia ter, em estado avançado, um estudo em que a ampliação permitisse que a Plataforma Logística confinasse com a linha da Beira Alta e negociações consistentes com as Infraestruturas de Portugal para que a referida Plataforma fosse servida por um terminal ferroviário que fizesse a articulação com o transporte rodoviário. Hoje ficámos aqui a saber que, realmente, no transporte de mercadorias, a Guarda não é uma prioridade. Aliás, até foi criado uma espécie de bypass nas mercadorias para que elas passem ao largo da Guarda. Esse seria um passo que ganha

maior atualidade e pertinência, no momento em que ficámos a saber que o Governo passou a perna à Guarda, quer na forma como a nossa cidade se vai relacionar com a prometida e constantemente adiada conclusão da linha da Beira Baixa, quer com um embuste mais recente da prometida redução das portagens. Quanto a estas últimas, ficámos ontem a saber que os senhores que nos governam a partir do Terreiro do Paço consideram que, fora de Lisboa, vivem uma espécie de bárbaros que não fazem parte das prioridades da governação. Nas reduções de portagens ficou assim: nas primeiras seis viagens paga a portagem pela totalidade; do sétimo dia até ao décimo quinto dia beneficiará de uma redução de 20%; a partir do décimo sexto dia até ao final do mês o desconto sobe para 40%. Isto, para quem utilize diariamente, durante trinta dias, as SCUT, o desconto médio situa-se em 20%. Para os outros, está tudo na mesma. Mais uma vez, a montanha pariu um rato e a redução das portagens apenas se destinam a um conjunto de cidadãos, muito poucos, como convém, e em nada vai contribuir para o desenvolvimento do interior do País. Nada que não fosse de esperar, pois as promessas para a Guarda são aquilo que são. Basta lembrar o anunciado do Centro de Educação Rodoviária que nunca o foi, ou a residência para estudante que não é, ou a requalificação do Hotel Turismo que continua sem ser, ou a requalificação do Pavilhão 5 que, de tempos a tempos, sobe à tona da água para tentar marcar agenda política. E, já foi aqui referida também, a subalternização da Guarda na localização do Comando Regional de Proteção Civil. Por falar de alojamento de estudantes e da carência de habitação para fins de arrendamento, esta é apenas uma face do problema da Guarda. A carência de habitações no mercado de arrendamento é bastante mais grave do que se pensa e se diz e já faltam casas para quem quer vir trabalhar para a Guarda. Este é mais um problema que pode pôr em causa o desenvolvimento do Concelho. Como devem saber, hoje em dia, dificilmente se compram casas para arrendar. A Guarda perdeu esse mercado. As que existem, são em imóveis com algumas dezenas de anos e são manifestamente insuficientes para as necessidades atuais. Em sentido contrário à habitação está a disponibilidade de espaços comerciais que, por via da instalação das grandes superfícies no Concelho, que levaram ao encerramento dos pequenos negócios, ficaram vazias. Este é um problema sentido por muitos proprietários de espaços vazios que não encontram inquilinos para os ocuparem e que se sentem subcarregados com impostos sobre imobiliário, sem que vejam oportunidades para o rentabilizarem. Ora, a política serve para resolver os problemas das pessoas e, não havendo previsões para que o mercado de arrendamento habitacional cresça, seria tempo de a Câmara lançar um programa para a conversão do uso de espaços comerciais e de serviços para espaços habitacionais, promovendo ações de informação junto dos proprietários e criando uma via verde nos serviços municipais para que esses processos pudessem ser céleres. Esta poderia ser uma medida deveras importante, uma vez que poderia adequar o tipo de oferta às necessidades do mercado de arrendamento do Concelho. E, por falar de espaços comerciais, é de referir que a medida inscrita no Regulamento do Municipal de Edificação Urbana para os imóveis comerciais anteriores a 2006, a exemplo daquilo que foi feito noutros Concelhos do País, continua a esbarrar em interpretações que impedem a sua efetiva implementação e criam constrangimentos nos das frações de Centros Comerciais, que sempre foram usadas para serviços e continuam a ver-se impedidas

desse mesmo uso. Esta é uma situação a rever, pois os outros Municípios tratam o assunto de forma diferente. Positiva foi também a instalação de projetores junto da Estátua de Augusto Gil que permitiram iluminar o monumento em memória de um ilustre guardense. Não se compreende que o semicírculo, onde os holofotes foram instalados, continue com o pavimento por concluir, situação que se mantém desde a longínqua requalificação do Largo de São João. Completamente esquecidas também continuam as árvores ali existentes e a pedir poda há muitos anos. É tempo de olhar para a cidade e para os espaços de que os cidadãos usufruem diariamente, cuidando deles de forma a dar um maior conforto às pessoas. Incompreensível é também que haja diversos monumentos e locais de interesse histórico, na cidade e Concelho, completamente esquecidos e escurecidos. No momento em que a Guarda quer ser Capital Europeia da Cultura, é tempo de valorizarmos o que de bom temos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para lhe dizer que já ultrapassou em dois minutos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Termino já. No que respeita à Educação, com o final do ano a aproximar-se e os Agrupamentos a terem que definir a rede escolar com a DGEST para o ano de 2020/2021, as famílias já manifestam alguma ansiedade com o desconhecimento daquilo que o futuro lhes reserva em relação à escola que os filhos irão frequentar. Senhor Presidente, as pessoas precisam de respostas e de saber quais as escolas que a Câmara Municipal tem intenção de encerrar no próximo ano letivo. Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Não? Muito bem. Passamos à intervenção do Bloco de Esquerda, «Mobilidade e Acessibilidade». Senhor Deputado Marco, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Cumprimentar todos os presentes nesta Assembleia e os cidadãos que nos acompanham via internet. Caro Presidente da Câmara e respetivo Executivo, mais do que pensar que vivemos livres e que fazemos o que nos vem na alma porque acreditamos ser o melhor, temos que ter a coragem de analisar, com seriedade, como é que o senso comum dos Guardenses observa o dia-a-dia da política local. Certamente estamos todos de acordo que os tempos de hoje são outros e que apesar de muitos problemas, sejam eles sociais, culturais, económicos, deste nosso concelho estarem, há muito, identificados, parece-nos que o poder político, aliado muitas vezes a alguns setores mais conservadores da nossa cidade, continua a não querer ver o que realmente as populações desejam. Será tão difícil perceber que temos de apoiar quem não desiste de viver aqui? Será tão difícil perceber que as pessoas querem ter garantias de que terão condições financeiras para viverem com dignidade? Será tão difícil perceber que é preciso canalizar esforços logísticos e financeiros para os agricultores, comerciantes, microempresas que todos os dias tentam produzir e, depois, não têm como expandir pois falta-lhes apoio. Será tão difícil perceber que as pessoas precisam de serviços públicos de qualidade? Saúde a tempo e horas. Uma rede escolar de proximidade, inclusiva, dinâmica, ajustada aos novos tempos. Uma justiça que não facilite os que mais têm, que seja mais eficiente de

igual para igual, independentemente do seu extrato social e económico. Será tão difícil perceber que as pessoas gostavam de ter mobilidade entre a sua aldeia e a cidade? Como se pode querer que todos tenham carro? Como se pode, ao fim de tantos anos, continuarmos a ter dúvidas sobre a necessidade de termos uma boa rede transportes públicos? Será tão difícil perceber que falar do passado não basta? É preciso requalificar, reinventar e promover as boas tradições. Sim, porque as más, essas, devem desaparecer. Como pode ser possível cometerem-se tantos atentados ao património construído? Casas devolutas, piso e mobiliário urbano completamente descontextualizado. Como podemos querer turistas e não termos uma rede dinâmica que os orientem? Que os motivem a voltar, que é importante. Como podemos, todos os anos, ouvir falar da necessidade de construir um novo quartel da GNR, bem como uma Esquadra para a PSP e depois? Aparece a tática do costume. Atirar a batata quente para as mãos uns dos outros. Sejam convincentes. Mostrem o verdadeiro descontentamento, assumam prioridades. Como podemos perceber e aceitar que inaugurar novas rotundas, bem como reinaugurar ruas, pode ser motivo de alegria e, até para alguns, um sinal de crescimento? Será tão difícil perceber que o crescimento não significa desenvolvimento? Como podemos ter, em pleno século XXI, recentes estudos do Instituto Politécnico da Guarda que concluem que, no nosso Concelho e restantes Concelhos vizinhos, um terço dos habitantes viva em condições indignas e vamos encolher os ombros? Termina, senhor Presidente, caros Deputados e Deputadas. Será tão difícil perceber que as pessoas querem continuar a viver aqui?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém para intervir? Não? Passamos, então, à intervenção do Grupo Municipal do Partido Socialista. Não quer? Prescindem desta... ok, muito bem. Então, senhor Presidente, faz favor. Tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Dizer, relativamente ao Quartel da GNR, que em reunião também tida com a Administração Interna, com o Gabinete do senhor Secretário de Estado, foi analisada a ideia de juntar, naquele espaço do Quartel da GNR, as duas forças segurança. Ou seja, a PSP e a GNR, tendo ambas, no edifício, serviços partilhados. Balneários e zona de refeitório. E foi-nos referido que o senhor Secretário de Estado até via com bons olhos este projeto. E, portanto, está na mesa, no Gabinete do senhor Secretário de Estado, o estudo de uma solução piloto, podemos assim afirmá-la, de naquele espaço do Quartel da GNR poderem ser construídas, até porque pode haver, de facto, aqui, uma linha de financiamento que nós alertámos. Aliás, daquilo que têm sido os contactos aqui com o Comando Territorial da GNR, na Lei da Programação Militar, uma linha de apoio de 2 milhões, ou prevista de 2 milhões de euros. E nós avançamos com essa a proposta. Exatamente porque também, como sabem, há uma vontade forte da Câmara Municipal da Guarda em abrir, rasgar aquela rua à frente do Teatro Municipal da Guarda. Nós já tratámos da avaliação de todos os imóveis que potencialmente terão que ser derrubados para abrir essa estrada e haver depois ali uma conjugação de custos e proveitos. Nós faremos algumas infraestruturas para construir essa rua, essa via, e, ao mesmo tempo, compensar o Estado com algumas obras, designadamente muros divisórios, com aquilo que é o benefício que o Município

retira de uma futura rua naquele espaço. Ainda relativamente ao mundo rural, é verdade, e já foi dito aqui, o Tiago Gonçalves também o referiu, que a aposta nos produtos, nesta cultura identitária da Guarda, nos produtos endógenos mas também populares, caracterizam muito aquilo que nós somos como povo. Mas temos que os potenciar no futuro. E, desde logo, eu destacava também o Festival do Pão, as Jornadas da Lã onde, no fundo, e ligado ao produto turístico, nós podemos também e ao olharmos para os Passadiços do Mondego e toda aquela zona que poderíamos aqui designá-la como o Vale da Lã, estes dois festivais enquadram-se plenamente naquilo que nós, no futuro, queremos para o turismo deste Concelho. E, em especial, desta parte do alto Concelho, onde este motor desenvolvimento turístico que vai acontecer, como são os Passadiços do Mondego, vão potenciar ainda mais aquilo que já está a ser feito no mundo rural. E, portanto, cá está a nossa aposta clara no mundo rural. 10 milhões de euros de investimento em Infraestruturas já nestes últimos três anos, também é uma nota importante a destacar no investimento que foi feito no mundo rural. E ainda a proposta da variante. A variante, já o dissemos também claramente, a variante dos F's será um investimento feito pela Câmara Municipal da Guarda. Nós estamos nesta fase de estudo do Plano de Pormenor. Com certeza que, até ao final do mandato, ou iniciaremos a obra ou estará o projeto aprovado para, quem estiver, o poder iniciar e concluir. Portanto, é algo que está a ser trabalhado. Está numa fase incipiente e isso vai acontecer. Ainda o aumento desta segunda fase, a ampliação da segunda fase da PLIE. É evidente que estamos só... março é a data que nós temos, também já referida pela CCDR, que vai haver uma linha de apoio a financiar algo que já está projetado, que está aprovado. É só infraestruturar e, portanto, esse trabalho, Miguel Bandarra, muito bem, a Guarda cresce na PLIE e é preciso ampliar. Deu um bom exemplo de uma aposta clara de novos empresários que querem continuar a defender a Guarda. Aqui, a senhora Deputada Anabela, também o reconhecimento claro do investimento que tem sido feito na educação. É evidente que, sem educação, se não apostarmos nas gerações mais novas, não temos um futuro risonho, nem para elas, nem para as gerações atuais. E com certeza que esse tem sido um eixo fundamental, onde, recentemente, estas duas salas do futuro é exatamente isso. É olhar para as necessidades e para aquilo que os jovens hoje procuram e assentar exatamente nessa aposta de modernização tecnológica, também de inovação e também de motivação dos nossos alunos, com as novas tecnologia, para abordar novas metodologias de ensino, de aprendizagem pedagógicas que reforçam efetivamente o sucesso escolar. E nós temos que, cada vez mais, como é o exemplo das salas do futuro que referiu, e muito bem, a Deputada Anabela, são elementos estruturantes para que tal aconteça. Respondo já também ao CDS, dizendo que nós não queremos encerrar escolas, não encerrarão escolas. Também não temos novos elementos. Portanto, a manter-se tudo como está, a solução é de manter, quer no mundo rural, quer mais na área urbana, manteremos com certeza as escolas abertas. A linha ferroviária, relativamente à questão que colocou o senhor Deputado Henrique Monteiro, não está nada em causa. É evidente que a convergência das linhas é uma inevitabilidade. É assim. Quer dizer, faz todo o sentido que aconteça. Não vale a pena. Agora, pode e a economia pode demonstrar que nós temos que potenciar novos investimentos junto à linha ferroviária que liga na zona onde já unem a linha da Beira

Alta e a da Beira Baixa. E, aí, já estamos a trabalhar só na linha da Beira Alta. Aliás, como é o investimento que o Governo está a fazer já para ligação à Cerdeira. E todo esse eixo da Guarda para a zona de Vila Formoso e ainda no Concelho da Guarda, poderá ter esse potencial que a economia nos irá dizer e o mercado também irá justificar. E, nesse sentido, já percebemos claramente que, quando a Plataforma Logística foi feita, não teve em conta a futura ligação à linha férrea. E, por baixo, estamos a falar em mais de 12 milhões de euros de investimento. Ora, há soluções alternativas que justificarão, ou pelo terminal ferroviário, ou pelo porto-seco como referiu o Deputado Tiago Gonçalves, justificado pela economia, pelo mercado e pela procura desta região. E nós temos já também no estudo que está a ser feito no alinhamento da linha da Beira Alta, por que não encontrar ali também soluções alternativas, contíguas à linha, para poderem ser apoios económicos, apoios estruturais, àquilo que a Guarda potencia, designadamente empresas localizarem-se cá e, a partir daqui, poderem usar a linha da Beira Alta para levar as mercadorias para o resto da Europa, para Espanha e para o resto da Europa. Depois, também dizer que de facto concordo consigo. A redução das portagens, além de ser a proposta redutora em si, no nosso entendimento também não responde às necessidades da região, nem as potencia. E, nesse sentido, acho que há que fazer mais para valorizar as populações deste Interior, onde de facto o custo do combustível e das portagens, na ligação que estes territórios têm também o Litoral português, de facto saia altamente prejudicadas no seu desenvolvimento, desde logo pelo custo das portagens. Reforçar de facto também esta iniciativa do Carnaval, as Tabernas do Entrudo, o Desfile e Morte do Galo. Tivemos a maior adesão de pessoas, e muitas delas de fora, que alguma uma vez nós tenhamos dado conta. Portanto, isso é sinal claro que esta afirmação, não só identitária mas também do ponto de vista turístico da atração de pessoas, é marcante e também aqui, com muito orgulho, refiro que o espetáculo da Morte do Galo teve de facto um nível de qualidade que me diz e que me apraz referir. E orgulho-me da qualidade que o mesmo refletiu numa praça totalmente cheia, como nós pudemos, na altura, testemunhar. Tudo isto afirma, com certeza, a Capital Europeia da Cultura porque o envolvimento das Associações, como fizemos agora na Morte do Galo e no Desfile do Carnaval, onde isso foi de facto objetivo, foi estruturante, mas há outras iniciativas que estamos a lançar e onde vai ser evidente também a envolvimento de mais cidadãos, de mais entidades, de mais associações para que reforcem, efetivamente, este espírito de rede, mas fundamentalmente enriqueçam o processo de afirmação cultural que nós transpomos para este projeto que tem uma dimensão nacional e também europeia. Dizer, voltar aqui ao Deputado Pedro Nobre, na Proteção Civil, e aqui também para o Deputado Henrique Monteiro... não sei se foi o Henrique Monteiro se o Marco Loureiro, não confundir o Comando Regional com o Comando Sub-Regional. E, verdadeiramente, nós também não queremos ter tudo na Guarda e nada para os outros. Isso também não é o modelo de governação que nós concordamos. Nós concordamos, efetivamente, olhar para o território onde haja complementaridade dos territórios, das comunidades e elas possam ser autossuficientes com esse investimento do Estado e do Governo. Nós já conseguimos granjear esta Unidade Nacional de Emergência, Proteção e Socorro. São cem pessoas, podendo atingir mais de cem pessoas. Com certeza que o Comando Regional que foi sediado em Viseu, a Guarda não estava nessa linha e com

certeza que outros valores se levantaram e justificadamente o Governo optou por Viseu, sendo que nós reafirmámos, como eu disse há pouco, a manutenção na Guarda do Comando Sub-Regional da Proteção Civil. Mas não pensem que não há outras cidades dentro desta região que não queiram este Comando Sub-Regional. E foi exatamente isso que fomos dizer à senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, onde percebemos claramente que outras cidades já deram e afirmam-se como pretendentes a esta solução e nós apenas afirmámos, já cá está, hoje somos Comunidade também Intermunicipal e temos a sede e, como tal, a sede não faz sentido se não houver serviços que a corporizem, que lhe deem substância. E este serviço cá está e, como tal, tem que ser mantido com as condições que foram pedidas. E nós aí estivemos à altura para dizer: sim senhora, não ficará aquém, não vai além, mas não fica aquém e, daquilo que nos foi pedido, nós assumimos o investimento necessário para que o Comando Sub-regional se mantenha na Guarda. Mas não só, também a sede possa efetivamente vir para a nossa cidade, como aconteceu já no passado. Depois, ainda referir que há investimentos que se mantêm. O Centro de Exposições está definido que vai ser feito no Parque Polis. Aliás, na sequência daquilo que foi aqui deliberado, no sentido de que todas as soluções e a primeira na zona do Rio Diz, Polis, Rio Diz, entenda-se, e como tal nós vamos dar sequência a toda a formalidade para cumprir também um projeto estruturante que vai ter aqui cooperação de terceiros. Mas a seu tempo será focado esse especto. E, como tal, nós também damos resposta assim a mais um projeto que alavanca o desenvolvimento, que traz pessoas, que fixa pessoas porque, com ele, também vamos fazer novos eventos. Temos capacidade de receber eventos de carácter desportivo, cultural, social, políticos, de natureza nacional e a Guarda também tem que se posicionar nesse setor, como uma cidade que também atrai os grandes eventos e, por isso, queremos, cada vez mais, também apostar nessa solução. Ainda, Deputado Henrique Monteiro, na parte da residência de estudantes, também o transmito a esta Assembleia, que nós temos já resolvida a questão de oitenta camas porque o Município vai arrendar o espaço do Centro Apostólico. Só está numa fase de avaliação de algumas mudanças da infraestrutura, que têm a ver com calafetar janelas, a questão do aquecimento e isso está a ser analisado do ponto de vista técnico. Mas está já assumido entre a Câmara e a Diocese que nós vamos arrendar o Centro Apostólico para entregar, no mínimo, oitenta quartos, oitenta camas a estudantes que se deslocam para a Guarda para estudar e designadamente também dar as melhores condições para que eles possam assumir, nos seus estudos, nesta cidade, que têm um alojamento de qualidade, de garantia, que privilegie esta Instituição de Ensino Superior em relação também àquilo que são os equipamentos de qualidade e de boas experiências que estão dispersas pelo Interior de Portugal. E, por isso, é também uma solução que nós encontrámos no imediato para resolver esta matéria. Há outros projetos. Nós não falámos, mas recentemente tivemos aqui com a senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior, onde o Arquivo Nacional do Registo Automóvel é também algo que necessita de ser desenvolvido. Nós também dissemos à senhora Secretária de Estado, mas depois já não foi possível, com os técnicos, ir ao Arquivo Distrital e olhar para o espaço disponível que lá se encontra. Mas nós próprios, caso essa solução não vingue, nós próprios também temos aqui, entre aspas, um “plano B” para dar condições a uma

promessa do Governo e que nós queremos que aconteça na Guarda. Que não caia no esquecimento e que seja efetivamente realizada nesta cidade. Depois, transmitir também que a proposta do investimento, quer no Centro Histórico, quer em novas residências, estamos a estudar um Fundo Imobiliário constituído exclusivamente pelo Município, onde haverá a garantia dos imóveis que o Município tem já em seu poder, que tem a titularidade, tem a propriedade e, a partir daí, esta avaliação deste património será constituída no Fundo e, a partir daí, nós poderemos, em condições privilegiadas, recorrer a linhas de financiamento para apoiar a reabilitação urbana, o Centro Histórico, destinado às residências para estudantes, residências artísticas. E, portanto, diz-me o senhor Deputado: não chega. Mas o caminho faz-se caminhando. É preciso é que a gente avance e não olhe sempre para trás naquela lógica de que as coisas não estão feitas. E, portanto, nós pretendemos fazer realizações e essas realizações que estão acontecer. Demoram o seu tempo, reconheço. Os processos são morosos. Por vezes, a própria burocracia também nos dificulta a relação das várias entidades envolventes, mas não paramos. Isto está em carteira, está na nossa convicção coletiva de todo o Executivo, e, portanto, não iremos deixar de fazer acontecer estes projetos no nosso Concelho. Falar na rede escolar de proximidade. Nós temos de facto proximidade dos nossos alunos à escola. Não poderia ser de outra forma. Para não encerrar escolas, nós temos um trabalho redobrado em ir buscar a zonas mais recônditas, de anexas de Freguesias, alunos para virem para a escola. Temos os transportes sempre disponíveis. Não há um único aluno que não tenha acesso à escolaridade através dos transportes da Câmara, quer diretamente pelos funcionários com carros próprios de ir a anexas e a zonas mais longínquas, como também aqueles que estão na própria linha de circulação dos transportes escolares, aproveitam de imediato toda essa realidade. Depois, o piso e o mobiliário. Quer dizer, nada se faz de forma discricionária ou irracional. Quer dizer, eu não sou arquiteto nem sou engenheiro. Mas a verdade é que há técnicos, umas vezes dentro da Câmara, outras vezes fora da Câmara, outras vezes com técnicos da Câmara, outras vezes fora onde se estudam soluções técnicas. E as soluções técnicas, concorde-se ou não se concorde, são soluções que dão resposta e que valorizam as alterações, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista específico, como referiu do piso e do mobiliário. Por vezes nós podemos questionar se é a melhor solução. Tudo bem. Mas tecnicamente foi avaliada essa proposta e nós acreditamos nas soluções que nos são propostas e, a partir daí, construímos. Fazemos as intervenções porque, tal como está, achamos que deve ser alterado e quando fazemos as intervenções, goste-se mais, goste-se menos, ou abertos até à discussão pública e às opiniões, não das redes sociais porque ninguém governa pelas redes sociais. Eu não governo pelas redes sociais. Muito menos em redes sociais onde pessoas, muitas vezes, se escondem atrás de perfis falsos e, muitas vezes, se escondem atrás de ideologias que não sei o que é que pretendem refletir. É cara a cara. Este Município tem um Presidente, tem um Executivo. Sabemos claramente quais são os pelouros que cada um exerce e a porta está aberta para vir um cidadão, um conjunto de cidadãos e dizer assim: não gosto disto. E uma coisa é não gostar. Olhe, isto está mal feito, tecnicamente não é justificável. E nós estamos cá para avaliar e, depois, face às contra propostas feitas, cá estamos para ver se alteramos ou não alteramos. É preciso perceber muitas vezes também a história dos

edifícios, para perceber que os materiais que lá estão a ser usados, ou que lá estavam instalados antes de alterações que nós estamos a fazer, já não são originais. Mas nós olhamos sempre para o passado recente, ou, alguns, aqueles que há cinquenta ou sessenta anos já saíram daqui e estão noutras paragens do País, que nós respeitamos muito e é bom que tenham ligação à terra, mas muitos andam por fora e queriam que a Guarda estivesse como há cinquenta anos atrás. Não vai estar. A Guarda tem que se modernizar. A Guarda tem que se adaptar a novas realidades. Tem que ter vias de acesso, de comodidade, de inclusão, de, no fundo, facilidade de circulação que não existia há uns anos atrás e que nós estamos a tentar mudar e que daqui a dez anos vamos alterar o que está feito porque ainda não responde àquilo que são hoje as necessidades mais prementes das cidades. Porque é isso que nos move. Nós não andamos aqui para, de forma irracional ou discricionária, prejudicar. Antes pelo contrário. Queremos valorizar e atendemos a todas as críticas que nos fazem. Mas é importante que se saiba que nós estamos conscientes e que o todo o trabalho que está inserido nos projetos, é um trabalho técnico, racionalmente validado e também muitas das vezes pelas instituições, Direção Regional, Direções Nacionais, quer do Património, quer da Cultura, que aprovam aquilo que nós estamos a fazer. Portanto, se alguma coisa nós não gostamos, estamos abertos. Mas nada foi feito sem os devidos pareceres porque aquilo que não for aprovado nós nunca iremos fazer. Nunca se faz porque, caso contrário, nem os projetos tinham a sua sequência normal. E se o têm para chegar a uma fase já de execução de obra, é porque foram ouvidos todos os intervenientes que têm responsabilidades no setor e na área e afirmaram que o projeto cumpria as regras que a Lei prevê e impõe. Portanto, penso que, de uma forma geral, respondi. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente.” -----

## **Ponto 2.2 - Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento do Ano de 2020 - Alteração Orçamental Modificativa.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigada, senhora Presidente. Portanto, nesta Assembleia Municipal, tal como acontece nos anos transatos, nós temos que integrar o saldo da gerência anterior. O mesmo apresenta um valor, valores arredondados, 7.8 milhões. É um pouco mais. E nós, por razões orçamentais, legais, é uma alteração, como a própria informação refere, modificativa e nós integramos o valor desse saldo da gerência anterior no montante de 7.8 milhões. Aproveitámos esta modificação para integrar também, ou reforçar a verba na receita, num valor de 1.1 milhões de euros, porque tem a ver com um financiamento que nos foi atribuído, designadamente para a Escola da Sé, neste montante. E, como tal, temos que o integrar também no orçamento e aproveitámos este momento para integrar o montante total de 9.16 milhões de euros no orçamento, o que eleva um orçamento inicial para 60

milhões e 8 mil euros. Portanto, é essa a alteração que nós temos aqui para apresentar e para ser aprovada. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, depois do senhor Presidente ter explanado, no ponto anterior, várias coisas que está a pensar fazer, ou que vai fazer, eu pouco me resta dizer aqui, porque aquilo que eu pretendia é que ele descriminasse e justificasse as aplicações dos dinheiros que aqui havia, dos 9 milhões de euros, grosso modo, em Planos de Pormenor na cidade, no POSEUR, no saneamento, na proteção do meio ambiente e no orçamento da cultura. Até porque nós, neste momento, estamos todos muito esperançados na candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura e gostava, por exemplo, que ele explicasse o que é que reforçou neste Orçamento para que esta candidatura seja vencedora e para, digamos assim, conseguir as ligações aos outros Concelhos que estão integrados para que ela seja uma candidatura ganhadora. Deixo, para o ponto seguinte, aquilo que foi o reforço dos transportes rodoviários, de 3 milhões e 250 mil que vai para os transportes rodoviários, que eu depois falarei nessa altura. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O CDS votou contra as Grandes Opções do Plano para 2020, por entender que as prioridades que o Executivo estava a definir para o Concelho não eram aquelas que, no nosso entender, deviam ser as prioritárias. Portanto, nós vamos abster-nos na votação desta primeira revisão. Eu esperava que, em futuros Orçamentos, uma proposta como aquela que foi apresentada e foi sugerida aqui pelo CDS, de alargamento da PLIE até à ferrovia, da criação da tal infraestrutura terminal ferroviária junto da PLIE, pudesse ser contemplada porque, numa região do Interior, o motor da economia tem que ser a própria Câmara. A Câmara Municipal. E tem que ser ela a criar a oportunidade porque, depois do investidor, a economia vem atrás. Não temos que esperar que seja a economia a demonstrar a necessidade porque, normalmente, depois, as respostas políticas derivadas dessa enorme burocracia, que aqui já foi assinalada, nunca chegam a tempo. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhor Deputado Aires Diniz, os documentos que estão junto com esta proposta, traduzem exatamente a resposta às questões que colocou, mas eu poderei ajudar. Como sabe, nós, ao nível das funções gerais, tínhamos um valor previsto inicial de 3.2 milhões e passou, nesse momento, para 3.9 milhões de euros com a descrição e divisão dos valores pelas rubricas. Nas funções sociais, um valor previsto de 12 milhões, 933 e passou para 13 milhões, 753. Depois, consultando os mapas, percebemos como é que esta diferença a mais foi distribuída nas Grandes Opções do Plano. Nas funções económicas, tínhamos um valor total

inicialmente previsto de 15.4 milhões e, neste momento, passou para um valor de 22.7 milhões. Portanto, foi aqui que nós “encaixámos”, entre aspas, este valor para dar uma resposta mais forte àquilo que são necessidades que o Município apresenta, sendo que, em função da maior exigência ou maior necessidade de investimento, nós também reforçámos e distribuímos esta verba de 9 milhões de euros exatamente pelas funções que consideramos mais pertinentes e, de acordo com as nossas opções, mais adequadas para responder ao interesse público. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Presidente. Passamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento do Ano de 2020 - Alteração Orçamental Modificativa.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e sete votos a favor e treze abstenções. -----

**Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Concurso Público para Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar, por favor?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Ora, esta proposta tem a ver com o Concurso Público Internacional para os Transportes Urbanos da Cidade da Guarda. É a primeira vez que, em mais de trinta anos, é feito um concurso público nesta matéria. Aliás, se percorrêssemos toda a história daquilo que são os transportes públicos urbanos, iríamos chegar a 1977, 1978, onde a empresa de transportes Cernache Bonjardim passou, cedeu, a licença que tinha de exploração dos transportes urbanos à altura Joalto. Desde aí o processo foi longo e verdadeiramente todos o conhecemos. E não era, de facto, possível dar continuidade a uma lógica e a uma necessidade tão premente, como são os transportes urbanos, sem fazer um concurso público internacional. Este concurso público internacional visa, fundamentalmente, melhorar a rede de transportes públicos urbanos, trazer mais gente para os transportes públicos urbanos, contribuir também para a valorização ambiental, naquilo que diz respeito à não utilização de automóvel próprio e sim dos transportes públicos coletivos. E, desde logo, procurámos ir ao encontro das necessidades mais evidentes da população da Guarda. Isto, porque temos assistido, ao longo destes tempos mais recentes, sempre a uma preocupação muito importante com a capacidade da rede responder às necessidades dos nossos utentes. Nós fomos, ao longo do tempo, fazendo alguns ajustamentos e adaptações, pese embora o relacionamento jurídico com a empresa que até agora continua a prestar este tipo de serviço. Mas considerámos que era tempo de, efetivamente, assumir aqui um edifício jurídico onde pudéssemos, de uma forma global, dar resposta a esta necessidade. Desde logo, nós tínhamos uma rede de transportes anual que totalizavam 241.340 Km e, neste concurso, nós pusemos a contrato, fazemos a abertura de um procedimento para 311.753 Km. Portanto, houve um aumento de 29% em termos de crescimento de quilómetros da área abrangida. É, neste momento, maior

a área de abrangência dos transportes urbanos da cidade. Depois, houve a reestruturação da rede em cinco linhas. Quatro linhas com percursos mais extensos nos períodos de ponta e mais reduzidos nas restantes horas do dia. E uma quinta linha, que chamamos a linha vermelha, a garantir um circuito interno circular no centro cívico e centro histórico da cidade. Reforçámos os períodos de ponta nas horas de entrada e saída das escolas e da maioria dos serviços da cidade. Fora dos períodos de ponta, propõe-se uma redução da oferta dado o decréscimo na procura de transporte público. Foi ainda tido em consideração os horários dos comboios, em especial dos Intercidades com horários da linha verde e da linha azul. Portanto, cada uma destas cinco linhas tem uma cor e, portanto, aqui há duas que fazem o intermodal. Nós adaptámos a hora com aquilo que são os horários da linha férrea e dos comboios que vão à Estação de comboios. Com esta proposta estamos convictos que conseguimos uma melhoria dos acessos dos principais bairros da cidade ao centro da cidade. Um melhor acesso às Escolas, ao IPG, ao Hospital e ao Centro de Saúde, à Estação de Caminhos-de-ferro e à Plataforma Logística. Melhoramos substancialmente as condições do serviço, os autocarros tipo urbano em horas de ponta e minibus fora das horas de ponta (autocarros mais pequenos, de menores consumos, mas também adaptados sempre à procura). A idade média da frota deverá ser inferior a 16.5 anos, no final dos cinco anos da concessão deste contrato. Portanto, concorre-se, no mínimo tem que se respeitar esta regra. Neste momento, no concurso, não podem ter mais do que onze anos as viaturas, porque no final dos cinco não podem ter mais do que dezasseis. Nenhum veículo da frota poderá ter classe de emissão inferior ao Euro IV. O limite, hoje, o topo da emissão de dióxido de carbono é Euro VI, nós temos aqui uma situação que é intermédia, que é o Euro IV. Vocês podem perguntar: mas porque é que não melhoramos mais esta conceção, quer nos veículos, quer também na emissão? Ser logo do topo dos veículos que menos emissões de dióxido carbono emitem? Só uma questão. Nós, é a primeira vez que estamos a lançar o concurso público. Temos que ter aqui um equilíbrio porque sabemos, também do contacto que temos com empresas que fornecem este tipo de serviço, eles não estão muito ajustados. O mercado não está muito ajustado, muitas vezes, ao valor que os Municípios têm colocado nas suas propostas. Temos que estudar melhor também o mercado e este concurso vai-nos dar uma visão também diferente daquilo que é este tipo de serviços em termos nacionais. Mas consideramos que esta proposta é equilibrada, podendo, depois de a mesma ser assumida por uma empresa que ganhe o concurso, podemos, efetivamente, no futuro, até valorizar ainda mais certas componentes do concurso. Mas, nesta fase, é já uma melhoria. Nós temos carros neste momento a circular com mais de vinte, vinte e cinco anos. Portanto, já é uma limitação e vejam a emissão de dióxido carbono de um carro com vinte, vinte e cinco anos. Portanto, estamos a falar que, neste momento, a concurso, têm que ter carros de onze anos. Também, se calhar, ainda é muito, mas a verdade é que temos aqui um equilíbrio entre oferta e aquilo que é o valor proposto. Depois, haverá, nos termos daquilo que está na proposta deste concurso público, uma maior informação aos passageiros e no controle de serviço do transporte prestado, investimento nos sistemas de apoio à exploração e de bilhética integrada e aposta-se, igualmente, na melhoria da qualidade de informação aos passageiros. Portanto, a compensação média anual aproximada,

portanto, o valor base do procedimento é de 215 mil euros. Há um aumento de 42% de acréscimo aos custos atuais que esta rede possui. Só para terem uma ideia, o valor hoje que a Câmara Municipal da Guarda paga é de 149 mil, 996 euros e o concurso base é de 215 mil euros. Nós não fizemos esta subida porque quisemos. É uma subida de acordo com o estudo técnico e financeiro, porque temos, neste dossiê, toda a documentação que justifica técnica e financeiramente aquilo que é um valor razoável adequado para nós continuarmos a prestar um serviço, ou melhorarmos o serviço que prestamos na rede urbana dos transportes públicos e é isso que queremos. Valorizar e melhorar. Há um acréscimo do montante, face àquilo que são valores do mercado e, portanto, fazemos uma proposta que seja minimamente apetecível aos operadores para virem, neste concurso internacional, a dar resposta àquilo que são as nossas condições e do caderno de encargos. Acresce mais uma questão. Fizemos um questionário, que eu também tenho aqui e quem quiser eu posso mostrar, um questionário. Mais de mil pessoas, à saída e entrada dos autocarros, durante alguns dias, para perceber as principais necessidades que as pessoas têm ou tinham. E, por isso, também serviu de base à realização e à elaboração deste caderno de encargos, aquilo que foi ouvido e que foi registado do pensamento das necessidades que os utentes destas linhas foram trazendo e que depois foram carreadas para este processo. E dizer, portanto, que o concurso terá um valor, para cinco anos, de 1 milhão e 103 mil euros. Este é o valor para cinco anos, porque também nenhum operador que ganhe este procedimento vai fazer um investimento de ano a ano, porque é preciso apostar em carros, investimento naquilo que são os equipamentos e, se não tiver tempo para amortizar esses equipamentos, não faz esse investimento em curto espaço de tempo. Daí haver algumas soluções de sete anos, nós fomos por uma solução de cinco anos. Portanto, consideramos que este concurso é ajustado às necessidades da Guarda e, por isso, apresentamos a votação. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Fiquei mais satisfeito com a intervenção do senhor Presidente e fico satisfeito por haver aqui uma espécie de experimentação do mercado, há aqui uma economia experimental, vai-se experimentar o mercado e ver como é que o mercado reage e, depois, daqui a cinco anos, outros serão experimentados. Mas há aqui uma coisa que me entristece ou, pelo menos, não fico muito satisfeito. É que há um programa de redução tarifária e aqui não aparece a integração desta legislação nacional que pode beneficiar a nossa região e o nosso Concelho. Portanto, aqui, neste caso, devia haver um plano estratégico também de criação de reforço da coesão territorial do município e da região e, aqui, a questão dos serviços de transporte, era importante. De facto, esta concessão só se refere ao perímetro urbano (o que eu acho mal), o que é censurado por não haver ambição de reforçar o acesso das aldeias à cidade e entre si, nomeadamente as freguesias mais próximas do centro urbano, como é o caso de Pera do Moço, nomeadamente ali a Menoita, a Rapoula, a Arrifana, Aldeia do Bispo, Vale de Estrela e Maçaínhas. Até porque Vale de Estrela tem uma grande empresa, que é a Coficab, que também devia estar aqui inserida neste projeto de reforço de

transportes. E depois há também o Hospital Sousa Martins, a Plataforma Logística, o Parque Industrial, tudo isso. E depois há a questão de alargar a experiência também a outras horas e fora do período escolar, porque uma coisa são os transportes no tempo escolar que beneficia toda a gente, mas, depois, quando acaba o período escolar, ficamos todos um bocado desamparados. Eu noto isso mais por Coimbra porque, aqui ando mais de carro, felizmente. Pousade não tem transportes como deve ser. E depois há a questão da sinalética e das paragens acolhedoras que às vezes faltam. Eu costumo estar, muitas vezes, ali na estação de caminho-de-ferro e, às vezes, aparecem pessoas a perguntar quando é que vem o autocarro e eu não sou capaz de responder, até porque não está lá nada que me ensine e eu também não tenho outra possibilidade de ajudar as pessoas. Portanto, devia haver, digamos assim, horários de autocarros em pontos variados da cidade. Não quero que seja tão bom como, em Coimbra também não funciona muito bem, aquelas placas que dizem quanto é que falta para chegar o próximo autocarro. Depois, há aqui uma questão que eu fico mais satisfeito porque baixam a vida de cada veículo. Portanto, é bom porque isso vai acontecer. São vinte e tal anos, agora vai passar para onze e, depois, no final dos cinco anos, será dezasseis. E, depois, também há aqui uma questão que é não permitir que sejam comprados veículos usados, vindo de outros países que era um perigo. E, na questão das tarifas, eu, à partida, considero que são um pouco caras e que devia haver preços mais baixos para os estudantes, aqui no apoio à juventude, e para os reformados, para o apoio à outra juventude. Depois há aqui a questão dos horários que eu ainda não analisei, até porque não sou grande utilizador dos horários aqui na cidade porque eu vivo numa aldeia. Mas, portanto, devia haver horários bem conhecidos e, às vezes, esses não são muito bem conhecidos e, portanto, é difícil avaliar aquilo que não é conhecido. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Nuno Laginhas, por favor.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Boa tarde a todos. Sobre a concessão dos transportes urbanos em debate, o Partido Socialista defende a primazia do bem-estar do cidadão. Votará a favor da proposta de concessão na perspectiva de ser o início de uma reestruturação digna e promotora da mobilidade e do desenvolvimento social e económico do Concelho. Colocamos a tónica no início da reestruturação, porque entendemos que o plano a debate é pouco ambicioso. Se não, vejamos. Investir em políticas e estratégias de mobilidade urbana é contribuir para a redução das desigualdades entre a população, garantindo, a todo o cidadão, o direito de aceder à cidade de forma justa e digna. É neste ponto que o Partido Socialista é da opinião que o plano não acautela as necessidades do cidadão e, conseqüentemente, o desenvolvimento social e económico daí decorrente. Existem alunos nas nossas escolas que residem em freguesias rurais e todos os dias usam transportes coletivos para virem às aulas. Alunos estes que têm uma ou duas tardes livres e são obrigados a fazer um longo compasso de espera, em média até às 17h30, para regressarem à sua residência. E isto porque não existem autocarros com horários intermédios. Da mesma forma, também há muitos guardenses dependentes desta rede de transportes para irem para os seus empregos diariamente e que necessitam de uma boa cobertura de transportes

públicos, quer a nível de horários, quer a nível de abrangência geográfica. É por estes exemplos, e outros idênticos, que o Partido Socialista pede que a rede de mobilidade seja mais ambiciosa. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado João Prata, faz favor.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito boa tarde senhora Presidente, muito boa tarde aos Membros da Mesa, todos os meus colegas Autarcas de Freguesia, bem como aos senhores Deputados Municipais, Público assistente, aos Técnicos da Câmara e, naturalmente, a quem nos está a escutar e ouvir pelo sistema de internet. Dizer o seguinte, em relação a esta proposta da Câmara Municipal. Parabéns, bem-vinda. Diria mesmo que já não é sem tempo. É uma questão que tem a ver aqui muito com a Freguesia urbana da Guarda, incluindo, aqui na urbana, tudo aquilo que é o rural da Freguesia da Guarda. Praticamente metade da área da Freguesia também é rural. Creio que também estará contemplada, essa questão, neste concurso. Mas dizer que, finalmente, senhor Presidente e os senhores Vereadores da Câmara, que é lançado um concurso de cariz internacional. Posso quase subscrever um bocadinho, o senhor Deputado Nuno Laginhas quando diz que ficamos um pouco aquém. Eu gostaria de ver aqui a questão dos autocarros elétricos de uma vez por todas, visto que temos a questão da mobilidade, a questão da consciência ambiental. E também fiquei agradado pela intervenção do senhor Deputado Aires Diniz quando refere aqui a questão de consultar o mercado. É justa a sua referência. E, por incrível que pareça, senhor Deputado, dir-lhe-ia de outra forma. É de toda a vantagem consultar o mercado mas também faz sentido, senhor Deputado Aires Diniz e aqui à Câmara Municipal da Guarda, que tem já um pouco, aquilo que eu posso dizer, o transporte solidário com as freguesias rurais, que esse, chamo-lhe de transporte solidário, não sei se é o termo ajustado, mas que também esse transporte solidário ou esse conceito do transporte a pedido, possa ser utilizado aqui na nossa freguesia urbana, incluindo, volto a dizer, a componente rural da freguesia da Guarda. Por uma razão muito simples. Desde logo, os serviços de saúde são fundamentais para uma população cada vez mais envelhecida e também há um conjunto de atividades que são desenvolvidas na cidade, na malha urbana, sem dúvida, falo no Instituto Politécnico, falo aqui em cima no TMG, falo lá em baixo no Polis e que as pessoas da cidade, neste caso, com mais idade e que pretendem participar nestas atividades, têm alguma dificuldade em conseguir participar, exatamente pela questão da mobilidade e porque os horários, obviamente, não podem ser ajustados numa rede de transporte apenas àquelas pessoas, ou a esta ou àquela pessoa. Portanto, dir-lhe-ia senhor Deputado Aires Diniz, se acho bem consultar o mercado para que o transporte público urbano seja feito, ainda bem que o foi. Estamos fartos dos ajustes diretos que acabam por pôr as entidades um pouco na mão das empresas. Ninguém quer as empresas comandadas pelas entidades oficiais, mas também não queremos as empresas a mandar nas entidades oficiais e, portanto, os concursos, servem para isso mesmo. E, nesse aspeto, a consulta ao mercado é importante. Mas eu diria, a título de sugestão, ao próprio Executivo, que possa atender a esta questão do transporte social. Eu penso, senhor Presidente, quando eu refiro

transporte social aqui da Guarda para as Freguesias rurais, estou a falar na questão dos mercados quinzenais que sei que há uma rede que é feita, não sei se há mais algum serviço nessa matéria, mas, de todas as formas, gostaria que pudesse ponderar esse serviço mais de cariz social para a nossa freguesia, incluindo, volto a dizer, a componente rural da Freguesia da Guarda. As questões suscitadas pelo senhor Deputado Aires Diniz são muito importantes e queria aqui, de alguma forma, repetir, porque era isso que eu tinha pensado. A questão do custo das tarifas. Será que é desta vez que se repercute também aquilo que foi para Lisboa e Porto, também já está a ser repercutido aqui na nossa zona e vai ser aqui ser considerado? E depois dizer, senhor Presidente, que a questão dos fins-de-semana e a questão dos períodos de pausas escolares, não pode voltar acontecer quando este concurso for para a frente e quando realmente houver os concorrentes às empresas. Não pode continuar a acontecer aquilo que acontece, que é as pessoas esperarem horas e horas. Horas, enfim, não direi, mas muito tempo esperam pelos autocarros que vêm a seguir. Espero que, neste concurso, isso possa ser mais acautelado. Fico satisfeito em saber que a PLIE já está a ser considerada. Significa que valeu a pena o esforço que foi feito pelos anteriores Executivos do Partido Socialista e que agora está a ser feito, e muito bem, por este Executivo do Partido Social Democrata, quando faz já e pensa no aumento da Plataforma Logística. E hoje é bonito nós visitarmos aquele empreendimento que ali está e todas as obras que ali estão a ser feitas e, durante a noite, já é uma outra coisa e, durante o dia, ver aquele espaço. Naturalmente a preocupação com a rede de transportes até lá e à Coficab, como referia o senhor Deputado Aires Diniz, também penso que é fundamental. Dir-lhe-ia, percebi que há preocupação com a questão da informação aos utentes, em termos dos horários. Das tarifas, responderá de seguida. Mas há outra área importante que nós temos recebido muitas queixas e ainda hoje não temos isso resolvido na nossa cidade, que é a questão dos abrigos para os passageiros. Há muitas pessoas que, ainda hoje, apanham os autocarros dentro de estabelecimentos comerciais, a ver se chega o autocarro e não, porque não há lá o abrigo. E é uma área que, senhor Presidente, se aqui não estiver incluído neste concurso, por favor, pense bem numa resposta pronta a este assunto. Até porque, se não houver a possibilidade de comprar novos, se ainda lá tiverem dos velhos que foram retirados, olhe, fazemos uma recauchutagem e tentamos lá colocar porque há locais em que isso é necessário. E, naturalmente, é algo que dignifica e qualifica a vida urbana de uma cidade, uma boa rede de transportes públicos, de preferência, de acordo já com aquilo que são as necessidades ambientais e também daquilo que são as necessidades da população mais idosa, mas também da população mais nova que gosta de ter Wi-Fi nos autocarros. E esses elementos são importantes nessa estrutura. Muito obrigado pois, senhor Presidente e à Câmara Municipal da Guarda, por finalmente terem lançado este concurso que já aqui foi falado mais do que uma vez. Aliás, em muitas Assembleias Municipais anteriores a este mandato, foi bastante falado nas Assembleias Municipais e publicamente foram desenvolvidos alguns requerimentos sem efeito, diga-se de passagem. Mas esperemos que agora possamos ter essa resposta o mais depressa possível. Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Depois de olharmos para esta proposta da Presidência, achamos que ela é uma proposta meritória, que resulta de um trabalho meritório que foi desenvolvido e que vai no sentido das boas práticas e da transparência na gestão municipal, que acho que é algo de que a Guarda também está, efetivamente, necessitada. Importa que, realmente, depois, as carreiras que são definidas respondam à necessidade dos cidadãos. Eu lembrava também aqui que, na rede de locais de paragem e respetivos abrigos, também há alguns ajustamentos a fazer, nomeadamente a inexistência de abrigos em determinados locais de paragem e, também, locais de paragem que não se encontram devidamente localizados. Ficam em cima de passadeiras, ficam em cima de cruzamentos e acho que isso também é um trabalho que compete à Câmara fazer. Eu aproveitava, uma vez que estamos a falar de transportes, para recordar aqui que há muitas queixas relativamente aos transportes escolares. E as queixas são estas, nomeadamente dos alunos transportados do 1º Ciclo. As atividades extracurriculares estão a ter cada vez menos adesão por parte dos alunos e, claro, dos encarregados de educação. E como o transporte escolar acontece apenas após o final das atividades extracurriculares, obriga uma parte significativa dos alunos a terem que permanecer na escola, muitas vezes com inexistência de atividades alternativas, à espera que chegue a hora do transporte para os levar para as respetivas Freguesias. Acho que terá que também ponderar esta situação e encontrar uma solução que compatibilize todos os interesses.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora inscrito o senhor Deputado Tiago. Faz favor, Tiago Saraiva.” -----

- **Deputado Tiago Saraiva Gomes (PSD):** “Muito obrigado, senhora Presidente, e boa tarde. Boa tarde caro Executivo, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados. Falar de transportes públicos penso que é, para todos nós, uma honra, um orgulho. Não só porque eles são um motivo de atratividade da cidade e, como já aqui foi referido tantas e tantas vezes, permitir acessibilidade de todos a todo o lado. E para mim, enquanto jovem, é um orgulho e uma honra reforçada ver aqui hoje, nesta Assembleia, finalmente, depois de tantos anos, o discutido lançamento deste concurso público. Efetivamente, e meu caro Deputado Nuno Laginhas, penso que ele referiu, sem dúvida nenhuma eu concordo consigo quando refere que é preciso algo mais ambicioso. É, sem dúvida nenhuma. Mas o caminho faz-se caminhando e parabéns ao Executivo Municipal porque, precisamente, neste momento, dá este ponto de partida, avança com esta medida. Permitam-me dizer, também, cinco pontos essenciais desta proposta, que eu, para mim, considero uma proposta histórica. E é precisamente esse o primeiro ponto que eu queria reforçar. É histórica. Primeira vez em que vemos, nesta cidade, a Câmara Municipal da Guarda lançar este concurso. Um concurso que melhora, efetivamente, os transportes públicos na nossa cidade. Melhora, efetivamente, a acessibilidade e a mobilidade de todos os nossos cidadãos dentro da malha urbana da cidade. Como disse o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, e sublinho por baixo, sem dúvida nenhuma é preciso e é um momento histórico porque é preciso que deixemos de estar na mão de quem quer que seja. Precisamos de ultrapassar o passado de andar de ajustes

diretos em ajustes diretos e dar aos cidadãos da Guarda a garantia de que, pelo menos, durante cinco anos, têm um transporte de qualidade, um transporte efetivo que responde necessariamente às suas expectativas. O segundo ponto é precisamente esse, a qualidade do transporte. A qualidade do transporte que hoje aqui é discutida e que todos nós tivemos acesso, através dos estudos nos anexos que nos foram disponibilizados para esta Assembleia Municipal. O acesso às pessoas com deficiência; a idade da frota que é inegavelmente muito mais baixa do que a atual; o aumento da extensão é mais de 29%, é qualquer coisa. A área abrangida da malha urbana, com a PLIE, com zonas rurais da Freguesia urbana e, também, respondendo ao caro Deputado Aires Diniz, também sim nos passes sociais que estão lá incluídos. Estão lá incluídos, nomeadamente com descontos de 60% no passe dos 4 aos 18 anos de idade e, nos sub-23, no escalão A, aos mais de 65 anos e a pessoas com deficiência. E também os 25% estabelecidos para o passe dos 4 aos 18 anos e dos sub-23 para aqueles alunos que não pertencem ao escalão A. Mas, mais que isto também, e concordo consigo, sem dúvida nenhuma, era preciso termos essa localização e essa informação sinalética que referia, e muito bem, e reforçar também o pedido do Presidente de Junta da freguesia da Guarda, dos abrigos, de melhorar os abrigos, relocalizar os abrigos. Mas também, dizia eu, a questão de olharmos para este projeto que tem aqui uma particularidade importantíssima. A gestão geográfica da rede. Ou seja, um sistema integrado geográfico da rede e isto vai permitir precisamente aquilo que o senhor estava a dizer, vai permitir que nós conheçamos o tempo de espera dos autocarros. Portanto, acredito meu caro Presidente, que também será tido em conta este processo, seja nesta fase, seja numa próxima fase e, quando passarmos a essa fase dos abrigos, que acredito que será muito em breve, e a relocalização visto que também as linhas foram alteradas, acredito que terá em conta estas sugestões. E, depois, esta gestão integrada tem outra particularidade. A questão do intermodal, que o senhor Presidente aqui referiu, do Intercidades. Nós, neste momento, temos Intercidades a chegar à cidade da Guarda e não temos autocarros que apanhem os nossos alunos que estudam fora, quem nos visita e chega nos Intercidades e os consiga trazer efetivamente ao centro da cidade. Temos aqui, efetivamente, o pensamento intermodal. Mas também a passagem na Central de Camionagem, com tantos e tantos alunos que chegam, por exemplo, ao domingo à noite à cidade da Guarda e que têm que se deslocar para as suas residências. Mas também, e permitam-me uma daquelas queixas que temos ouvido ao longo dos últimos tempos, reivindicações que temos assistido, nomeadamente da parte do IPG. E, neste momento, vamos ter duas linhas para o IPG. Passando necessariamente pelas residências, ligando as residências ao IPG. Mas não só. Ligando também a Sequeira, a zona baixa da cidade, diretamente ao IPG. Também ligando o Bairro do Pinheiro ou IPG. É algo extraordinário e é histórico, é efetivamente uma gestão integrada. É precisamente, também, e senhor Presidente deixe-me dizer-lhe, neste quarto ponto, uma sugestão. Uma sugestão que é ao nível da bilheteira. Ao nível da bilheteira, existe em muitas cidades e nomeadamente neste programa, neste concurso, neste projeto, está lá reforçado a utilização de pontos de venda. Deixe-me sugerir já alguns. Deixe-me sugerir que os pontos venda não se centrem na Central Camionagem, mas sim que se espalhem, por exemplo, para o Espaço do Cidadão, na Estação. Que se espalhem para o IPG. Que se espalhem precisamente,

por exemplo, para este edifício da Câmara Municipal, para que também, em vários pontos da cidade, não obrigue os alunos e todos aqueles que utilizam e compram os passes a deslocarem-se à Central de Camionagem para recarregar o mesmo, ou comprar o mesmo. E claro, o quinto ponto. Em 26 de Setembro, se não me falha a memória, apresentei aqui uma Moção para o Plano Municipal de Descarbonização e Combate às Alterações Climáticas. Essa Moção mereceu o apoio favorável desta mesma Assembleia e, nesse documento, referia-mos, a Bancada do PSD, pedindo ao Executivo Municipal que reforçasse os transportes públicos como primeira medida de combate às alterações climáticas. Aqui está a aposta feita. Aqui está porque, efetivamente, ao melhorarmos a frota, ao termos esta frota com emissões reduzidas, ao termos esta frota que consegue responder às nossas necessidades, o que vai acontecer é que nós vamos utilizar mais transportes públicos. Todos nós vamos deixar de utilizar tanto os carros, vamos aceder mais facilmente ao centro histórico da nossa cidade, aos nossos locais e assim contribuimos para avançar neste Plano Municipal de Descarbonização e Combate às Alterações Climáticas. Por estas razões, Senhores Deputados, penso que devemos votar todos favoravelmente este projeto, porque é uma resposta séria, é uma resposta ponderada, que se baseia num estudo, que compromete a todos nós com o futuro da nossa cidade. Compromete os jovens guardenses que estudam lá fora, os jovens guardenses que ainda estudam na cidade. Compromete a todos os jovens que estudam na nossa cidade, no nosso Instituto Politécnico e compromete a todos, desde as crianças aos idosos. Abracemos todos, então, este projeto. Que ele seja nosso porque é assim que nos pede a Guarda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Boa tarde. Realmente há coisas que vêm por bem. Seis anos depois da primeira eleição do Dr. Álvaro Amaro, foi preciso o Presidente substituto aparecer com algo que já devia ter aparecido há muito tempo. Mas que se bate palmas em aparecer agora. Bate-se palmas, sim senhor. E tem que se dizer, o que tem que se dizer, à frente de toda a gente. Doa a quem doar. Uns preferiram rotundas. Outros, aparenta-me querer, pelo menos, trazer à cidade aquilo que muitos já o solicitavam. Tudo o resto vem depois. Não se deve estar à espera que todos vamos andar nos autocarros. Isto é como dizer a uma criança: anda de bicicleta. Nunca tiveste uma bicicleta. Anda de autocarro. Nunca vimos uma rede em condições, por isso não é de um dia para o outro. Vai haver, provavelmente, autocarros a passear, a andar, quase a passear sem ninguém em alguns momentos. É normal. Projetos grandes desta envergadura no sentido de necessidade, como já foi outrora aqui dito, é perfeitamente normal. Há coisas que não têm que dar lucro. O serviço público de qualidade, para o cidadão que contribui com os seus impostos, não tem que dar lucro. Tem é que dar qualidade de vida ao cidadão que já paga muito imposto. Por isso, nem vou olhar ao espeto dos lucros e de menos lucros. É óbvio que estaremos atentos. É óbvio que vamos votar favoravelmente. É óbvio que vimos mesmo com bons olhos. Foram anos e anos, nesta Assembleia Municipal, a falarmos sobre essa necessidade de uma boa rede. De abrigos, eu nem vou aos abrigos. Abrigos, então, já falei aqui tanta

vez dos abrigos, da necessidade dos abrigos, que eu espero que, quando se lancem novas,... não é por mais uns trocos, não é? Não havia aí uns trocos sempre para as festas, durante aqueles seis anos? Festas, atenção, que se compreenda, de inauguração de rotundas. Se havia esses trocos, certamente também vamos aqui conseguir uns trocos, ou fazer aí umas vaquinhas para arranjarmos também, em condições, no dia do lançamento dos novos autocarros, uma coisa em condições com os novos abrigos pela cidade fora. Por isso acredito que esse não será um problema, o dos novos abrigos. Até porque estamos numa cidade onde o inverno é rigoroso. Não se consegue compreender, como é que ainda ninguém percebeu até hoje, que os poucos abrigos que existiam pouco duraram e, os que não existiam, era apenas um poste com um papelzinho e o pessoal ali à chuva e ao frio. Isso, nunca tinham percebido. Ou, se perceberam, não lhes interessava essa qualidade de vida aos seus cidadãos. Aqueles que eles disseram, e é verdade, votaram nas pessoas em causa, aquelas que já fugiram. Mas tudo bem. Vale aqueles que cá ficam e que resistem em cá ficar e continuar a lutar para que esta cidade sobreviva àquilo que aí há de vir ainda. Por isso, vai ter o voto do Bloco de Esquerda, com a atenção devida no momento. E também de louvar essa ideia que aqui foi transmitida e que também já raramente se ouvia aqui sobre os ajustes diretos. Muito bem. Claro. Concursos? Claro que sim...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar.” ---

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... Ajustes diretos? Sim, quando era necessário. Mas só mesmo quando necessário. Vale mais tarde do que nunca. Realmente, isto, às vezes, as mudanças fazem mesmo milagres. Que venham mais ventos de mudanças. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Ora, vamos passar então à votação deste ponto. Peço desculpa. Faz favor, senhor Presidente, tem o direito de resposta.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Só aqui mais duas notas que considero pertinentes. Uma delas, e é pressuposto do procedimento, é que não há alteração do tarifário. Ou seja, nós podíamos, também... absorvemos qualquer aumento que pudesse ser repercutido nas pessoas e mantemos exatamente o valor do tarifário tal qual está. Ou seja, não quisemos, porque essa é uma circunstância que... lá está, na ponderação, também não fomos às melhores viaturas, mas também não quisemos aumentar em nada aquilo que era o valor do tarifário que está, neste momento, em vigor. Portanto, ele mantém-se nos mesmos montantes. E, todo o pressuposto do procedimento, tem a ver exatamente e é suportado pelo Município. Depois, também integra já os benefícios, as reduções na bilhética e no espaço. Como sabem, o Município também transferiu para a Comunidade Intermunicipal a gestão nessa parte e em colaboração também com o Governo Português que responsabilizou, deu a tutela às CIM’s para fazer repercutir as reduções no tarifário e, até aos 18 anos e a partir dos 60 anos, há uma redução de 60% e, de 40%, nesse intervalo de idades. Portanto, há um tarifário, neste momento, já mais benévolo para todos os cidadãos do espaço da Comunidade Intermunicipal, que já está, neste

momento, em efetiva aplicação. Depois, dizer, que mesmo no sistema que está em vigor até este momento, ou até que o procedimento de concurso público opere todos os seus efeitos, dizer duas coisas. A primeira, nós colocámos uma das soluções que é o transporte a pedido. Isso acontece noutros Concelhos. Nós fomos, tenho a dizê-lo, dos primeiros. Falámos ainda com alguns Presidentes de Junta, alguns estão aqui, se conseguirem agendar, na semana seguinte, um conjunto de cidadãos, nós, a semana anterior, trataremos, o setor dos transportes, com a empresa de transportes mais o Presidente de Junta, o número de cidadãos que pretende, na semana seguinte, ser transportada. E isso era uma solução que nós ponderámos já há alguns anos a esta parte, mas, com exceção de Aldeia do Bispo, acho que não houve mais ninguém onde esta solução pudesse ser, de facto, uma resposta para as Freguesias rurais. Mas vigora uma situação também que é às quartas-feiras. As quartas-feiras de mercado, todos os cidadãos das Freguesias rurais vêm tratar de questões pessoais e podendo ir também ao mercado, à feira quinzenal, através do transporte feito exclusivamente pelo Município da Guarda. São os nossos motoristas que fazem este transporte. Isto já decorre há cerca de dois anos. Tenho a dizer que é uma média trinta pessoas, por cada quarta-feira e a todas as freguesias. Portanto, não se diga que também não há soluções adaptadas a estas necessidades específicas das populações e, portanto, essa era também uma nota que nós queríamos referir. Relativamente... penso que foi o senhor Deputado Aires Diniz, há uma parte que tem a ver com os interurbanos. Portanto, a resposta dos interurbanos é a solução que tem existido, nós estamos aqui a falar de um procedimento para os transportes urbanos. Tudo o que esteja fora deste perímetro urbano já há outra solução que está em exercício, que está em aplicação, que é a resposta dos interurbanos. Como sabe, a Transdev não assume os transportes interurbanos, ou por outra, há uma parte do Concelho onde o faz, mas há outras empresas também que, no interurbano, estão a dar resposta, quer ao escolar, quer àquele que é o transporte público propriamente dito. Portanto, este procedimento é exclusivamente para este efeito, sendo certo que, nas regras dos interurbanos, nós estamos a dar resposta para além desse limite da área urbana. Portanto, há soluções que não é essa que estamos a tratar, neste momento, aqui. Disse, senhora Presidente.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Agora sim, passamos então à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Concurso Público para Concessão do Serviço Público de Transportes Coletivos de Passageiros da Guarda.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e nove votos a favor. -----

#### **Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Concurso Público para Concessão dos Campos de Ténis das Piscinas Municipais da Guarda e Criação de Campos de Padel. ---**

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, senhora Presidente, obrigado. Relativamente a este ponto, referir o seguinte. Nós já fomos desafiados para dar resposta, em termos desportivos, com uma infraestrutura, a esta necessidade. Há alguns praticantes que têm que ir para cidades vizinhas para praticar esta modalidade. E, de facto, nós olhámos para o espaço que temos nas Piscinas, onde estão dois campos de ténis que são pouco ou nada utilizados até pela sua alegada localização, a jogar contra o sol, e face a essa necessidade e até a alguma pesquisa de mercado, onde há investidores que têm algum interesse em dar resposta a este caderno de encargos, não vamos dizer que não existe, nós sabemos que existe. As regras são transparentes, as regras estão definidas, é para todos aqueles que quiserem concorrer a esta solução. E, por isso, definimos, para dar resposta a esta necessidade e num espaço que não tem a utilização, em termos desportivos, que são os atuais campos de ténis das Piscinas Municipais da Guarda, nós decidimos abrir, de facto, um procedimento com vista a concessão de exploração dos campos ténis das Piscinas, para a criação de campos de Padel. Ele exige algum investimento. Desde logo, a cobertura, também equipamentos de apoio e modernização também desses equipamentos. Por isso, nós definimos então uma proposta de contrato de concessão pelo prazo de vinte anos, mediante o pagamento, nos primeiros cinco anos, de um valor da renda de 250 euros/mês. Após esses cinco anos, haverá um aumento de 50% desse montante, de mais 125 euros, o que dá um valor de 375 euros até ao oitavo ano. A partir do oitavo ano até ao vigésimo ano, haverá um aumento de renda para 100%, ou seja, 500 euros. Este valor total será, no final dos vinte anos, de 92 mil, 250 euros. Ou seja, é evidente que têm que ser definidas as obrigações de quem vier a apresentar propostas. Quem vier, de facto, a apresentar uma proposta de acordo com este caderno de encargos, com certeza, que assume estas obrigações para ali poder desenvolver essa atividade que não vai ser desenvolvida pelo Município. Ou a iniciativa privada pega, ou o Município poderá muitas vezes assumir essa responsabilidade, mas entendemos abrir este contrato de concessão para dar resposta efetiva a esta necessidade desportiva. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz.” -

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu peço desculpa de ter saído, mas era preciso. Embora seja pacífico este concurso, faltam nele objetivos de desenvolvimento educativo e desportivo, inseridos no processo de concessão deste espaço que aparece só dedicado explicitamente ao Padel. Diz-me o Dr. Google, é um desporto de raquetes jogado a pares, utilizando raquetes e bolas próprias. O campo é retangular, totalmente fechado, tem dez metros de largura por vinte de comprimento e uma rede no meio, sendo uma das suas características mais interessantes a de, muitas vezes, ser jogado em família. Eu não sabia o que era o Padel, fui ao Google. Agora falta-lhe uma perspetiva global, que devia ser operacional para diversos desportos e não só para este e não só na perspetiva do concessionário a quem se propõe a sua entrega, cuja obrigação de o melhorar não é especificada, nem está implícita. Por isso, a exploração deve ser feita pela Câmara e ser gerida por esta, dentro de um plano educativo e de desenvolvimento desportivo. Lembramos, agora, o processo pelo qual foi internalizada a Guarda, Cidade, Desporto,

e, portanto, era isto que eu queria que fosse pensado pela Autarquia na altura de gerir esta concessão. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Sim? Então, faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Bem, realmente não sou contra o investimento privado. Por muito que às vezes digam que eu toque sempre nesta tecla, no que toca a algumas infraestruturas ligadas à Câmara Municipal, porque, penso eu, se a Câmara reconhece falhas e reconhece que os espaços estão danificados, espaços esses pertencentes à Câmara, se reconhece que esses espaços, se calhar, com umas melhorias, com algo diferente, consegue ser atrativo. Às vezes, questiono-me mesmo, porque é que então a Câmara não pega? Porque é que a Câmara não deixa que os seus profissionais dinamizem esses mesmos espaços e possibilitem que as escolas, e os devidos grupos e associações já criadas na cidade da Guarda, utilizem estes mesmos espaços gratuitamente? Ou, então, pagar algo, para que seja canalizado, por exemplo, para a manutenção desses mesmos espaços. Tenho sempre este problema. Não é nada contra os privados. Agora, ceder vinte anos algo que pode ser rentabilizado pela própria Câmara e dizer sempre: mas eles têm uma capacidade... Não, eles têm a mesma capacidade que a Câmara Municipal tem, porque os gestores que a Câmara tem, ou os técnicos na área desportiva que a Câmara tem, são os mesmos que, depois, vão acompanhar, nos sistemas de júris, essa mesma aplicação desses mesmos empresários que vêm. Então, perante isso, em que é que ficamos? Os outros são melhores? É óbvio que a Câmara não tem que ser dona de tudo. Mas há coisas que, e é uma questão política, há coisas que eu, enquanto representante do Bloco Esquerda, entendo ser de carácter camarário. E o desporto e o acesso à prática desportiva para todos os jovens e não jovens, seniores, deve competir haver um trabalho diário e bastante acentuado por parte do Executivo Camarário. Todos os outros privados que queiram apostar na Guarda, podem apostar sempre. Chega, aposta, investe e se tiver retorno tudo bem. Agora, sempre um pouco de arrasto por parte da Câmara, a ceder o terreno, a ceder mais algo, haver ali... vinte anos. Tens aí vinte anos. Vinte anos e depois logo se vê. E mais, não só vinte anos, uns quantos anos a pagar uma rendinha baixa. É sempre assim que se começa. Por isso...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” --

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Termino e já perceberam, certamente, a posição que vou ter. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É só duas coisas breves. Uma delas é exatamente, começando pelo que o Deputado Marco Loureiro disse, prazos de vinte anos, vinte e cinco anos, para um privado. Parece um bocado exagerado uma vez que o caderno de encargos contempla a renovação de contratos. Portanto, penso que vinte anos parece-nos um bocado exagerado. Segundo, muitas vezes temos que nos

questionar porque é que os equipamentos estão por usar e, uma das razões, provavelmente, terá a ver com a acessibilidade dos equipamentos. Portanto, basta recordar a posição em que estão as Piscinas Municipais. Não é agradável para alguém, ao fim de um dia na piscina, ainda ter que subir a rua toda para chegar à cidade da Guarda, sem ter transportes. No limite, e isso já foi cá motivo da intervenção, pelo menos que houvesse um autocarro de manhã que pudesse levar as pessoas e um autocarro que pudesse trazer as pessoas ao fim da tarde. Não estou a dizer para ter autocarros de hora a hora. Talvez isso ajudasse a manter esses equipamentos com alguma ocupação. Nem toda a gente tem veículos motorizados para se deslocar. É só.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais ninguém para entrevir? Senhor Presidente? Não? Passemos então à votação do ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Concurso Público para Concessão dos Campos de Ténis das Piscinas Municipais da Guarda e Criação de Campos de Padel.* -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e seis votos a favor e quatro abstenções. -----

**Ponto 2.5 - Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.** -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende apresentar? Sim, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Eu não vou explicar o que está na informação que vos fizeram chegar, que têm na vossa posse, mas apenas fazer um convite, quer à senhora Presidente da Assembleia e à restante Mesa e a todos os Senhores Deputados. Agora, às 18h00, irá haver a inauguração de uma exposição com uma parceria do Museu da Guarda com a Gulbenkian. Quadros de Amadeu de Sousa Cardoso e também de Almada Negreiros, entre outros. De maneira que ficam desde já convidados para às 18h00, se tiverem disponibilidade, para nos acompanharem até ao Museu da Guarda. Era só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende entrevir? Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É só para terminar e, já agora, antes que me esqueça, queria cumprimentar o senhor Vereador novo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu pedia-vos, por favor, que tivessem um bocadinho mais de paciência para terminarmos rapidamente. Estamos mesmo no final dos trabalhos, é só mais um esforço final. Muito obrigada.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “É só 3 minutos. Queria cumprimentar os Vereador novo, Manuel Simões, Dr. Manuel Simões. Pronto, está cumprimentado. Muito prazer em conhecê-lo. Falta a definição dos objetivos de cada uma das áreas de atuação do Município e, por isso, não é possível dizer se foram, ou não, atingidos e que desvios

